

En Eliane Mimesse, *Bambini brasiliani: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras*. São Paulo (Brasil): Paco Editorial.

A infância contadina nas colônias italianas de Curitiba no Paraná.

Elaine Cátia Falcade Maschio.

Cita:

Elaine Cátia Falcade Maschio (2014). *A infância contadina nas colônias italianas de Curitiba no Paraná*. En Eliane Mimesse *Bambini brasiliani: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras*. São Paulo (Brasil): Paco Editorial.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/elaine.catia.falcade.maschio/9>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pO6G/oe3>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Eliane Mimesse (org.)

Carlos Bacellar

Elaine Maschio

Marta Carvalho

Terciane Luchese

BAMBINI BRASILIANI

A Infância das
Crianças Italianas
e Ítalo-Brasileiras

PACO  EDITORIAL

©2013 Eliane Mimesse

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

M652 Mimesse, Eliane.
Bambini Brasiliani: A Infância das Crianças Italianas e Ítalo-Brasileiras/
Eliane Mimesse. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

156 p. Inclui bibliografia. Inclui imagens.

ISBN: 978-85-8148-266-8

1. Ítalo-brasileiros 2. Italianos 3. Infância 4. Colônias I. Mimesse, Eliane

CDD: 304.809

Índices para catálogo sistemático:

Imigração-antropologia	304.809
Criança-sociologia	305.21

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi feito Depósito Legal

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabáú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabáú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

As crianças e suas infâncias: querelas a propósito de seus conceitos e definições.....5
Eliane Mimesse

PREFÁCIO.....11
Marta Maria Chagas de Carvalho

CAPÍTULO 1

As aventuras e desventuras cotidianas das crianças em São Caetano no início do século XX.....19
Eliane Mimesse

CAPÍTULO 2

A infância *contadina* nas colônias italianas de Curitiba no Paraná.....55
Elaine Cátia Falcade Maschio

CAPÍTULO 3

A infância entre imigrantes e ítalo-descendentes no Rio Grande do Sul..93
Terciane Ângela Luchese

CAPÍTULO 4

A criança e a infância nos desvãos dos acervos arquivísticos.....133
Carlos de Almeida Prado Bacellar

OS AUTORES.....153



APRESENTAÇÃO

AS CRIANÇAS E SUAS INFÂNCIAS: QUERELAS A PROPÓSITO DE SEUS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Eliane Mimesse

Este volume traz contribuições para a construção de uma história do cotidiano das crianças. A ideia para a criação e o desenvolvimento dos capítulos deste livro recai no ineditismo dessa temática. Em geral, as abordagens teóricas sobre os imigrantes italianos são compostas por estudos sobre o fluxo migratório, os locais aos quais se instalaram a produção agrícola – com destaque especial às vinícolas – ou mesmo, como ocorreu em algumas localidades do estado de São Paulo, com relação à mão de obra imigrante, que se tornou substituta da força de trabalho escrava.

Verificou-se, através das pesquisas realizadas, que os estudos acadêmicos ainda não abordaram o papel das crianças dentro das comunidades coloniais italianas. Os capítulos que se seguem ambicionam lançar o debate sobre as primeiras nuances do cotidiano infantil nas colônias de imigrantes italianos, e suscitar fagulhas de curiosidades em pesquisadores dessa e de outras etnias que pretendam desbravar searas pouco conhecidas.

Os italianos, aos quais os capítulos a seguir farão referências, são, em sua maioria, pessoas provenientes das cidades localizadas no Vêneto, na região nordeste da Itália. Foram esses indivíduos que compuseram o grande grupo dos imigrantes que se deslocaram para os núcleos coloniais criados em fins do século XIX na região sudeste e sul das terras brasileiras. As famílias que vieram para o Brasil estavam normalmente acompanhadas de seus filhos; são raros os documentos que tratam da chegada de italianos imigrantes desacompanhados. Essa atitude implícita a esse grupo social decorre do convívio pleno, dos pequenos, com as mais diversas situações vivenciadas por seus pais. Os entraves por eles vividos podem ser listados a partir da viagem de vinda para o Brasil, quando grande número dessas crianças não resistiu às intempéries do trajeto. Como também às condições climáticas, às

moléstias e às diferenças alimentares encontradas quando da chegada na nova terra. Felizmente, muitas das crianças adaptaram-se às novas condições de vida, e foram esses os imigrantes que puderam trazer por seus depoimentos lembranças inesquecíveis de suas infâncias a fim de contribuir com o resgate e a preservação da memória histórica.

A importância dessa manutenção das memórias da infância dos italianos foi de um subsídio amplo aos estudos. Os resultados das entrevistas efetuadas com essas pessoas agregaram detalhes a muitas das informações conhecidas. Possibilitaram desvendar as ações diárias desses imigrantes que viveram no Brasil nos anos de transição entre os séculos XIX e XX. As fontes documentais primárias também adicionaram muito valor às composições históricas. Foram utilizados periódicos, fotografias, cartas, certidões, ofícios, requerimentos, listas de chamadas e muitos outros tipos de fontes. Certeau (2002) lembra-nos da importância na revisão de documentos e de outros tipos de fontes.

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela contribuição de um lugar, de um aparelho ou de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha de utilizar de outra maneira os recursos conhecidos. Não se trata apenas de fazer falar estes imensos setores adormecidos da documentação e dar voz a um silêncio. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma [...] um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (Certeau, 2002, p. 82)

A ordenação nos conteúdos dos vários tipos de fontes de pesquisas possibilitou lançarmos mão da “ação instauradora” a partir do uso de “técnicas inovadoras” para a elaboração das narrativas que compuseram os conteúdos dos capítulos. Contudo, faz-se necessário, neste ínterim, o desenvolvimento de breves esclarecimentos acerca das concepções e conceitos de infância.

No texto de Lajolo (2006, p. 229), a infância foi entendida sendo sempre como “um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda”. Por ser um objeto de estudo descrito por outros sujeitos que não são os representantes dessa categoria pesquisada, neste caso, os adultos. Assim, a autora define a palavra infância como diretamente relacionada à “ausência de fala”, como segue:

[...] *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, d’aquela que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem as palavras. (Lajolo, 2006, p. 229)

Partindo-se desse ponto de vista pode-se apreender que o período denominado por infância, pelos mais diversos estudiosos, remeteu a uma época da vida em que os menores não deveriam interferir nos assuntos e, por conseguinte, na vida cotidiana dos adultos. E, por consecutivo, deveriam assumir o papel dos que *não falam*, apenas obedecer as instruções recebidas.

O debate teórico existente sobre qual seria o tempo de permanência da infância conduz-nos às grandes variáveis, de acordo com o desenvolvimento e as mudanças sociais. Os valores e crenças, individuais e coletivos das sociedades, se alteraram paulatinamente a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas ocorridas em cada comunidade. Conforme Veiga (2004):

[...] a percepção da ordenação do curso de vida, do nascimento à morte, sofreu variações ao longo da história humana e esteve relacionado, entre outras coisas, às mudanças ocorridas na maneira como os homens produziram os símbolos para relacionar diferentes processos e acontecimentos sob a forma de *tempo*. Isso implicou a produção de unidades de referências temporais/culturais, de maior ou menor amplitude, padronizadas e socialmente reconhecidas, para servirem de orientação no curso do tempo da vida dos indivíduos e/ou dos grupos da sociedade. (Veiga, 2004, p. 39)

De modo que, desde tempos imemoriáveis, foram amplas as discussões no meio acadêmico sobre quando seria o término da infância. Destarte, as opiniões concordam em convergir para a idade dos 7 anos como marco da infância. Essa era a *idade da razão*¹, a mesma em que ocorria o ingresso legal na escolarização institucionalizada, e o momento em que surgiam os primeiros indícios concretos de mudanças biológicas, aqui marcadas pelas alterações na arcada dentária.

A época da maioridade, instituída imediatamente após a infância, foi estabelecida como que em consenso pelos estudiosos, entre os 12 e os 14 anos. De acordo com Leite (2006), deve-se cuidar quando se trata destes termos, pelo fato de a infância não ser uma *fase biológica da vida*, é simplesmente um conceito construído cultural e historicamente. Como explica a autora:

[...] até o fim do século XIX, a maioridade se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão. Tendo em mente que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica compreende-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade. (Leite, 2006, p. 21)

Portanto, os capítulos que compuseram esse volume versam sobre a infância, entendida como um período da vida, abordam as ações concretas das crianças neste tempo de suas vidas. O termo criança remete ao século XIX, como nos informou Leite (2006, p. 20), e era usado como “uma derivação das que eram *criadas* pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamavam *crias* da casa, de responsabilidade – nem sempre assumida inteira ou parcialmente da família consanguínea ou da vizinhança”. O cuidado dispensado às crianças seguia outros padrões e valores, diametralmente opostos às crenças existentes na atualidade, salvo raríssimas exceções, para

1. Idade assim denominada pelo *Código Filipino* que perdurou até o século XIX.

nosso pesar.

Logo, é suprema a inófia de se escrever sobre o passado, a fim de difundi-lo aos indivíduos que ainda desconhecem os fragmentos de suas raízes, e aos que sentem a necessidade implícita de adquirir novos conhecimentos a cada dia. As recordações escritas e documentadas são resgates vivos de momentos ou de uma época; escrever a história é um modo de situar-se “o povo no centro dele mesmo, estendendo-se de um passado a um futuro”, como foi expresso por Certeau (2002), e ainda enfatiza que:

A marcha do tempo não tem mais necessidade de se certificar pelo distanciamento de “passados”, do que um lugar tem de se definir, distinguindo-se de “heresias”. Pelo contrário, um “processo de coexistência e de reabsorção” é o “fato cardeal” [...] muito ao contrário de ser um objeto deixado para trás a fim de que um presente autônomo se torne possível, é um tesouro situado no centro da sociedade que é seu memorial, um alimento destinado à memorização. A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. (Certeau, 2002, p. 16)

Os capítulos deste volume focam a infância imigrante em localidades diferentes, respectivamente nos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul; o último capítulo trata do acervo documental riquíssimo, em grande parte, a ser pesquisado que está localizado no acervo dos arquivos públicos.

Apesar de esses imigrantes fixarem-se no Brasil em terras distantes uns dos outros, constatou-se que existiam possibilidades de mudanças entre colônias. As condições de vida dos imigrantes dessas colônias foram muito similares, partindo-se do pressuposto de que todos se estabeleceram em núcleos coloniais estritamente agrícolas.

Assim sendo, os depoimentos transcritos das entrevistas e as lembranças desses sujeitos sobre períodos de suas infâncias remetem-nos a identificar qual seria o espaço de tempo que se iniciaram suas lembranças. Considerou-se que essas eram provenientes de crianças que poderiam expressar-se verbalmente e deslocar-se sem ajuda de terceiros. Tomou-se como referência a descrição de Leite

(2006, p. 21) quando caracteriza o período dos 0 aos 3 anos “em que, como ainda não andam, os pequenos são carregados, pelas mães, pelos irmãos [...], em alguns textos, encontra-se a expressão ‘desvalidos de pé’, que designava aquelas que já andavam”.

Portanto, as crianças focadas nos próximos capítulos são as que não eram mais dependentes dos mais velhos. Tinham idade suficiente para desempenharem pequenas tarefas domésticas, alguns trabalhos mais simples na agricultura e irem à escola, todas essas ações sem a presença de um adulto.

Referências

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, Miriam L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VEIGA, Cynthia G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano M. (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PREFÁCIO

Marta Maria Chagas de Carvalho

É um prazer ler o livro *Bambini brasiliani: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras*. Sua leitura propicia uma experiência cativante: a de um contato multifacetado com o mundo das brincadeiras, mas também do trabalho, de crianças imigrantes ou filhas de imigrantes italianos que, provenientes da região do Vêneto, se radicaram no Brasil no período que se inicia com a Grande Imigração Italiana, na década de 1870, e alcança as primeiras décadas do século XX.

Organizado por Eliane Mimesse, o livro é composto por quatro capítulos, unificados não somente pelo tema, mas também por um questionário comum, que situa as práticas de brincar no duríssimo cotidiano dos imigrantes marcado pela precariedade, pela pobreza e pela resistência e perseverança das famílias no trabalho e pelo trabalho. A articulação entre os quatro capítulos faz com que a leitura do livro seja especialmente instigante para o leitor, que é confrontado não somente com os resultados diferenciados do mesmo fértil questionário de investigação, mas também com as pertinentes análises e sugestões de pesquisa apresentadas ao final do livro. Assim, depois de percorrer os três primeiros capítulos em que as vozes dos imigrantes que falam de suas memórias de infância estão em primeiro plano, o leitor do último capítulo terá a oportunidade de colher informações e sugestões de pesquisa sobre a disponibilidade de fontes arquivísticas, especialmente de fontes seriais, e sobre as possibilidades investigativas que elas autorizam e propiciam sobre história da criança e da infância. O contraste entre uma e outra experiência de leitura pareceu-me programado: estamos aqui distantes de qualquer tipo de apologia de um ou de outro tipo de fonte ou deste ou daquele tipo de investigação; antes, o que está em jogo é a ênfase em sua desejada complementaridade.

A infância que aparece nas páginas do livro é a mesma de que fala Bacellar, no parágrafo final de seu artigo, ao cobrar do pesquisador um olhar aguçado, capaz de “identificar, nas entrelinhas das fontes, o mundo da infância no passado...”:

[...] uma infância muito distinta da que vivemos, com valores e práticas diferenciadas. Uma infância muito mais próxima da morte [...]. Uma infância apressada, que tornava uma menina de 14 anos apta para o casamento, e uma infância de muito trabalho, necessário para a sobrevivência da maioria das famílias livres de poucos recursos.

Interrogando as condições de vida dos imigrantes e seus descendentes nas colônias em que se radicaram, os três primeiros capítulos percorrem um roteiro similar, em que a brincadeira infantil, tema central dos textos, não é dissociada de outras práticas cotidianas. É assim que brincar é, neles, prática radicada nas condições materiais das rotinas do trabalho partilhado com o mundo adulto, na lavoura, na olaria ou no preparo do vinho; dos afazeres domésticos; das obrigações escolares, dos ritos religiosos. É assim que, resistindo a essas condições ou valendo-se delas, improvisando ou transformando situações, a brincadeira infantil de que falam os textos dá-se nas brechas, nos interstícios das árduas condições de vida dos colonos: é prática que se dá como *tática*, no sentido dado ao termo por Michel de Certeau; como *prática de apropriação* que tira proveito de sua circunstância e das condições materiais em que se dá. É o caso, por exemplo, das brincadeiras coletivas que se tornavam possíveis quando ocorriam as cheias do rio Tamanduateí. Nelas, o infortúnio se transforma em ocasião de alegria.

Falar da brincadeira infantil é, no livro, perspectivar o olhar para focar o mundo dos imigrantes italianos radicados nos núcleos coloniais brasileiros pesquisados. É narrar, como pontua Luchese, “histórias de vida da infância privilegiando relações familiares, trabalho, brinquedos e brincadeiras e processo de escolarização”. É falar de suas duras condições de vida, mas também da alegria das brincadeiras. Afinal, como pergunta Mimesse, tratando da pontuação de felicidade que perpassa as lembranças de infância que lhe foram relatadas: haveria “alguma dúvida de que não era divertido esmagar as uvas com os pés”, ou, ainda no trabalho da olaria, “lançar tijolos uns para os outros?”.

Mas falar da brincadeira das crianças é também falar de suas práticas de resistência e enfrentamento. É assim que, por exemplo, Maschio relembra o modo como as crianças enfrentavam as dificuldades de lo-

comoção entre longas distâncias, transcrevendo o relato de d. Ângela sobre a caminhada que costumava fazer para percorrer os doze quilômetros que separavam a colônia Eufrásio Correia, onde morava com seus pais, *nonos* e dezessete irmãos, até o centro de Colombo, onde eram celebradas as missas e as festas eram comemoradas:

Tudo de a pé. Sapato na mão porque ele machucava. O meu era um sapatinho que o tio Virgínio tinha consertado. Era de uma cabocla e ele deu para mim. Mas ele era apertado. Ele doía os pés. A gente tinha que ir, tanto na Várzea como no Colombo, levando o sapatinho sempre na mão, até lá. Quando chegava no tanque se lavava o pé com um pano. Se levava um pano de casa, dava uma lavadinha nos pés e colocava o sapato. Saía meio manca, mas não tinha de melhor. Não se podia comprar. A gente era em bastante, comprar um sapato de cada um era muita coisa, não tinha jeito, tinha que sair com que a gente podia. (Simioni, 2003)

Ainda, falar da brincadeira infantil é também falar da morte, tão presente no cotidiano das colônias, como o faz Mimesse, falando dos imigrantes de São Caetano. Ela observa que a alta taxa de mortalidade infantil fazia parte desse cotidiano, sendo aceita como algo corriqueiro a ponto de gerar padrões de comportamento. É o caso, por exemplo, das práticas de batismo e registro das crianças; das práticas de alimentação e do recurso a amas de leite; das festas familiares em que era raro comemorar aniversários das crianças.

A rotina cotidiana de trabalho é determinante na vida dos colonos. Predominantemente agrícola, o trabalho é constitutivo das relações familiares, produzindo diferenças de gênero, delimitando tempos e espaços de lazer, imprimindo forma e ritmo aos afazeres domésticos e à vida escolar das crianças, a ponto de produzir um tempo escolar específico, adequado à sua sazonalidade. Como ressalta Maschio, observadas as listas de frequência escolar, há um maior número de faltas nos períodos de roçada, plantio e colheita. Segundo a autora, “a presença dos filhos nos trabalhos agrícolas era indispensável para aumentar o número de pessoas nas lavouras e nesses períodos as crianças passavam a frequentar regularmente o campo, deixando para trás a escola”.

É o que transparece no trecho de relatório do professor João Baptista Marconi, da Colônia Novo Tyrol, que Maschio reproduz:

Actualmente estão escritos discípulos de ambos os sexos em número de 73, porém todos não freqüentam agora que os paes trabalham nas roçadas dos lotes, e assim os filhos ou trabalham, ou levão a comida por elles no mato. O assignado dá trabalho a sua filha para o ensino de coser às meninas tendo ella mesma também um ensino dominical gratuito para as moças que não podem freqüentar a escola pública diurna, que estão escritas em número de 27. Além disso, foi aberta uma escola nocturna para os moços que não podem freqüentar a escola diurna que estão em número de 32, mas momentaneamente suspenderão-se para entregar-se no mato a roçar a terra do seu lote. (Paraná, 1879, p. 230)

O trabalho na lavoura, mas também os afazeres domésticos, incidiam sobre a própria estruturação do tempo escolar, influenciando na repartição diária das atividades escolares, no horário das aulas e no calendário anual. Maschio conta que, na colônia de Santa Felicidade, atendendo a solicitações das famílias, que queriam ver respeitado o costume italiano de preparar, ao mesmo tempo, o almoço e o jantar do dia na hora do almoço, o inspetor escolar determinou mudanças no horário escolar. Para exemplificar a situação, a autora reproduz trecho do relatório desse inspetor, justificando a medida:

Sinto-me em dever de dizer a V.S. que as informações tidas desta escola da colônia de Santa Felicidade não forão exactas. É verdade que a professora ensinha na escola as meninas da uma hora da tarde até a cinco horas, antes que conforme o regulamento das nove horas até as duas da tarde, mas esta modificação deve a circunstância que não se podem desprezar. Não podendo uma professora attender ao empenho de mais de 80 entre meninos e meninas, sendo de tempo estabelecida nesta colônia a escola dos meninos dirigida da um professor muito abil e de plena confiança dos colonos, achei coisa necessária dividir as duas escolas, e

deixar a tarde a professora e de manhã ao professor sendo um só o logar da escola pertencente aos colonos, os quais certamente preferem a escola para os meninos, a escola para as meninas. Tem outra circunstância, isto é que os colonos continuam o costume italiano de fazer a sua comida da janta ao meio dia, hora na qual os meninos e as meninas devem-se achar na própria casa. (Paraná, 1890, p. 219)

Mas não apenas desse modo as rotinas de trabalho das famílias repercutiam na própria estruturação do tempo escolar. Mimesse registra “que a frequência das crianças nas aulas ministradas pelos professores era de extrema irregularidade”. Segundo a autora, as listas de frequência que analisou indicam que o tempo total de permanência das crianças na escola correspondia a seis anos, o dobro do exigido oficialmente. Comentando a informação, a autora afirma que essas crianças tinham uma “frequência diferenciada” nas salas de aulas, permanecendo por mais anos na escola, de modo a compensar a quantidade de ausências que se acumulavam no decurso de cada ano. A razão para as ausências contínuas era, segundo Mimesse, a necessidade de ajudar os pais nos afazeres domésticos. Observa a autora:

Como a frequência diária não era legalmente obrigatória, as crianças faltavam as aulas quando o volume de seus afazeres era demasiado. Contudo, elas encontraram uma maneira de adaptar seu cotidiano ao da escola, permanecendo mais tempo matriculados. Continuavam frequentando a escola, estavam presentes duas vezes no mesmo ano escolar. De modo que cursavam mais três anos, além dos três anos obrigatórios para a aquisição do diploma.

A presença em sala de aula de crianças acompanhadas de irmãos menores, com idade inferior à prevista legalmente, também evidencia como as rotinas do trabalho incidiam na configuração do dia a dia escolar. Quando os mais velhos completavam os sete anos regulamentares para a frequência escolar, seus irmãos de apenas 5 anos os acompanhavam. Nas listas de chamada que examinou, Mimesse encontrou vários sobrenomes repetidos, interpretando o

achado como estratégia das famílias de manterem na escola crianças que, por não terem autonomia para poderem executar tarefas em casa, eram mandadas para a escola com os irmãos mais velhos, de modo a aprender algo até a idade de 7 anos. As escolas então existentes em São Caetano, compostas por uma única sala dividida por bancos ou fileiras, onde cada banco correspondia a um nível de adiantamento escolar, tornavam essa estratégia possível. Essas escolas eram relativamente permeáveis às injunções das condições de vida dos imigrantes em São Caetano. Uma evidência disso é que elas seguiam, como relata a autora, um horário especial de funcionamento, estabelecido a partir dos horários de chegada e partida dos trens que, pela manhã, desciam a Serra do Mar em direção a Santos, passando por São Caetano às 10h17 e retornando a São Paulo à tarde, com parada local às 13h15.

Diversa era a situação das escolas nas colônias imigrantes do Paraná e do Rio Grande do Sul, objeto de análise dos artigos de autoria de Maschio e Luchese. Falando das famílias estabelecidas na região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, Luchese chama atenção para “as profundas diferenças entre a infância vivida pelas crianças que habitavam as nascentes áreas urbanas se comparado com aquelas das distantes zonas rurais”. A observação de Luchese sobre as diferenças de condição de vida entre as colônias rurais e urbanas é especialmente válida para pôr em evidência a heterogeneidade dessas condições, contrastando a situação de extrema precariedade das condições de vida dos colonos radicados em São Caetano e as condições mais favoráveis dos núcleos coloniais estabelecidos nos arredores de Curitiba ou no Rio Grande do Sul. Para tornar evidentes essas diferenças, basta registrar um fragmento da entrevista de Virginia Dall’Alba Novello, colhida pela autora. Recordando as brincadeiras prediletas dos recreios escolares, Virginia conta que brincavam de *cantoni*, explicando que o pátio de recreio da escola

[...] tinha quatro cantos distantes, porque o nosso pátio era grande, e a gente se pegava. Poder pegar enquanto ele não chegava no canto, no posto. Então um sempre corria, quando ele pegasse outro então era aquele que devia pegar, ele ia correndo.

Talvez uma das principais virtudes do livro resida no modo como foi trabalhada, sob o pano de fundo de uma herança cultural comum, a heterogeneidade das experiências de vida das crianças nas colônias. As diferenças de condição de vida entre essas foram devidamente apontadas nos capítulos que compõem o livro, desenhando um mosaico em que se mostram usos diferenciados de tradições culturais comuns. Isso foi possível porque os textos trabalharam com populações de imigrantes provenientes de uma mesma região da Itália, acompanhando, com olhar atento, o seu destino em núcleos coloniais marcados pela diferença.

Valendo-se dos estudos de Hall (2003, p. 89), Luchese propõe pensar o “cotidiano, o universo cultural negociado e construído na região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul pelos imigrantes” como cultura híbrida, em que as pessoas “dispersadas para sempre de sua terra natal retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições”, mas “são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades”. Segundo a autora, essa “hibridização cultural marcou os processos identitários, os costumes, as tradições reinventadas e adaptadas ao ‘novo mundo’, a fala e toda organização social, econômica e cultural das famílias que colonizaram a Região”.

Pondo a nu não somente as diferenças entre as condições materiais de vida encontradas em cada região, mas também os modos distintos através dos quais grupos diferentes de imigrantes, herdeiros de uma mesma tradição cultural, lidaram com aquelas diferenças, o livro dá índices sobre os modos e graus, também diferenciados, em que certamente se deu esse processo de hibridização nas colônias. Mas não assume essa interpretação. Talvez porque, para além de possíveis divergências teóricas entre os autores, estes tenham preferido deixar ao leitor a liberdade de assumi-la ou não. Afinal, como afirma Bacellar, no último capítulo deste livro: “Aos historiadores, cabe a tarefa de exercer o espírito crítico, [...] buscando, através de muitos fragmentos de informação, estabelecer suas interpretações sobre a vida das crianças em nosso passado”.



CAPÍTULO 1

AS AVENTURAS E DESVENTURAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS EM SÃO CAETANO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Eliane Mimesse

1. As origens das pesquisas sobre São Caetano

As linhas que se seguem pretendem descrever como se desenrolava o dia a dia das crianças que viviam em São Caetano. Essa reconstrução dos detalhes, de outros tempos, contou – principalmente – com a rica contribuição das entrevistas efetuadas com dezessete pessoas residentes na atual cidade de São Caetano do Sul desde a sua infância. Desses entrevistados, dez eram mulheres e sete eram homens, sendo apenas duas mulheres não descendentes dos colonos, mas que viveram na comunidade desde pequenas. Uma delas, inclusive, acabou por se casar com um dos italianos residentes. Assim sendo, dentre os quinze entrevistados, não serão considerados dois depoimentos, o de uma mulher, por não ter nenhum tipo de parentesco com os moradores, e o de um homem filho de depoentes, por ter nascido no final dos anos 1930 e não condizer com o período estabelecido para este estudo. Logo, foram utilizados os depoimentos de treze pessoas nascidas entre o final do século XIX e início do XX. As entrevistas realizaram-se ao longo do ano de 1995, quando da execução do projeto *História de Vida*, desenvolvido pela Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Esse referido projeto visou ao resgate do maior número de informações possíveis sobre as primeiras décadas do século XX. Os dados foram organizados a partir de entrevistas efetuadas com os moradores mais antigos da cidade, que se dispuseram a participar deste projeto e que apresentavam boas condições de saúde, em função da idade avançada da maioria deles.

Quando um estudo, como o aqui desenvolvido, faz uso das fontes da história oral, pode resgatar as mais diversas lembranças dos entrevistados. Como foi explicitado por Thompson (1998):

[...] uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha

nova dimensão. A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. [...] os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar. (Thompson, 1998, p. 25)

A riqueza dos depoimentos colhidos segundo a análise da história oral é memorável. Desse modo, tendo acesso a todas essas fontes, este estudo contou com os depoimentos de Joana Fiorotti Zanini, Henriqueta Matiello Perin, Egydio Scarparo, Irene Marques Biagi, Celeste Biagi, Verino Segundo Ferrari, Esperança Martorelli Cairo, Michelina Paolillo Mantovani, Francisco Adelino Fiorotti, Serena Moretti Perrela, Singerfrido Cavassani, Octavio Fiorotti de Luigi e Adelaide Capuano Fiorotti. Alguns trechos desses depoimentos serão comentados e alguns deles reproduzidos nos próximos parágrafos, respeitando-se o modo como foram originalmente expressos por cada um dos entrevistados e, conseqüentemente, como se ordenou sua transcrição. Por esse motivo algumas frases não respeitam as regras gramaticais da língua portuguesa atualmente em vigência.

Decorrem dessa gama de dados informações relevantes, sobre os mais diversos assuntos, dando margem a muitas novas pesquisas. Seguindo essa premissa, e tendo a documentação em mãos, surgiu a ideia de se explorar as fontes documentais e orais utilizadas desde minhas primeiras pesquisas sobre São Caetano. Mantenho arquivados todos os documentos transcritos, desde tempos atrás.

Com relação à análise da documentação oficial alerto para que o pesquisador tenha cuidados quando da efetivação das leituras. É necessário ir além das aparências que os documentos demonstram. Deve-se investigar a sociedade como um todo no período analisado e nunca entender um acontecimento como isolado. Via de regra, as fontes primárias documentais podem ser encontradas em arquivos, bibliotecas e em departamentos vinculados aos órgãos públicos que mantenham a prática do arquivamento de documentos. Os arquivos são os responsáveis pela guarda e manutenção dos mais diversos documentos, pois, como nos alertou Certeau (2002):

[...] compõem o mundo do jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturiza-

da e, portanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; [...] o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explicita miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer. (Certeau, 2002, p. 20)

Grande parte das fontes primárias utilizadas para a elaboração deste estudo encontrava-se no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Todo o material utilizado estava distribuído em latas metálicas que continham os maços com a documentação. Esses documentos apresentavam-se no formato de manuscritos originais. Abrangiam períodos de tempo determinados e, algumas vezes, estavam em ordem alfabética de acordo com a localidade. E, como ocorrerá com as transcrições das entrevistas, será mantida a grafia original desses documentos quando forem aqui citados.

Como moradora da cidade de São Caetano do Sul desde meu nascimento, muitas das informações as quais busquei foram frutos da curiosidade, a partir dos detalhes das histórias contadas por meus avós, moradores na cidade desde meados dos anos 1940. Meus avós maternos moraram durante toda sua vida na rua Vinte e Oito de Julho, no bairro da Fundação, local central do antigo núcleo colonial. Essa rua ainda mantém o mesmo traçado e tem início na frente da Igreja – a antiga capela dos beneditinos, e segue até as margens do rio Tamanduaté¹. Esses avós estiveram envolvidos com a cultura vêneta, frequentavam as missas e solenidades e conviviam com vizinhos e amigos, todos originários da Itália. As histórias contadas e ocorridas naquele local, além dos acontecimentos diários, estavam imbuídas desta atmosfera dos antigos colonos imigrantes.

Por outro lado, meus avós paternos moravam na rua Floriano Peixoto, no bairro Santa Paula, algumas quadras acima dos trilhos do trem. Essa rua, como a anterior, permanece com seu mesmo traçado.

1. No final deste capítulo existe um fragmento de planta do antigo núcleo colonial de São Caetano, a fim de contribuir com a localização espacial dos locais aqui citados.

Meu avô paterno mudou-se com a família para São Caetano para assumir um novo cargo na Estrada de Ferro *São Paulo Railway Company*. E as histórias sobre a estrada de ferro, a inexistência de sinalização para travessia de pedestres e veículos de transportes – dos mais variados tipos – eram assuntos corriqueiros, dada à importância da estrada de ferro para o desenvolvimento econômico da cidade e da região. Todas essas histórias que conviveram comigo durante anos de minha vida foram enriquecidas pelos tempos em que frequentei as salas de aulas no Grupo Escolar Senador Fláquer e no Instituto de Ensino de São Caetano do Sul.

A curiosidade em saber quais eram as origens das escolas em que estudei, a história das ruas pelas quais andava e das narrativas lembradas e contadas repetidas vezes por meus avós, contribuíram para o início de minhas pesquisas no final dos anos 1980. Dois artigos foram publicados sob a temática da educação nos anos de 1990, no periódico *Raízes*, editado pela Fundação Pró-Memória da cidade. Esses artigos foram: “O cotidiano escolar em São Caetano” e o “Empenho da comunidade construiu o primeiro Grupo Escolar”. Esse material bibliográfico inicial apresentava algumas impressões do que se tornaria a dissertação de mestrado sobre *A escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano (1877-1921)*, o que, por sua vez, gerou a publicação de um livro, *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*, que está atualmente em sua segunda edição. Portanto, é a partir de todo esse contexto histórico que se proporciona a redação sobre o cotidiano das crianças na então localidade de São Caetano².

2. Os imigrantes vênéticos quando da chegada ao núcleo colonial de São Caetano

O núcleo colonial de São Caetano foi erigido nas antigas terras dos monges beneditinos, localizado em uma região próxima à da cidade de São Paulo, sendo possível a comunicação fluvial com o centro comercial da capital, além da existência de alguns caminhos por terra. Mas, com o passar dos tempos, surgiram obstáculos

2. A denominação São Caetano prevalece até o ano de 1948. Nesse ano, a localidade adquire a autonomia administrativa e, a partir de então, a cidade denomina-se São Caetano do Sul.

quanto à manutenção da produção de tijolos, entre eles, indica-se a concorrência e a escassez na mão de obra escrava. Nesse ínterim, os religiosos abandonaram as terras, que logo foram incorporadas pelo governo provincial, deu-se, assim, o início da criação do núcleo colonial de São Caetano.

A chegada em massa de imigrantes no estado de São Paulo iniciou-se pela necessidade de aumentar a mão de obra na lavoura, principalmente nas fazendas de plantio de café. Os trabalhadores imigrantes deveriam substituir os trabalhadores africanos, em função da mão de obra escrava estar a cada dia tornando-se mais dispendiosa. Os núcleos coloniais foram, via de regra, criados pelo governo paulista em terrenos acidentados, de modo a dificultar a grande lavoura, normalmente localizados próximos a rios e estradas de ferro. As terras do núcleo colonial de São Caetano eram férteis para o cultivo de milho, feijão e batatas, de modo a possibilitar o desenvolvimento da localidade pelo comércio ou pela indústria e evitar, desse modo, a concorrência com os grandes produtores.

Foi a possibilidade de aquisição de pequenas propriedades que atraiu um grande número de vênetsos para as terras de São Caetano. Porém, esses sujeitos não imaginavam quão precárias seriam as condições de vida que se deparariam quando da chegada nas terras do núcleo.

Quando os imigrantes desembarcavam do navio na cidade portuária de Santos, eram levados de trem para a Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo, local onde todos os imigrantes se dirigiam quando chegavam ao país, permanecendo lá por oito dias. Traziam um *prospetto* contendo as condições mínimas para o imigrante que tivesse pretensões de fixar-se em um núcleo, no estado de São Paulo, na localidade em que o governo tivesse lotes disponíveis. Esse *prospetto* dizia:

Cada agricultor que se estabelecia em uma Colônia do Estado tinha direito a um lote de terra.

Estes lotes dividem-se em três classes:

a 1ª é de 125.000 braças quadradas, tendo 605.000 metros quadrados,

a 2ª é de 62.500 braças quadradas e 302.500 metros quadrados,

a 3ª é de 31.250 braças quadradas e 151.350 metros quadrados,

valendo a um preço que era fixado pelo Diretor da Colônia, e que poderia variar de 2 a 8 réis cada braça quadrada, ou seja, o metro quadrado 4,84.

[...] o pagamento será feito em cinco parcelas, começando do fim do segundo ano da posse do colono.³
(Mimesse, 2010, p. 25)

Seria possível, ainda, escolher entre três tipos de lotes, com preços diferentes de acordo com a extensão, como traz o fragmento do documento citado acima. Após a definição e escolha dos lotes, os imigrantes rumavam de trem para a localidade escolhida. Os imigrantes vindos da região do Vêneto saíram da Hospedaria dos Imigrantes para o núcleo de São Caetano.

A ferrovia *São Paulo Railway Company* havia sido construída pelos ingleses e inaugurada no mês de fevereiro de 1867, com algumas paradas nos locais considerados por seus engenheiros como mais importantes. Essa ferrovia ligava as cidades de Santos, no litoral, a de Jundiaí, no interior, e foi a primeira a ser construída no estado de São Paulo. No núcleo de São Caetano, apesar de a ferrovia cruzar suas terras, ainda não existia uma estação para o desembarque das pessoas, obrigando-as a saltarem do trem em movimento com seus filhos pequenos e suas bagagens. Essa foi uma das várias situações indescritíveis com que os vênetos se depararam quando da chegada em terras paulistas.

A antiga fazenda dos monges beneditinos era adequada para o assentamento dos recém-chegados. Havia permanecido nas terras as antigas construções existentes e que poderiam servir de abrigo para as pessoas. Conforme Mimesse (2010), a legislação vigente pre-

3. Ogni agricoltore che si stabilirà in una Colonia dello Stato, ha diritto ad un lotto di terreno.

Questi lotti si dividono in tre classi:

La 1^o è di 125.000 braccia quadrate, ovvero 605.000 metri quadrati

La 2^o è di 62.500 braccia quadrate, ovvero 302.500 metri quadrati

La 3^o è di 31.250 braccia quadrate, ovvero 151.350 metri quadrati

valutati ad un prezzo che sarà fissato dal Direttore della Colonia, e che potrà variare da 2 a 8 reis ogni braccio quadrato, ossia metri quadrati 4,84.

[...] il pagamento sarà fatto in cinque rate, a cominciare dalla fine del secondo anno di possesso del colono.

via que as colônias deveriam ter um edifício especial para receberem os colonos, até que esses construíssem suas casas. Neste caso, a construção de um local não foi necessária. Apesar da má conservação, os edifícios eram suficientes para acomodar todas as pessoas.

Entretanto, as condições de vida dos colonos foram complexas, desde o momento de seu desembarque irreverente na localidade que seria denominada como São Caetano, no dia 28 de julho de 1877. As famílias depararam-se com as construções precárias que restaram da antiga fazenda, compostas por uma casa-grande, uma capela e uma dúzia de pequenas casas que serviam de moradia para os escravos.

Os primeiros anos de vida das famílias no núcleo colonial podem ser expressos como de grande dificuldade. Foi necessário, nesse período, providenciar a construção das casas, iniciar o plantio da lavoura, preparar o pasto para receber os animais, lutar pela vida, em função da mortalidade – principalmente infantil – e ainda requerer do governo provincial muitas ações nas quais se sentiram lesados. A capela que existia no local estava em condições péssimas de uso. Por não receber manutenção regular, o mesmo pode-se dizer com relação às pequenas casas. Sendo assim, os colonos passaram a escrever abaixo-assinados solicitando melhorias para o núcleo. Entre esses pode-se relacionar a necessidade de a capela funcionar com seus serviços regularmente, a criação de escolas para a alfabetização das crianças, além da escolha de um local para a criação de um cemitério. Pode-se citar um trecho de um dos abaixo-assinados requerendo a construção de edifícios propícios para as escolas.

Excellentíssimo Snr. os abaixo assignados ao terminar este, dirigem-se a V. Ex.^a. pedindo sua valiosa proteção em favor da Instrucção Publica da mesma Colonia, que não tem edificio algum que decentemente se preste para as aulas de ambos os sexos, sendo certo que a cadeira do sexo feminino, unica que esta funcionando, esta se servindo da sachristia da Capella da Colonia, lugar completamente improprio para tal fim. (São Paulo, 1883b)

Todavia, o governo não considerava necessário despender gastos com a restauração dos imóveis ou mesmo investir na constru-

ção de novos edifícios. O governo entendia que esses atos deveriam estar a cargo dos novos moradores, que iriam reconstruir a localidade. Não fazia parte do planejamento do governo provincial investir verbas públicas, que eram sempre escassas, em qualquer tipo de obra na periferia da capital.

Com o passar do tempo, com a organização dos lotes e a construção das casas, algumas pessoas da comunidade apresentavam possibilidades financeiras de cederem partes de seus imóveis para a instalação dos órgãos públicos. Os colonos cederam salas de suas casas para as escolas funcionarem, e organizaram-se para reconstruir a capela e torná-la uma Igreja. Duas décadas após essa mobilização, os moradores mobilizaram-se novamente e construíram o Grupo Escolar.

3. Os acontecimentos corriqueiros do cotidiano

Dentre os acontecimentos cotidianos pode-se referenciar o convívio com a mortalidade e as decorrências por ela geradas. A questão da contratação das amas de leite, no caso das mães que perderam seus filhos no período da amamentação; o trabalho doméstico das crianças para ocupar o lugar de um irmão mais velho que faleceu; a propagação das moléstias que transcorriam na baixa frequência às escolas. Entretanto, mesmo assim, ainda existia a possibilidade de as crianças se divertirem, brincando com os amigos em frente de suas casas, no local que poderíamos denominar de rua, mas que nesta época não reunia as características conhecidas para tanto, eram ruas de terra, sem calçadas ou calçamento.

As crianças conviviam com as doenças e a mortalidade, e não era raro que tivessem perdido um ou mais irmãos no nascimento, ou antes desses completarem 1 ano de idade. Giacomo Garbelotto, um dos antigos colonos de São Caetano, enfatizou essa situação da infância em uma carta para um amigo, reproduzida no livro de Franzina (1979, p. 164), datada de 14 de fevereiro de 1889. Escreveu ele: “[...] sem poder encontrar trabalho e com a perda dos próprios filhos, de sete e oito anos, [...] estou aqui com Giacomo Dal Cin que tem a filha doente e

uma morrreu e a sua mulher esta bem e te saúda”⁴. Essa situação exposta na carta de Garbelotto foi comentada por Franzina (1979) quando reiterava as considerações sobre a vinda dos imigrantes provindos da Itália para a cidade de São Paulo.

A sua carta, além disso, fornece, em seguida, elementos para iluminar os aspectos mais tristes do fenômeno migratório em S. Paulo como parece ser, de um lado, a conjuntura desfavorável de certo período e, de outro, a constante dor representada pela alta mortalidade infantil, verificada não só a bordo dos navios, mas também, se não maior, nas terras da América.⁵ (Franzina, 1979, p. 165)

Nas páginas constantes nos *Annuarios Demographicos Sanitarios*, pôde-se verificar que a causa das mortes, nos anos iniciais do século XX, eram devidas às moléstias mais corriqueiras como a febre tifoide, a malária, a febre amarela, a varíola e a coqueluche. Existia uma política de saneamento implantada no estado de São Paulo, com o objetivo de evitar a propagação da malária, com a execução de “aterros e drenagens das várzeas” e, no caso da varíola, o documento trouxe os seguintes dados:

[...] excepto o anno de 1898, foi o de 1902 o que apresentou obituario mais elevado por essa causa de morte. Consignando este facto é nosso intuito pedir a attenção dos poderes publicos para a necessidade da obrigatoriedade da vaccinação e emprego systematico da revaccinação, afim de banirmos de uma vez dos nossos qua-

4. “[...] senza a poter trovare lavoro e com la perdita dei propri figli dai sette otto anni, [...] son qui com Giacomo Dal Cin e la avulto le figlie amalate e una sono morta e la sua moglie sta bene e ti saluta” (Franzina, 1979, p. 164).

5. La sua lettera, inoltre, fornisce ulteriori elementi in grado d’illuminare gli aspetti piú tristi del fenomeno migratorio in S. Paolo come sembrano essere, da um lado, la congiuntura sfavorevole di certi periodi e, da um altro, la costante dolorosa rappresentata dall’alta mortalità infantile usa a verificarsi non solo a bordo delle navi, ma anche, se non di piú, in terra d’America (Franzina, 1979, p. 165).

dros estatísticos molestia tão deprimente. (São Paulo, 1903, p. 27)

Muitas das crianças morriam e os pais nem sabiam qual era o motivo real, pois nessa época não existiam médicos residentes na localidade de São Caetano. Em alguns dos depoimentos analisados verificou-se que as causas das mortes eram as mais diversas. Temos como exemplo o acontecido com o irmão mais velho de dona Joana Fiorotti Zanini, que morreu depois de levar um coice de um burro na cabeça; ou, ainda como contou dona Irene Marques Biagi que contraiu pneumonia pouco antes da viagem de vinda para o Brasil, e o medo de sua família era de que ela falecesse durante a viagem, porque “*se morresse, eles jogavam no mar*”. Nesse mesmo depoimento, essa senhora relata ainda que seu irmão faleceu com sarampo, após a família estar no país há uma semana.

Encontraram-se vários relatos descrevendo que todas as famílias eram numerosas, nesse sentido, a inexistência da assistência médica institucionalizada em São Caetano contribuía para o aumento das taxas de mortalidade e de moléstias. Algumas pessoas assumiram as funções de benzedeiros ou benzedeiças e de parteiras, essas últimas eram senhoras que ajudavam as mulheres durante o nascimento do bebê, e faziam o possível para que a mãe e a criança sobrevivessem.

Em São Caetano, nessa época estudada, não havia nenhuma parteira. As mulheres que tinham condições de saúde para se locomoverem iam até sua casa que ficava do outro lado do Rio Tamanduateí, em São Paulo, ou a parteira era chamada e trazida de charrete para fazer o parto. Conforme dona Joana Fiorotti Zanini, sua mãe “*foi na casa da parteira, que tinha um quarto de propósito para as mulheres conhecidas*”.

A morte prematura de filhos recém-nascidos possibilitava que essas mães assumissem um novo tipo de trabalho, considerado relevante para a sociedade da época, o trabalho de amas de leite. Essa prática de amamentar os filhos dos mais abastados existia no Brasil desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, nos quais as escravas africanas adotavam a função de amas de leite, para assim alimentarem os filhos das famílias brancas e, conseqüentemente, acabavam prejudicando o aleitamento de seus próprios filhos. Prevaleciam críticas a esta postura feminina da elite, mas as italianas, como as escravas africanas, eram consideradas saudáveis a tal ponto de poderem assumir o mesmo

posto da mãe no quesito da amamentação. Dona Joana Fiorotti Zanini relatou que sua

mãe foi ama de leite quando morreu um filho dela [...] não sei se ele nasceu morto ou se ele morreu depois, logo que nasceu. Sei que ela tinha muito leite. E naquele tempo os ricos não amamentavam os filhos, tinha uma ama em casa.

Nos comentários existentes no texto de Pardal (2005) encontram-se as críticas às amas de leite, datadas do final do século XIX e início do XX provindas dos médicos especialistas. Essas críticas eram referentes à prática do uso corriqueiro de amas de leite e, ainda, persistiam algumas palavras em defesa do aleitamento materno natural ou da aceitação de procedimentos que pudessem substituir o leite materno de modo saudável. As famílias que tinham condições financeiras para contratar uma ama de leite poderiam adquirir facilmente os novos produtos que substituiriam o leite materno. Nesse referido texto foi citado um documento escrito em 1875, pelo químico suíço Henri Nestlé.

Nos primeiros meses o leite da mãe será sempre a alimentação mais natural, e toda a mãe deve amamentar seu filho por si mesma, no caso de o poder fazer; fazendo-se substituir por uma ama-de-leite, ella não somente falta ao seu dever, mas também obriga a proceder da mesma forma aquela que abandona o seu próprio filho para amamentar o de outrem.

Confiar um filho a uma pessoa estranha, cujo procedimento não é bem conhecido, é aventurar muito, [...] sob o ponto de vista christão, não é admissível que o filho do pobre seja preterido pelo filho do rico, deve-se, pois, procurar uma alimentação própria para a cria quando falta o, leite da mãe. (Pardal, 2005, p. 57)

Para contribuir com a redução na prática da contratação de amas de leite, a *Junta Central de Higiene Pública do Rio de Janeiro*⁶, aprovou a in-

6. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro era a capital e a principal cidade do Brasil.

trodução no mercado brasileiro de um novo produto produzido pelo químico Henri Nestlé, composto de leite em pó e pó de pão torrado, denominado como farinha láctea. Desde que misturado com água, assumiria a consistência de um mingau e poderia suprir as necessidades de uma criança, sem necessitar dos serviços de uma ama de leite. Pouco tempo depois, outro alimento foi desenvolvido com este mesmo fim, o leite condensado. O produto deveria ser diluído em água morna, por este motivo era *condensado* e, em seguida era ministrado como bebida, assumindo a função do leite materno.

Contudo, apesar dessas modernizações na alimentação infantil, os colonos nessa época não tiveram acesso a esses produtos industrializados, e ao que parece nem mesmo os indivíduos das classes mais abastadas moradores da cidade de São Paulo, que contratavam as mulheres de São Caetano para amamentar suas crianças. A grande luta instituída por médicos e outros especialistas quanto ao uso das amas de leite decorria de que algumas mães optavam pelo salário, que receberiam como amas, e deixavam de amamentar seus próprios filhos, incorrendo na subnutrição e contribuindo com o aumento nas taxas de mortalidade infantil.

Como a alta taxa de mortalidade infantil fazia parte do cotidiano e era aceita como algo corriqueiro, existiam padrões de comportamento aceitos e seguidos por todos. Com esse alto índice de mortalidade, não havia uma preocupação ampla por parte das famílias com o imediato registro oficial dos nascimentos. As crianças eram batizadas na Igreja em São Caetano, e quando o pai da família tivesse tempo disponível se deslocava até o Tabelionato, que se localizava na cidade de São Paulo, para registrá-las; essa ação poderia ocorrer no mês seguinte ou anos após o nascimento.

No entanto, os nomes das crianças batizadas e, conseqüentemente, registradas no Livro de Batismos da Igreja de São Caetano por suas famílias, nem sempre eram os mesmos nomes pelos quais foram registradas no Tabelionato de Registro Civil. Isto foi o que ocorreu com o senhor Verino Segundo Ferrari, que somente soube que seu nome era Verino quando foi solicitar sua certidão de nascimento para fazer o alistamento no serviço militar. Nesse caso, o tempo entre seu nascimento e seu registro no órgão oficial por seu pai foi quase que imediato, mas o nome da criança registrada no Tabelionato era diferente do nome do registro de batismo constante na Igreja. O uso do nome Segundo

indicava que existiu outra pessoa na família com esse nome, nesse caso era um tio, desse modo, o senhor Verino era o segundo de uma mesma família a adotar esse nome. Questão essa esclarecida pelo depoente:

[...] era hora de fazer o serviço militar. Eu fui procurar tirar a certidão de nascimento minha para me alistar. Bem, então eu cheguei no cartório do Brás e pedi uma certidão de nascimento. E dei lá meu nome Guerino Ferrari, 02 de Janeiro de 1911. [...] o nome era pela morte de meu tio Guerino, que foi mordido por cobra. Então, passaram o nome dele para mim, mas o meu nome não era Guerino. O dono do cartório falou para mim: Aqui não tem nenhum Guerino Ferrari, aqui tem um Verino Segundo Ferrari. Então eu falei o senhor me deixa ver o livro, e eu conhecia a assinatura do meu pai, então, eu mudei de nome. (São Caetano do Sul, 1995)

Esse assunto nos remete também a refletir sobre a inabilidade dos funcionários dos tabelionatos na época. Grande parcela dos equívocos nas grafias com relação a nomes e sobrenomes de estrangeiros era pela má compreensão na pronúncia desses imigrantes. Destarte, os funcionários dos órgãos de registro civil não sabiam como escrever corretamente os nomes e sobrenomes, sendo que muitas vezes, pela dificuldade do idioma, eles acabavam por registrar os nomes e sobrenomes que consideravam estar corretos, ou mesmo, com uma ordenação equivocada, (sobrenome como se fosse nome e vice-versa).

Mas, para contribuir com essa complexidade dos registros de nascimentos, é necessário explicitar que em algumas regiões da Europa, nessa época, a prática, quando da assinatura de documentos de qualquer natureza, era a de se escrever primeiro o sobrenome e depois o nome. A importância do sobrenome para uma pessoa era por esse expressar sua linhagem, remontava sua origem e poderia vincular esse indivíduo a determinadas localidades ou regiões. Como exemplo para essa situação, temos a listagem com a relação dos moradores de São Caetano, que assinaram em 1883 um abaixo-assinado. A página, segundo Mimesse (2001, p. 155), apresentava as assinaturas nesse formato. Algumas das quarenta e uma assinaturas são aqui reproduzidas: “Braido, Giuseppe; Garbeloto, Antonio; Baraldi, Pri-

mo Secondo; Visentin, Pietro; Roveri, Filippo; De Nardi, Celeste”.

Outro exemplo nesse sentido, ocorrido em São Caetano, é o de dona Irene Moretti Perrela, que foi batizada por sua avó com esse nome. Entretanto, na família, era conhecida como Serena, o nome que seu pai lhe deu. A desordem teve início porque sua avó considerou que o nome de Serena era o mesmo que de uma égua de propriedade da família. Na citação do trecho do depoimento encontrou-se a seguinte explicação:

quando meu pai falou que meu nome era Serena, ela (a avó) achou que ia por nome de cavalo. Porque meu pai trabalhava na olaria, ele tinha os cavalo e tinha uma égua chamada Sereia e minha avó fez confusão, de Sereia com Serena.

Não era raro que animais e pessoas convivessem em harmonia, mas não era aceitável que o nome de uma criança fosse o mesmo que o de uma égua.

Uma situação a qual também se deve dar relevância, nessa linha de comentários sobre os nomes das crianças, foi vinculada à alta taxa de mortalidade infantil; era a ação tácita e inerente à sociedade com relação às comemorações dos aniversários das crianças. Esse tipo de comemoração era inexistente. Com um número muito grande de filhos e muitos afazeres domésticos, essa ação não era cogitada. Uma hipótese para tanto era a de que muitas das crianças não chegassem a sobreviver até completarem 1 ano de idade. Portanto, existiam festas coletivas, em que as pessoas todas comemoravam juntas, o dia de São Caetano, por exemplo. Muito raramente, poderiam ser organizadas festas para as crianças aniversariantes, essa prática foi surgindo aos poucos como decorrência na redução natural do número de filhos nas famílias, e na medida em que os colonos foram se estabilizando economicamente.

Levando-se em conta a questão econômica, com relação à vestimenta das crianças, podem-se tecer algumas linhas sobre esse assunto. A prática era a de que as próprias mães costurassem as roupas da família; normalmente, as vestes dos mais velhos eram usadas pelos mais novos, até que não pudessem mais ser reaproveitadas. Uma prática verificada entre as famílias desses colonos

foi a de adquirirem uma peça de tecido, e esse mesmo tecido tornava-se vestimenta para toda a família, assumindo o formato de vestidos para as meninas e camisas para os meninos. Em muitas das fotografias que retratam as crianças nas escolas é possível efetuar essa constatação. Pode-se dizer o mesmo dos calçados:, como agregavam um valor muito alto, alguns deles eram adquiridos e usados por membros diferentes da família, em situações específicas. O dia da fotografia escolar era o momento para que as melhores roupas fossem usadas e, conseqüentemente, os sapatos deveriam acompanhar esse traje. A fotografia abaixo ilustra bem essa situação, observam-se algumas meninas com vestidos similares feitos com o mesmo tecido.

Escola Feminina com a professora Bernardina Jardim Martins no ano de 1917



Acervo: Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul

Abordando o item da alimentação, alguns comentários podem ser feitos sobre os alimentos consumidos pelas crianças nessa época. Foi enfatizado nos depoimentos o consumo quase que diário de polenta e de vinho. No depoimento de dona Joana Fiorotti Zanini encontrou-se a afirmação de que “*mamãe fazia a polenta, fazia todas as noites*”; essa refeição era acompanhada de vinho, porque – ainda nas palavras de dona Joana – “*quando eu era pequena tinha sempre um jarro*

de vinho na mesa. Todo dia bebia. As crianças também bebiam e não fazia mal. Era vinho bom, vinho puro. Aquele que era vinho bom era para beber". Outro item na alimentação lembrado com carinho foi a elaboração de biscoitos com formato de animais. De acordo com o senhor Singerfrido Cavassani sua avó sempre fazia os pães e os biscoitos, esses biscoitos tinham a aparência "*de coelbinhos, de cobrinhas, de carneirinhos*", para agradar as crianças.

Outra prática verificada nos depoimentos foi a da caminhada noturna. Após a refeição da noite, os meninos saíam de suas casas com seu pai, para caminharem e fazerem a digestão. Esse exemplo foi citado pelo senhor Verino Segundo Ferrari, apresentado desta forma: "*O seguinte a gente em casa, quando era pixote assim, o seguinte, nós éramos quatro homens, então o seguinte, meu pai [...] nós jantávamos, meu pai chamava os quatro, ia dar uma volta com ele, fazer o quilo. Dar uma volta com ele*"; e pelo senhor Francisco Adelino Fiorotti, que disse que quando "*terminava de jantar de noite, dava uma volta lá na rua*".

Pode-se levantar uma hipótese neste caso, porque apenas os meninos saíam de casa com o pai. As meninas, como não citaram nada referente a essa ação, deveriam permanecer em suas casas e ajudar suas mães na organização da cozinha.

4. Afazeres domésticos das crianças

As crianças sempre tiveram algumas obrigações a cumprir, nos depoimentos quando o assunto tratou das modalidades de trabalhos por elas desenvolvidas, pôde-se verificar que parte do trabalho dos meninos era diferente do trabalho das meninas, apenas algumas atividades eram aceitas para os dois sexos. Heywood (2004), argumentando sobre as rotinas do trabalho infantil na Europa do século XIX⁷, escreve:

[...] que grande parte do trabalho feito por crianças no passado era casual e de poucas demandas. Elas se deslocaram gradualmente para a força de trabalho, desempenhando uma série de pequenas tarefas que iam se modificando segundo seu tamanho e experiência. Poderiam trabalhar em

7. Colin Heywood é um autor inglês que escreve sobre as crianças na sociedade europeia. Como os pequenos imigrantes vênetsos são o foco deste estudo, considereirei como de extrema relevância sua contribuição teórica.

uma fazenda [...] em torno dos 6 ou 7 anos, mas provavelmente não começariam a formação nas tarefas mais especializadas ou exigentes até cerca de 10 anos ou mais. [...]

Nas pequenas fazendas familiares, características de muitas regiões nos dois lados do Atlântico, crianças pequenas de ambos os sexos se limitavam a dar um ajuda em tarefas simples, mas demoradas. (Heywood, 2004, p. 163)

Alguns tipos de trabalhos poderiam ser cumpridos por um menino ou uma menina, nestes casos não continham restrições. O trabalho desenvolvido pelas crianças era de grande valia, porque os moradores não tinham condições financeiras de contratar empregados para trabalhos de simples execução, como cuidar do gado no pasto, e também porque era uma prática aceita na sociedade da época, que as crianças trabalhassem ajudando seus pais. Pode-se elencar alguns dos trabalhos feitos pelas crianças em São Caetano, como a contribuição dos meninos nas olarias, no trato com os animais e na produção do vinho; as meninas ajudavam na lavagem da roupa, nos afazeres da cozinha e no cuidado com os irmãos mais novos.

O papel do pai era de muita importância na família, como também o dos meninos, que deveriam seguir os mesmos passos de seu pai. Heywood (2004, p. 142) comenta as ações esperadas na relação entre pai e filho na Europa do século XIX, por que: “do pai esperava-se um papel mais destacado na criação dos filhos nessa etapa da vida, pois ele supostamente tinha a força necessária para inculcar valores de respeito e obediência nos mais novos”.

Os meninos gostavam de ajudar o pai, essa era uma forma de sentirem-se valorizados dentro da família, apesar da pouca idade. O senhor Egydio Scarparo contou em seu depoimento que levantava cedo, por volta das “seis horas, tirava o leite das vacas, quando acabava de fazer tudo o que era necessário, eu tomava café e saía com as vacas pela Rua Perrela, porque o portão era na Rua Perrela”, até chegar ao pasto. Temos também a referência do senhor Celeste Biagi quanto ao trabalho com o gado. Ele relatou que efetuou trabalhos domésticos até “antes dos 12 anos”. E tinha a função de “soltar os bezerrinhos” e tomar conta deles, depois “soltava as vacas”. E, assim que o gado estivesse no pasto poderia seguir para a escola. No depoimento do senhor

Octavio Fiorotti de Luigi encontraram-se comentários similares aos anteriores. Ele deixava o gado no pasto e fazia outras atividades, entre elas ir à escola, mas algumas vezes ajudava seu irmão na olaria e se atrasava para trazer o gado de volta para casa, e *“as vacas iam pastando, pastando, porque naquele tempo era tudo pasto”*. E ele precisa buscá-las em locais mais distantes do que as havia deixado.

Por outros depoimentos, como o do senhor Octavio Fiorotti de Luigi, sabe-se também que os meninos contribuíam com a produção de tijolos. Ele relatou *“que ajudava o irmão na arrumação dos tijolos”* e que, muitas vezes, por ainda não ter a idade para trabalhar na olaria, levava o café que a mãe preparava para os operários na olaria. Dona Esperança Martorelli Cairo contou que seu pai, quando criança, ajudou os adultos com os tijolos para a reconstrução da Igreja. Disse: *“meu pai tinha uns cinco anos, o pai dele e o Moretti, eles descarregavam os tijolos lá. E ele com mais outras crianças tinham de subir nos andaimes e colocar todos os tijolos, para quando (os adultos) vinham de noite trabalhar”*. A fotografia abaixo retrata os trabalhadores na olaria, entre eles pode-se distinguir, logo na frente de todos, a participação dos meninos nesse trabalho.

Operários da olaria de Carmine Perrella no ano de 1915



Acervo: Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul

Também a produção do vinho caseiro requeria a mão de obra dos meninos. Eles precisavam lavar muito bem os pés e as pernas, para poderem entrar no local onde se amassavam as uvas. Apenas

os pés eram necessários a esse amassar, o que de acordo com os depoentes era o que tornava o vinho de São Caetano tão especial. Dona Joana Fiorotti Zanini contou que a uva era “*amassada com o pé. Precisava lavar. Era meu irmão e um primo meu que amassavam. Minha mãe dava água para eles lavarem bem o pé, a perna e tudo. Eles tinham calça curta até o joelho*”. Também o senhor Egydio Scarparo comentou que

[...] naquele tempo, quando não tinha nada para fazer, às vezes, quando era tempo da uva, da colheita, eu ajudava meu avô. Colhia, escolhia tudo que era bom, preparava tudo [...] e nós fazíamos o vinho, lavava bem os pés e fazia o vinho, em cima da uva. Amassando com o pé.

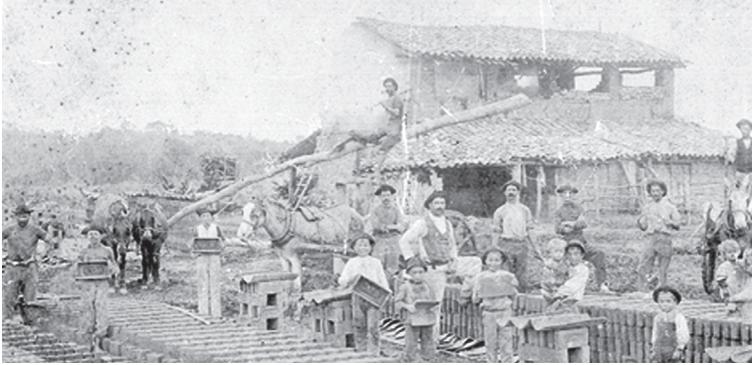
Essa mesma ação foi reiterada pelo depoimento do senhor Octávio Fiorotti de Luigi.

Mas, como em todas as situações, existiam as exceções. As meninas também participavam do trabalho nas olarias ou cuidando do gado no pasto, mesmo esses serviços sendo considerados de caráter masculino. Dona Irene Marques Biagi relatou em seu rico depoimento que trabalhou na olaria lançando os tijolos para seu irmão e depois passou a fazer os tijolos. Neste caso, não exultavam diferenças nas atividades desenvolvidas por uma menina ou por um menino. Segundo seu depoimento:

[...] ainda com 9 anos, que eu trabalhei fazendo tijolo. Lançava tijolo para o meu irmão, com mais ou menos 10 anos fiquei trabalhando na olaria, fazia tijolo. Depois fui crescendo, então eu ajudava meu pai: trabalhava com a carroça junto com meu pai. Ele sempre gostou de mim porque eu era muito trabalhadeira, qualquer serviço eu topava, qualquer coisa. Meu pai dizia que eu era a mão direita dele porque eu fazia tanto serviço de homem quanto de mulher. Cuidava dos animais [...], até uma vez eu pinte a carroça para ele. (São Caetano do Sul, 1995)

A fotografia abaixo, tirada em uma olaria no ano de 1912, ilustra uma situação diferente.

Trabalhadores na olaria da família Barile



Acervo: Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul

Podem ser identificados na imagem alguns homens adultos, alguns meninos de todas as idades, um menino carregando uma criança e uma menina com outra criança no colo. A suposição para essa menina estar na olaria é a de que ela cuidava daquelas crianças e foi até a olaria para passearem e ajudarem os outros no trabalho mais leve. O trabalho pode-se assim afirmar, tendo em vista a análise dos depoimentos, tornou-se paulatinamente parte do cotidiano das crianças. Outra atividade doméstica considerada aceitável, para a execução de crianças de ambos os sexos, era a de recolher galhos e gravetos na mata para o abastecimento do fogão à lenha. No início da colonização em São Caetano, enquanto as casas eram construídas e as lavouras organizadas, alguns colonos recolhiam os galhos das árvores para fazerem carvão e revendê-lo na cidade de São Paulo.

Porém, com a distribuição dos lotes e o aumento do número de moradores na localidade, essa ação não foi mais executada, todos os terrenos que estavam vazios foram sendo ocupados. As idas até a mata mais próxima ou nos poucos lotes de terras desocupados eram apenas para recolher o que necessitavam para sua sobrevivência. O senhor Singerfrido Cavassani comentou em seu depoimento que executava esse trabalho em sua infância, disse: “*a gente de moleque ia pegar lenha [...] deixava secar para pôr no forno*”. E dona Henriqueta Matiello Perin comentou que as crianças poderiam “*lenhar no matô*”. Atentem para a existência de um verbo que designava essa atividade de recolher gravetos

e galhos, o verbo *lenbar*, por ser uma ação extremamente corriqueira. Em seu relato explicou quais procedimentos eram seguidos, quando existia um número muito grande de galhos: “*nós amarrávamos as cordas na cintura para pegar lenha, fazíamos o feixe e carregávamos os feixes de lenha seca. [...] Então, a gente pegava de qualquer terreno*”.

Outras atividades citadas nos depoimentos eram a pesca e a caça, que ocorriam nos meses em que o rio Tamanduateí enchia de água a ponto de suas margens transbordarem. Pode-se ponderar pelas leituras dos depoimentos que essas atividades não foram consideradas pelos depoentes como um trabalho ou uma obrigação. Na verdade, foram entendidas mais como brincadeiras do que como trabalhos a serem executados.

Na época em que ocorriam as enchentes do rio Tamanduateí, os meninos aproveitavam para pescar e caçar rãs. Como as olarias ficavam próximas ao rio, o barro era retirado do seu leito, deixando grandes espaços vazios. Com as águas da cheia, esses locais ficavam repletos de água, e eram transformados em tanques, muito propícios para a pesca, já que os peixes ficavam presos neste local quando a água baixava, facilitando extremamente a prática da pesca. O senhor Francisco Adelino Fiorotti comentou que “*ia pescar [...] quanto buraco tinha. Quando vinha enchente, saía tudo a água fora do rio e os peixe entravam naqueles buraco onde os oleiros tiravam barro para fazer tijolo*”. Essa pesca sazonal contribuía para a diversificação na alimentação diária da família e ainda era outra forma de diversão para os meninos. O mesmo pode-se dizer com relação à caça das rãs, que poderiam ser servidas como complemento às refeições. Elas eram caçadas mais facilmente quando ocorriam as enchentes, porque, como relatou o senhor Singerfrido Cavassani, “*quando dava enchente, alagava tudo, o rio não era assim, era todo desviado, cheio de mato e apareciam sapos, cobras [...] e em noite de luar, a turma ia lá pegar rã*”.

Quanto aos afazeres domésticos considerados exclusivos das meninas, relacionam-se as tarefas de ajudarem na lavagem das roupas da família, prepararem as refeições, cuidarem dos irmãos mais novos e até mesmo o de fazerem algum prato em especial. As mães eram imprescindíveis no comando dos trabalhos domésticos, as filhas deveriam acompanhá-las na medida em que aprendiam as tarefas. Além de aprenderem com suas mães como criar e alimentar os pequenos animais, como as galinhas e pombos, deveriam também saber quais

os procedimentos para torná-los uma refeição. Conheciam todos os passos e as técnicas, desde a criação dos animais até o seu abate e, conseqüentemente, os modos como suas partes eram distribuídas. Com o passar dos anos e o aumento do poder aquisitivo dos colonos, as criações domésticas de animais passaram a contar também com porcos. Sendo que a técnica para o preparo das partes dos porcos após seu abate foi incluída nos conhecimentos necessários às meninas.

Esperava-se ainda que as meninas soubessem costurar. As ações das mães estavam extremamente vinculadas às ações futuras das filhas, pois, por:

Quaisquer que fossem suas relações com os filhos homens, o principal papel da mãe era o de preparar as filhas para a vida de esposa e para a maternidade, ensinando-as a fiar e a coser, como organizar uma casa e, esperavam-se, as virtudes da humildade e da submissão supostamente apropriadas a seu sexo. As meninas costumavam desenvolver vínculos afetivos íntimos com suas mães, porquanto dependiam delas para o auxílio e orientação. (Heywood, 2004, p. 143)

O depoimento de dona Henriqueta Matiello Perin explicitou esses comentários. Ela relatou que *“ficou sem pai desde os 8 anos, minha mãe ficou com oito filhos. A gente tomava conta do meu irmão, quando minha mãe ia pegar lenha, dava o leite para ele. Minha mãe me ensinou cozinhar o feijão”*. As mães ensinavam tudo o que podiam às filhas e agradeciam por terem quem as ajudasse em sua labuta diária. Conforme comenta Heywood (2004), com o passar da idade, as meninas tornavam-se cada vez mais próximas de suas mães e os meninos mais próximos dos seus pais, em decorrência do tipo de trabalho que executavam.

À medida que os jovens trabalhadores rurais passavam da infância à juventude, as diferenças de gênero entre eles se tornavam mais pronunciadas. As filhas continuavam a ajudar as mães na casa, no jardim e na leiteria, enquanto os filhos começavam a trabalhar mais intensamente ao lado dos pais, nos campos e estábulos. [...] As convenções para a distribuição do trabalho segundo idade e gênero eram muitas vezes ignoradas em domicílios pobres ou isolados. (Heywood, 2004, p. 165)

Nos depoimentos encontrou-se um comentário sobre as meninas, que iam até o rio para lavarem as roupas e buscarem água para os familiares beberem: “[...] *tinha o rio, a gente bebia aquela água, tinha peixinho, nós ia lavar a roupa. A gente ia buscar água, tudo dia de manhã, ia com aqueles caldeirão, aqueles balde, encher tudo de água*”. Mas, apesar da necessidade de as crianças trabalharem e ajudarem seus pais diariamente, ainda existia a possibilidade de alegrarem seus trabalhos, incorporando algumas brincadeiras nesse cotidiano. Heywood (2004, p. 164) reitera essa ideia, quando escreve “que as próprias crianças costumavam dar um jeito de aliviar seus fardos, combinando o trabalho e as brincadeiras, fosse por conta própria, fosse com os outros”. Pode-se notar essa reação na conclusão de um dos depoimentos, quando se referia às tarefas que executava, indo e voltando do rio muitas vezes, ela disse: “*passamos uma vidinha boa*”. E conclui dizendo que “*quando chovia, aquele barro! Era terra no chão, e ia buscar água, a gente enterrava até o joelho de barro*”.

5. Obrigações com a escola

Nesses tempos, a frequência na escola não era obrigatória, a aprendizagem visava apenas aos rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética. As escolas eram divididas entre as femininas e as masculinas, e as crianças poderiam frequentá-las a partir dos 7 anos, mas as de 5 anos já acompanhavam seus irmãos. Esses alunos menores iam para a escola por não poderem executar tarefas autonomamente em casa, e indo para a escola poderiam aprender algo até a idade de sete anos. Dona Adelaide Capuano Fiorotti explicou em seu depoimento que “*não queria ficar na escola presa*”, porque estava acostumada a estar “*sempre livre, tinha o campo, chorava que queria ir embora*”.

Duas listas de chamada das escolas de São Caetano datadas do ano de 1907, constantes em Mimesse (2010, p. 84), esclarecem essa situação. Foram encontrados na listagem da escola masculina os nomes de Antonio Fioroto e João Fioroto; João Romualdini, Humberto Romualdini e Luiz Romualdini; Izidoro Braido e Luiz Braido. Na listagem da escola feminina temos: Roza Scarazzatto, Maria Scarazzatto e Aurora Scarazzatto; Concheta Perrella e America Perrella; Julia Tosetti, Ana Tosetti e Emilia Tosetti. No entanto, existe uma hipótese para que as crianças e seus irmãos estivessem todos na mesma sala, e não era apenas o convívio necessário com seus irmãos mais velhos, como foi dito

por dona Adelaide Capuano Fiorotti. As escolas nessa época, em São Caetano, eram compostas por uma sala, que era dividida por bancos ou fileiras, nas quais cada banco correspondia a um ano escolar, de tal modo que cada criança poderia estar em um ano diferente.

Na verdade, essas salas de aulas que contavam com alunos separados por bancos ensinavam os conteúdos referentes há três anos, porque o quarto ano foi instituído somente com a criação do Grupo Escolar em 1921. Assim sendo, os professores deveriam ensinar três assuntos diferentes, dependendo do nível de adiantamento de cada banco ou fileira. Porém, muitos dos alunos permaneceram na escola por seis anos, porque ficavam dois anos em cada série, de modo que ingressavam na escola por volta dos 7 anos e saíam em média com 12 anos.

Essas escolas utilizavam pouco espaço físico, ocupavam apenas um cômodo, e por esse motivo foram instaladas nos locais mais improváveis para seu funcionamento. Conforme Mimesse (2010), as primeiras escolas foram criadas em São Caetano pelo governo provincial em 1883, não tinham um local físico determinado para funcionar, e contavam apenas com professores nomeados pela província.

Nas duas últimas décadas do século XIX, a escola feminina funcionou dentro da capela, enquanto a masculina estava em uma das casinhas da antiga senzala. Alguns anos depois, com a demolição das casinhas e a construção da Igreja, o colono Celeste Denardi cedeu uma sala de sua casa para o funcionamento da escola feminina, e a escola masculina mudou-se para uma das casas da estrada de ferro.

A localização das escolas era, desse modo, na região central do núcleo colonial. As crianças moradoras dos lotes mais distantes tinham de se locomover até o local das escolas. No depoimento de dona Joanna Fiorotti Zanini, encontrou-se esse tipo de comentário, quando ela explicou a distância que percorria a pé de sua casa até a escola. Ela *“morava na Vila Gerty, bem lá em cima. Nós levávamos uma hora para chegar lá em São Caetano. A gente não andava depressa. Tinha três ou quatro casas nesse andar de casa até a escola, o resto era tudo pasto”*.

No fragmento de planta do núcleo colonial de São Caetano, que consta no Apêndice deste capítulo, pode-se visualizar a distância referida pela depoente. O lote rural de número 52 estava localizado no bairro denominado por dona Joanna Zanini como Vila Gerty. As escolas estavam fixadas nos lotes urbanos próximos a Igreja, entre o rio

Tamanduateí e a Estrada de Ferro. E, apesar dessa distância, foi somente no ano de 1918 que foram criadas escolas em outros locais, para além do que era considerado como central, ou seja, as proximidades da Igreja e da Estrada de Ferro.

As escolas de São Caetano seguiram um horário especial para seu funcionamento, estabelecido a partir dos horários do trem, que de acordo com a informação do mês de agosto de 1883 do jornal *A Província de São Paulo*, a chegada na localidade ocorria às 10h17, e o trem partia dali rumo a Capital às 13h15. A composição vinha de São Paulo pela manhã descendo a Serra do Mar em direção a Santos, e retornava à tarde com o carregamento em direção a São Paulo.

Os professores das escolas de São Caetano se utilizavam desse meio de transporte para se locomoverem da Capital para a colônia. Abrindo e fechando as escolas de acordo com o horário do trem, como foi abordado por Mimesse (2010). Foram encontrados no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo ofícios dos professores de São Caetano enviados ao Diretor Geral da Instrução Pública, solicitando a alteração no funcionamento do horário das escolas, em decorrência da mudança nos horários dos trens efetuada pela *São Paulo Railway Company*. Considera-se que essas solicitações tenham sido acatadas, já que os professores somente se locomoviam dessa maneira.

Contudo, independentemente dos horários de funcionamento dos trens e, nesse caso, das escolas, permanecia a existência de um horário durante as aulas para o recreio, que era considerado momento de alegria e de brincadeiras. Dona Joana Fiorotti Zanini lembrou-se dessa situação como a ocasião de sair da sala para “*comer o lanche*”. Esse lanche era composto apenas por linguiça, disse em seu relato que a: “*mãe me dava linguiça que eles faziam*”. Entretanto, havia um complemento “*e também me dava duzentos réis de bananas, era meia dúzia de bananas*”.

Portanto, apesar do pouco tempo em que as crianças permaneciam dentro da sala, dos reduzidos momentos que dispunham para a aprendizagem, e das acomodações escolares indevidas, persistiram lembranças felizes das ocasiões em que as crianças lanchavam e brincavam.

Entretanto, a frequência das crianças nas aulas ministradas pelos professores era de extrema irregularidade. De modo a justificar o motivo para que persistisse a permanência das crianças na escola pelo dobro do tempo exigido oficialmente. Pode-se considerar que essas crianças tinham uma “frequência diferenciada” nas salas de aulas. Fato esse que, a princípio, nos parece irrelevante, entretanto, o que levava as crianças a permanecerem seis anos na escola era a demasiada quantidade de ausências que acumulavam durante um ano. Como a presença na escola não era instituída obrigatoriamente, os alunos se ausentavam e não conseguiam aprender o mínimo necessário para seguirem com novas aprendizagens. A razão para as ausências contínuas era a necessidade inerente de ajudar seus pais nos afazeres domésticos. Um dos exemplos para explicitar essa situação é o depoimento de dona Henriqueta Mattiello Perin, quando se referiu à escola e, ao mesmo, à necessidade de ajudar sua mãe. Ela foi procurar um trabalho e só foi para a escola por

seis meses, ou cinco, não lembro bem, cheguei a ir novamente com dez anos. Mas fiquei com pena da minha mãe, porque quando ela dividia as partes para dar comida para os filhos, ela fazia oito partes e para ela não tinha.

Outra questão a ser explorada era o ponto de vista dos professores das escolas de São Caetano. Esses profissionais não aceitavam muito bem a ajuda das crianças nos trabalhos domésticos. Os professores que ministraram aulas nas escolas públicas da localidade, desde sua criação em 1883 até os próximos quarenta anos eram todos brasileiros, a maioria deles moradora da capital. Somente por volta dos anos de 1910 alguns passaram a viver próximos das escolas. Esses professores eram concursados e escolhiam as escolas de São Caetano para lecionar em função da proximidade com a capital, e ainda tinham o fácil acesso pela linha férrea. Sendo assim, eles não conheciam a realidade do cotidiano da localidade. Segundo a opinião desses professores, os pais das crianças não se interessavam pelo estudo dos filhos. A professora Elisa Angélica de Brito Alambert da escola feminina redigiu um relatório endereçado ao inspetor geral da instrução pública e descreveu neste documento que os pais obrigavam seus filhos a trabalharem.

As classes operárias, pouco zelosas da educação dos filhos, sem avaliar devidamente o mal que dessa incuria lhes advém, obrigam geralmente os filhos aos trabalhos domésticos em prejuízo da sua freqüência nas escolas publicas. Eis porque algumas vezes acontece uma alumna conservar-se dous e tres annos matriculada sem apresentar um sensivel aproveitamento. (São Paulo, 1885)

O professor da escola masculina Joaquim Ferreira Alambert, em seu relatório semestral obrigatório enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, datado com cinco anos de diferença em relação ao da professora, enfatizou que a ajuda das crianças no trabalho dos pais era um obstáculo ao ensino. O professor Joaquim concordava com a opinião da professora Elisa, que, aliás, era sua esposa.

As razões improcedentes que os paes apresentam como justificativa à falta que commetem em privar os filhos do pão do espirito - a instrucção - [...], o aluno tem ampla liberdade de freqüentar ou não a aula, a freqüência dos alunos não corresponde à matricula, muitos d'elles interrompem o estudo, ora allegando trabalhos na lavoura, ora encommodos de saude. (São Paulo, 1890)

Pode-se notar por esses exemplos que, para esses professores, o ensino e a freqüência às aulas era o mais importante. Eles não compreendiam plenamente qual era a realidade dos alunos aos quais ministravam as lições.

6. As brincadeiras dos meninos e das meninas

As crianças, mesmo sendo muito ocupadas, ainda tinham tempo para brincar. Mas, pelo que se pôde extrair dos depoimentos, os adultos também se divertiam. Na verdade, os homens adultos mantinham algumas rotinas, como a de caminhar com os meninos após o jantar, outra prática que foi identificada era a de se jogar *Bocha* aos domingos, como comentou o senhor Francisco Adelino Fiorotti. Nesse relato foi descrito com muito humor que o jogo se iniciava em frente à Igreja e se estendia por toda a Rua Vinte e Oito de Julho.

Outra diversão dos homens adultos era o jogo de *Mora*, que foi explicado no relato de dona Serena Moretti Perrela, quando

“eles se juntavam nas vendas [...] jogavam com os dedos, e iam contando due, tre, depois apontavam a mão, quantas vezes, não sei [...] a gente só ouvia aquele barulhão, porque um gritava, outro gritava, porque era um jogo rápido”.

O jogo de *Mora* era muito popular na comunidade, ela se refere a essa atividade como algo que os homens apreciavam, e continua dizendo que *“meu tio encontrava com os amigos e com meu pai [...] então era Mora, eu via todos esses velhos falar nessa Mora”.*

Além desses jogos coletivos, os homens adultos faziam brincadeiras com as crianças. Uma delas foi lembrada pela filha de dona Joana Fiorotti Zanini que obedeceu a seu pai, quando este solicitou para que ela fosse buscar a “medida do salame”. Essa brincadeira ocorria em todas as ocasiões em que os salames eram preparados. Como consta do relato, nesse exemplo, um dos adultos:

[...] mandava alguém ir na casa de um parente, bem longe, buscar a medida da linguiça, e eles punham uma coisa bem pesada dentro e davam para a infeliz da criança carregar. Isso era uma brincadeira que eles faziam. Minha mãe ficou com dó de mim, eu fui toda animada para buscar a medida do salame, meu pai mandou, meu pai mandou. (São Caetano do Sul, 1995)

As brincadeiras perpassaram por todos os sujeitos na comunidade, ao que parece apenas as mulheres não participavam de jogos ou brincadeiras específicos, como pôde ser verificado nos depoimentos. Contudo, em contraponto, as crianças tinham uma relação de atividades alegres e divertidas, como o jogo da amarelinha⁸; brincar de roda⁹; de

8. São traçados no chão retângulos numerados que devem ser percorridos com o jogador pulando em um pé só.

9. É formada uma roda, as crianças de mãos dadas vão girando e cantando.

esconde-esconde¹⁰; de pegador¹¹; de pular corda¹²; de passar anel¹³; de esconder o lenço atrás¹⁴; jogar bola e de empinar pipa. Foram vários os depoimentos que relataram essas brincadeiras, e muitas vezes elas contavam com a participação de meninos e meninas juntos. Constam em um dos depoimentos as lembranças das brincadeiras.

[...] a gente brincava com os moleques, tudo, mas era tudo [...] não era como agora tudo malcriados [...] eram gente civilizada. Não eram crianças malcriadas que nem agora. Nós brincava de roda. É com meninos, mas tinha uma porção de meninas, não era só eu, imagina se era só eu? E a gente brincava de roda, de esconde-esconde, de trocar anel, de esconder o lenço atrás. A gente brincava na rua, porque passava só algum carro, alguma carroça, era tudo de terra. (São Caetano do Sul, 1995)

Também no depoimento de dona Irene Marques Biagi encontrou-se o comentário sobre as brincadeiras coletivas: “*nós brincávamos todos juntos. Eu brincava um pouco, de pegador de noite com os parentes*”. E ainda existiram outras situações em que todos brincavam juntos, como quando ocorriam as cheias do rio Tamanduateí. Segundo uma das depoentes: “*veio uma enchente brava, que levou a ponte embora, ali enchia de água que parecia um mar [...] e a turma, a molecada, os mocinhos, tudo iam brincar, com o barco. Pegava o barco, ia passear de barco [...], era tudo água*”. Essa ação coletiva uniu muitas vezes meninos e meninas, fato dado como comum por

10. As crianças se escondem enquanto uma delas fecha os olhos e faz uma contagem. Quando termina a contagem, sai à procura das outras. A primeira a ser encontrada ocupa o lugar da que procurava.

11. Uma das crianças persegue as demais e, quando consegue tocar outra criança, passa para essa o papel de perseguidora.

12. Duas crianças seguram a corda, uma de cada lado, as outras vão pulando e entrando na brincadeira, que pode ser individual ou coletiva.

13. Faz-se uma roda, as crianças têm as palmas das mãos juntas, uma delas tem um anel ou outro objeto pequeno, deve deixar esse objeto em uma das mãos dos participantes, os outros têm de adivinhar com quem está o anel.

14. Entoando uma cantiga e com todas as crianças sentadas em um círculo, a criança que tem o lenço corre ao redor da roda e deixa o lenço cair. A criança que recebeu o lenço tem de pegá-lo e correr atrás de quem jogou, para evitar permanecer naquela situação.

Heywood (2004, p. 147) quando citou que “meninos e meninas poderiam brincar juntos no campo ou nas ruas de uma cidade”.

Todavia, mesmo os jogos com bolas, considerados teoricamente como masculinos, contaram com representantes femininas, que também brincavam de jogar bolas. Tem-se um exemplo no relato de dona Adelaide Capuano Fiorotti, que contou “*pegar a bexiga do porco, encher de vento e ir chutar bola*”. As regras existentes nos jogos e quem seriam seus participantes poderiam ser alterados, segundo a decisão dos jogadores. De acordo com Altman (2000, p. 252), “este é um dos aspectos mais ricos das brincadeiras: o poder que as crianças têm de criar novas regras aceitas por todos, algumas vezes após árduas discussões, mas em geral, de forma democrática”.

Além dessas brincadeiras inofensivas e mais conhecidas, existia também a diversão que envolvia certa pitada de aventura. Essa brincadeira era a caçada, restrita apenas aos meninos, talvez pelo risco que corressem, já que era do conhecimento de todos que existiam cobras na localidade.

Os ofídios, muito comuns em território nacional, interferiram na paz dos moradores de São Caetano. Pode-se verificar que vários foram os comentários sobre cobras. Por exemplo, quando o tio do senhor Verino Segundo Ferrari foi mordido por uma delas e acabou por falecer logo em seguida; ou no depoimento do senhor Singerfrido Cavassani, que falou das enchentes e das cobras que apareciam depois que a água retornava ao seu nível; ou ainda quando dona Joana Fiorotti Zanini lembrou-se que, quando era criança, “*tinha medo de cobra. Muito medo de cobra. Tinha muito, tinha cobra sim aquele tempo. Uma vez chegou a cair uma cobra num poço e depois Papai foi tirá-la*”.

E, apesar da convivência com as cobras, os meninos tinham coragem de se aventurarem pelos bosques para caçarem pássaros. O instrumento mais utilizado por eles para essa empreitada era o estilingue, mas também faziam uso da “técnica da gaiola”. O senhor Francisco Adelino Fiorotti explicou como funcionava essa técnica. Fazia-se o uso de um “*alçapão, com a chama, que era outro passarinho dentro da gaiola. Ele chamava e vinha e entrava no alçapão. Punha alpiste no alçapão*”. Esse era um dos modos para atrair outros pássaros para as armadilhas, e dentre as aves mais caçadas foram citadas: “*coleirinha, quenê papa-capim, pintassilgo, avinhado, sabiá e canário da terra*”.

Vê-se que apesar das dificuldades no dia a dia e das obrigações domésticas, as crianças se distraíam. Sempre encontravam algum tempo para brincarem com seus parentes e amigos, e tornavam as situações mais inusitadas, como as enchentes, em momentos de entretenimento.

7. Considerações sobre o cotidiano das crianças em São Caetano

As crianças que viveram em São Caetano nos anos iniciais do século XX participavam das atividades desenvolvidas por suas famílias. Verificou-se, a partir dos dados colhidos para a organização deste estudo, que os familiares contavam com a contribuição do trabalho das crianças como algo corriqueiro. Na verdade, essa prática era desenvolvida pela maioria dos imigrantes que se estabeleceu no Brasil, porque esses reproduziam as tradições que executavam em seus países de origem. Desse modo, Heywood (2004) foi um autor de extrema relevância para o desenvolvimento deste estudo, pois alguns dos capítulos de seu livro tratam das crianças e de suas condições de vida na Europa, no final do século XIX e início do XX. As críticas aos trabalhos efetuados pelas crianças ecoaram somente por parte de alguns dos professores das escolas públicas, que discordavam da atitude das famílias em contar com a ajuda dos pequenos. Entretanto, em defesa desses professores, vale lembrar que a legislação paulista daquela época vinculava os ganhos mensais desse profissional ao número de alunos frequentes. Dessa maneira, a frequência regular das crianças em suas aulas era a razão direta de sua sobrevivência.

No entanto, o trabalho doméstico não pode ser considerado como um obstáculo ao aprendizado das crianças. Como a frequência diária não era legalmente obrigatória, as crianças faltavam às aulas quando o volume de seus afazeres era demasiado. Contudo, elas encontraram uma maneira de adaptar seu cotidiano ao da escola, permanecendo mais tempo matriculadas. Continuavam frequentando a escola, estando presentes duas vezes no mesmo ano escolar. De modo que cursavam mais três anos, além dos três anos obrigatórios para a aquisição do diploma.

E mesmo com as difíceis condições de vida, essas crianças conviveram com os caminhos e as ruas de terra, com as carroças e charretes, com os animais no pasto, com as cheias do rio Tamanduateí,

com a falta de saneamento básico e com a necessidade de tomarem banhos dentro de uma bacia grande ou de uma *tina*. Em todos os depoimentos analisados, que abordaram a questão do divertimento, foi possível a identificação de frases que demonstravam muita felicidade e alegria quando o assunto era referente às brincadeiras.

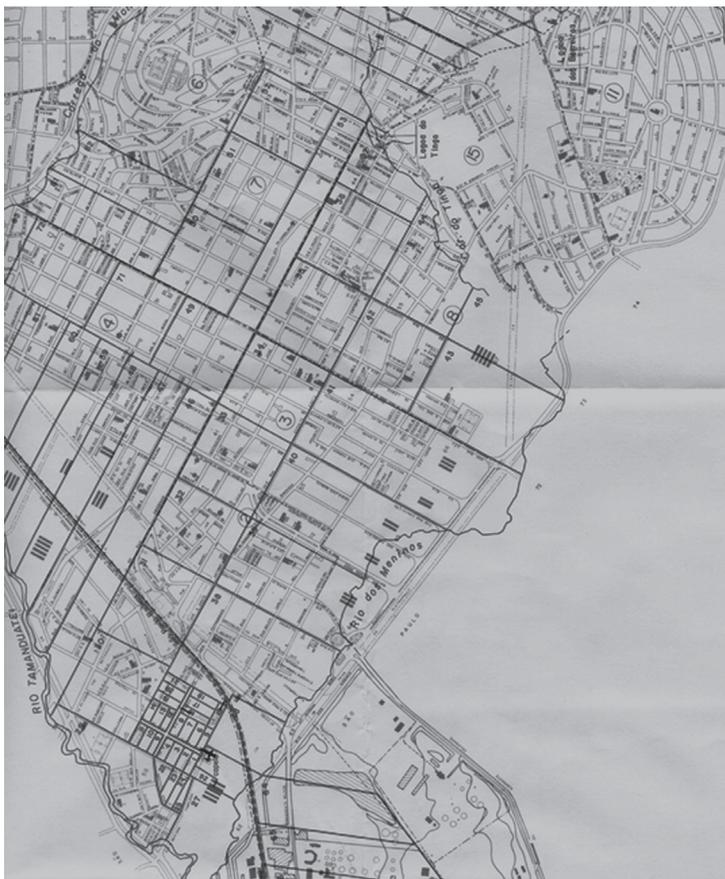
Normalmente, as crianças, em qualquer época, vivem em um mundo composto em parte por fantasias, acreditam em personagens lendários e heróis. Esses meninos que caçavam passarinhos estavam realizando algumas dessas fantasias, concretamente; ou mesmo quando ocorriam as enchentes do rio, era o momento em que todos brincavam na água, e, depois que a água retornava ao rio, a lama – que se formava nos caminhos e nos seus arredores – era outro motivo para a diversão.

Portanto, apesar de todas as intempéries vividas por essas crianças, elas foram felizes, frequentaram as aulas e aprenderam a leitura e a escrita, do modo como cada uma delas pôde conciliar seus afazeres domésticos com a vida escolar; brincaram com seus parentes e amigos e transformaram, muitas vezes, o trabalho em parábola. Mas será que ainda existe alguma dúvida de que não era divertido esmagar as uvas com os pés? Ou lançar tijolos uns para os outros? Ou mesmo quando cuidavam dos irmãos mais novos, a brincadeira de *Mamãe e Filhinho* era concreta! Ou quando as meninas ajudavam suas mães preparando as refeições.

Esses meninos e essas meninas não expressaram, em seus depoimentos, qualquer tipo de pesar por não terem acesso a outros tipos de brincadeiras ou mesmo de brinquedos. Eles se divertiram muito, talvez até mais do que pude expressar nestas páginas; eles viveram felizes suas infâncias.

Fragmento de planta do núcleo colonial de São Caetano

Veem-se os lotes urbanos numerados de 1 a 25, localizados entre o rio Tamandateí e a Estrada de Ferro São Paulo Railway Company. A Igreja está localizada defronte aos lotes 1 e 5.



Fonte: José de S. Martins. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992

Referências

ALTMAN, Raquel Z. Brincando na história. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil* (org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 231-258.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRANZINA, Emílio. *Merica! Merica!*: emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina. Milano: Feltrinelli, 1979.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*: da idade média à época contemporânea no Ocidente. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MIMESSE, Eliane. O cotidiano escolar em São Caetano. *Revista Raízes*, São Caetano do Sul, v. 10, p. 57-58, 1994.

_____. Empenho da comunidade construiu o primeiro Grupo Escolar. *Revista Raízes*, São Caetano do Sul, v. 20, p. 35-37, 1999.

_____. *A escola na comunidade de imigrantes italianos de São Caetano*. (1877-1921). 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. *A educação e os imigrantes italianos*: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

_____. *A educação e os imigrantes italianos*: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2001.

PARDAL, Maria Vittoria de C. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, Vera M. R. de (org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 51-72.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Trad. Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Fontes de Pesquisa:

SÃO CAETANO DO SUL. Projeto *História de Vida*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1995.

SÃO PAULO. *A Província de São Paulo*. 11 de agosto de 1883a.

_____. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo. *Instrução Pública*, ofícios diversos, 1883b, 1885, 1890.

_____. *Anuario Demographico Sanitario*. Directoria do Serviço Sanitário – Secção de Demographia. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1903.



CAPÍTULO 2

A INFÂNCIA *CONTADINA* NAS COLÔNIAS ITALIANAS DE CURITIBA NO PARANÁ

Elaine Cátia Falcade Maschio

Ao iniciar a escrita deste texto que analisa a infância *contadina* (camponesa) nas colônias italianas localizadas nos arredores de Curitiba, evocaram-se da memória as lembranças de uma infância particular. Ainda que constituam fragmentos de uma infância camponesa inserida em um tempo recente – década de 1980 – e em uma localidade não distante da capital paranaense – comunidade rural no município de Colombo (antiga colônia Alfredo Chaves) localizada a vinte quilômetros de Curitiba –, os aspectos que marcaram a infância da autora manifestaram modos de pensar e fazer tão próximos daqueles vivenciados nas famílias italianas fixadas no Paraná no final do século XIX e início do século XX.

Como descendente da terceira geração de imigrantes italianos tanto pela parte paterna como materna – *contadini* (camponeses) provenientes de Treviso e Belluno, províncias que compõem a região do Vêneto –, a convivência no tempo de infância aconteceu junto aos pais e *nonos* (avós) numa propriedade rural. Nela, a família cultivava a terra e dedicava-se aos trabalhos da carpintaria, especificamente a construção de casas e moinhos. A alimentação era a polenta, o frango, o macarrão caseiro e os demais produtos que procediam da terra. As lembranças evidenciam ainda a participação infantil no auxílio aos *nonos* de atividades como enrolar o fumo, debulhar o milho, colher a uva e outras frutas, produzir o vinho e as geleias, colher o tomate para a produção caseira do extrato. A frequência à escola de 1º grau, que funcionava numa casa de madeira, era feita a pé. As brincadeiras davam-se entre as plantações de milho, fazendo penteados nos cabelos das espigas ainda verdes, ou – além dos brinquedos já industrializados – com brinquedos produzidos em um paiol que abrigava um antigo moinho de fubá com auxílio dos instrumentos da carpintaria. Com os pais e os *nonos* apren-

diam-se também as orações e devoções diárias e as *filastrocche*, ou seja, histórias e rimas infantis em língua vêneta¹.

Portanto, refletindo sobre essas memórias, estabeleceu-se um paralelo com a infância *contadina* imigrante e descendente de um passado mais remoto constatando variações, mas acima de tudo, similitudes. Atentando para as representações e as práticas, buscou-se compreender melhor como a infância foi concebida por imigrantes camponeses de origem vêneta nas colônias italianas nos arredores de Curitiba; saber como os sentimentos e as ações em torno do tratamento da infância foram legitimados no interior daquelas comunidades, questionando as relações estabelecidas entre a infância, a família, o trabalho, a religião e a escola; e investigar como se constituíam os modos de brincar.

Resultado destes propósitos procede este capítulo, que é versão atualizada e ampliada do artigo publicado no XII Encontro Regional de História da Anpuh-PR (Associação Nacional de História - Seção Paraná): Regiões, Imigrações e Identidades realizado em 2010 na Universidade Estadual do Centro Oeste no estado do Paraná, e analisa a história da infância *contadina* imigrante e descendente, estabelecida nas colônias italianas localizadas nos arredores de Curitiba no final do século XIX e início do XX.

Com efeito, em meio aos estudos sobre a imigração italiana pouco se tem falado sobre o universo da criança e da infância camponesa imigrante e descendente. Os aspectos que cercam as pesquisas realizadas principalmente a partir da década de 1970 têm se reportado às relações econômicas, políticas, religiosas e culturais da imigração italiana. O olhar para a infância, para o seu cotidiano, o seu cuidado, os seus modos de brincar, a sua assistência escolar, enfim, as representações, os sentimentos e as práticas são objetos de análise dos historiadores apenas nas últimas décadas.

Gouvea (2009) afirma que um dos problemas para reconstruir o passado da infância é que os documentos produzidos pelos adultos sobre a criança e sobre a sua infância constituem, se não exclusiva, a principal fonte para a escrita da história da infância.

1. A língua vêneta falada pela maioria dos imigrantes e descendentes das colônias italianas aqui analisadas correspondia ao modo de falar vênето devido à grande maioria daquelas famílias proceder das províncias que compunham aquela região.

Difícilmente tem-se em mãos produções em que a criança seja autora do registro da sua história. O limite dos registros da experiência social pelas crianças, ou a sua pouca densidade, indicam privilegiar a produção de discursos e práticas sobre e para a criança, tendo os adultos como autores. (Gouvea, 2009, p. 105)

Consequentemente, a história da infância é construída a partir da compreensão e dos modos de representar do adulto o mundo infantil. Conforme Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 15), o termo infância é tomado como concepção ou representação dos adultos sobre o tempo inicial da vida ou período vivido pela criança. A partir de representações, a infância é materializada nas práticas cotidianas configurando os modos de escolarizar as crianças, de doutriná-las e de formá-las para o trabalho, preparando-as à vida adulta.

Claro está que as representações da infância coadunam-se com o contexto social, cultural e econômico em que estão inseridas. Logo, para compreender a história do passado da infância é preciso olhar para a valorização que cada sociedade, cada época e cada ideologia produziram sobre ela (Becchi, 1994, p. 6). Assim, ao analisar o contexto verificou-se que a história desta infância em específico é tecida à sombra do adulto. A definição da infância camponesa estava estritamente relacionada à organização das famílias imigrantes nas colônias italianas e aos seus modos de concebê-la. Os grupos de imigrantes “italianos” que chegaram ao Paraná no século XIX são, na sua maioria, camponeses das províncias que compõem a região do Vêneto, e, em menor escala, da região do Trento.

Faz-se ver que o fluxo migratório que se iniciou no século XIX no Brasil foi composto por grupos étnicos heterogêneos. No que diz respeito aos emigrados da Itália, embora seja comumente utilizada a expressão “italianos”, para designar os imigrantes dessa etnia, esses não podem ser considerados num grupo homogêneo e coeso. A ideia de Itália como uma unidade, capaz de ser identificada como uma nação, ainda não existia em meados do século XIX. Mesmo após a unificação, os italianos, principalmente os camponeses, não tinham uma consciência nacional. Os grupos identificavam-se a partir de sua procedência das diversas províncias que compunham

o território italiano: vicentinos, trentinos, venezianos, padovanos, trevisanos, toscanos, sicilianos, bermascos, entre outros.

Trazendo especificidades culturais provenientes de cada província, o que os identificava como um grupo nas similaridades era a condição social determinada pelo trabalho, pois eram na sua grande maioria camponeses. A organização social e cultural desses imigrantes, embora permeada por especificidades do novo lugar, se deu de modo semelhante às comunidades rurais de suas regiões de origem. Implantaram, através da reivindicação ao governo ou particularmente, assistência médica, religiosa e escolar. Condições sociais mínimas para iniciar a vida na nova pátria.

No Paraná, ainda que a necessidade de mão de obra estrangeira estivesse pautada na povoação e no desenvolvimento das pequenas propriedades para suprir as necessidades alimentares da população curitibana, os imigrantes italianos foram estabelecidos nas regiões litorâneas. O intuito do governo era que esses imigrantes pudessem colaborar na produção da indústria açucareira, uma vez que os alemães e poloneses já estavam nos arredores de Curitiba promovendo a produção e o comércio de gêneros alimentícios (Balhana, 1978, p. 21).

Todavia, a transferência dos colonos italianos do litoral para o planalto Curitibano foi inevitável. Além das precárias condições de permanência e a impossibilidade do cultivo nas colônias litorâneas, as famílias italianas desejavam trabalhar também com a terra na produção de gêneros alimentícios, desenvolvendo a sua própria forma de plantio.

De forma gradativa, grande parte do contingente de imigrantes italianos estabelecidos no litoral dirigiu-se a Curitiba, fixando-se em novos núcleos coloniais formados através da compra de terras feita pelo governo do presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes. Os núcleos coloniais Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves foram criados no ano de 1878 para abrigar aquele contingente imigrante que se deslocava do litoral. Os demais núcleos (Pilarzinho, Eufrásio Correia, Maria José, Presidente Faria, Santa Gabriela e Umbará) foram criados posteriormente.

As colônias italianas Santa Felicidade, Água Verde, Pilarzinho e Umbará correspondem atualmente a bairros de Curitiba. As demais

colônias – exceto a colônia Alfredo Chaves, que se tornou município no ano de 1890, denominando-se Colombo – correspondem hoje a bairros de municípios que compõem a região metropolitana: Santa Gabriela no município de Almirante Tamandaré; Novo Tyrol no município de Piraquara; Antonio Rebouças no município de Campo Largo; Maria José no município de Campina Grande do Sul; Eufrázio Correia e Presidente Faria no município de Colombo.

Considerando, conforme Kuhlmann e Fernandes (2004, p. 24), que ainda que haja certa distância entre a representação de infância sonhada pelos adultos e a infância real, cabe-nos questionar que *pistas* foram deixadas por esses grupos de imigrantes, capazes de nos levar a refletir sobre como a infância *contadina* foi concebida e traduzida nas práticas.

A compreensão das representações, dos sentimentos, das práticas e do cotidiano da infância *contadina* foi sinalizada nos registros históricos consultados em arquivos públicos e particulares. Principalmente, o acervo documental do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, na coleção denominada Correspondência do Governo. Recorrendo-se também à memória, as lembranças ajudaram a elucidar melhor o tempo dessa infância em específico. Trata-se de depoimentos, colhidos entre os descendentes da antiga colônia de Alfredo Chaves ou localizados em obras bibliográficas, que, abordando em seu escopo os diversos aspectos da organização das colônias, utilizaram como recurso a metodologia da História Oral.

Desse modo, um conjunto de elementos exerceu força no processo de construção e definição das concepções da infância e contribuição da delimitação da divisão do seu tempo. Família, trabalho, devoção religiosa, escola e brincadeiras constituíram-se no imaginário daqueles grupos de imigrantes e nas práticas de ordenamento da infância como instâncias importantes na projeção social das crianças para a vida adulta.

1. Infância, família e trabalho nas colônias

De modo geral, a estrutura da família *contadina* imigrante de origem italiana era patriarcal. Mãe e filhos estavam subordinados ao pai, figura que, além de prover a família, exercia sua máxima autoridade sobre ela. As relações familiares também se revelavam extensas. *Nomos*, pais, fi-

lhos solteiros, filhos casados, netos e, algumas vezes, outros indivíduos com grau de parentesco compartilhavam o espaço e as tarefas dentro de uma mesma casa.

Composta por muitos filhos – não raros foram os documentos e depoimentos que informavam a existência de famílias compostas por um número superior a quinze filhos –, a família camponesa sofria diante da precariedade das condições no atendimento das necessidades básicas que a sobrevivência exigia. A infância principalmente era atingida por privações de todo os tipos: de alimentos, roupas, sapatos, brinquedos, assistência médica e até mesmo de acesso à escola.

Filha de imigrantes italianos, camponeses proveniente de *Castel di Gódego* na província de Treviso, Ângela nasceu no ano de 1911 e conta que teve uma infância muito difícil por proceder de uma família de dezessete irmãos – onze meninas e seis meninos. Lembra com que dificuldades se locomoviam da colônia Eufráσιο Correia, onde morava com seus pais e *nonos*, às missas e festas celebradas no centro de Colombo (antiga colônia Alfredo Chaves) a doze quilômetros de distância.

Tudo de a pé. Sapato na mão porque ele machucava. O meu era um sapatinho que o tio Virgínio tinha consertado. Era de uma cabocla e ele deu para mim. Mas ele era apertado. Ele doía os pés. A gente tinha que ir, tanto na Várzea como no Colombo, levando o sapatinho sempre na mão, até lá. Quando chegava no tanque se lavava o pé com um pano. Se levava um pano de casa, dava uma lavadinha nos pés e colocava o sapato. Saía meio manca, mas não tinha de melhor. Não se podia comprar. A gente era em bastante, comprar um sapato de cada um era muita coisa, não tinha jeito, tinha que sair com que a gente podia. (Simioni, 2003)

O excerto acima mostra a agrura de uma família imigrante pobre diante de necessidades elementares, como a falta de sapatos, transportes, entre outros. Com o intuito de atender as necessidades dos filhos, as famílias estabeleciam procedimentos alternativos para adquirir os bens de consumo diante da impossibilidade de cada filho possuir o seu. Remendar, consertar e reaproveitar eram ações desem-

penhadas com frequência nas famílias numerosas. Sem dúvida, entre as maiores dificuldades da família estava a manutenção do vestuário para todos os filhos. As poucas roupas eram conservadas pelo tempo que pudessem durar, e, à medida que os irmãos mais velhos cresciam, suas roupas eram repassadas para os mais novos.

Curiosamente, Ângela continua o relato dizendo que as roupas das crianças eram produzidas com sacos de arroz ou farinha, que, depois de lavados, deveriam ser tingidos. As mulheres confeccionavam as calças, camisas e os terninhos para os meninos. Para as meninas, os vestidos. Na possibilidade de se obter tecidos próprios para a confecção, o mesmo era adquirido em quantidade maior para que se pudesse confeccionar peças para mais de um filho e para as sobras do remendo.

Diante de tais precariedades, a relação que mantinham com os recursos baseava-se no intenso controle econômico. O consumo deveria ser moderado, evitando-se os desperdícios. Era importante guardar, acumular para que se pudesse ter alguma garantia. Dessa maneira, as crianças aprendiam desde pequenas a poupar e a reutilizar os produtos.

Também era preocupação das famílias numerosas, a falta de assistência médica, de remédios, ou mesmo de conhecimento em torno das moléstias que afetavam os filhos. De modo geral, os adoecimentos eram tratados em casa pela própria família. Em casos mais graves, comum era recorrer a soluções alternativas oferecidas por curandeiros e suas benzeduras. Em meio a orações e chás medicinais, as enfermidades eram curadas ou apenas acalmadas, pois já não havia mais nada a fazer.

Se por um lado uma prole muito extensa significava mais despesas e preocupação para a família, por outro, o número elevado de filhos assegurava uma relação familiar pautada no trabalho coletivo e no auxílio mútuo. Quanto maior o número de membros na casa, maior era o mãos para os trabalhos nas lavouras.

Extrapolando a exclusividade do universo familiar, a identidade da infância camponesa nas colônias italianas de Curitiba foi marcada pela forte relação com o trabalho. Como afirma Hugh Cunningham (1997, p. 127), “no final do século XIX o trabalho tinha lugar,

para a maior parte das crianças, dentro da família”.² O trabalho era um elemento socializador de grande relevância e permeou a construção da infância e do *ser* criança camponesa. Mas qual era o sentido do trabalho na infância?

Repassada de pai para o filho, a aprendizagem em torno do trabalho com a terra assegurava a perpetuação do *éthos* camponês imigrante. Além de auxiliar na produção, as crianças aprendiam o valor da terra e as formas de nela conseguir sustento. O trabalho ajudaria a formar adultos honestos e afeitos à lida da terra. A participação da criança nos trabalhos agrícolas e também domésticos caracterizava a inclusão da infância no processo econômico e social das comunidades imigrantes. A criança era depositária de expectativas em torno da manutenção da propriedade e dos bens da família, devendo iniciar ainda pequena a vida produtiva. Roçar, colher e debulhar o milho, cortar e amontoar o feno, tratar os animais, entre outros, eram alguns dos afazeres que caracterizavam o trabalho infantil.

A exigência dos pais pelo desempenho no auxílio de atividades agrícolas e domésticas pelas crianças não se tratava, nesse caso, de exploração do trabalho infantil. Visualizadas como “obrigações” dos filhos para com os pais, o auxílio da mão de obra infantil caracterizava-se como forma de contribuição dos filhos na organização da vida familiar. Segundo Cunningham:

Para quem estuda as estratégias familiares nas famílias rurais, as crianças têm um duplo papel: que é o potencial de mão de obra e herdeiros da terra. Obviamente, o investimento na prole, se esta deve ser considerada, daria seus lucros lentamente.³ (Cunningham, 1997, p. 104, tradução nossa)

Germano, descendente de imigrantes italianos de Santa Felicidade nascido na década de 1920, em memória sobre a sua infância na

2. “Fino al XIX secolo Il lavoro aveva luogo, per maggior parte dei bambini, all’interno della famiglia” (Cunningham, 1997, p. 127)

3. “Per coloro che studiano le strategie familiari nelle famiglie contadine, il bambini hanno un duplice ruolo: quello di potenziale manodopera e di eredi della terra. Naturalmente l’investimento nella prole, se tale lo se deve considerare, dava profitti molto lentamente” (Cunningham, 1997, p. 104).

colônia, relatava sua participação desde pequeno no auxílio aos seus pais nos trabalhos agrícolas da família:

Éramos eu e mais dois irmãos e minha mãe Catarina que trabalhávamos com o pai na roça. Plantávamos milho, feijão e verduras. No início, nós íamos a pé com minha mãe lá pro Largo da Ordem vender ovos e verduras uma ou duas vezes por semana. Carregávamos as coisas em cestos de taquara e levávamos o dia inteiro para ir e voltar. Quando sobrou um dinheirinho, fizemos dois carrinhos de mão e com ele transportávamos maior quantidade de produtos. Isso nos permitiu comprar um cavalo tempos depois e, então, passamos a fazer nossas vendas montados e levando dois grandes cestos cheios até a boca. Daí em diante, a gente podia vender inclusive leite, queijos, salames e galinhas. Depois, foi a hora de comprar uma carroça e, então a vida melhorou bastante. (Franceschini, 1991 apud Rodrigues, 1991, p. 9)

A relação estabelecida entre a infância e os trabalhos vinculados com a terra era necessária e incontestável. Tendo em vista o excerto do depoimento de Germano, a criança era preparada para assumir no futuro a responsabilidade com os bens galgados pela força daquele trabalho. Dando prosseguimento aos investimentos dos seus predecessores e contribuindo para o aumento da propriedade e dos bens, as crianças poderiam usufruir na vida adulta os frutos deste empenho. Loraine Slomp Giron afirma:

Os filhos e filhas não recebiam qualquer tipo de remuneração pelo trabalho, mas sempre tinham casa e comida garantidas. Sem ter gastado com salários os frutos da produção, a terra absorvia os recursos gerados pela produção. No momento em que os filhos chegavam à idade de casar, os pais sentiam-se na obrigação de auxiliar na compra de algum pedaço de terra. Portanto, retornava à terra o produto da terra. (Giron, 2008, p. 32)

Cumpre nota que a representação de infância como condição para o trabalho familiar deriva outra ideia que permeava as relações entre pais e filhos imigrantes camponeses: era a preferência entre meninos e meninas. Cunningham (1997, p. 127) lança a seguinte questão: “Os filhos homens eram preferidos às mulheres?” E responde que “interesse” e “emoção” andavam juntos. Interesse na força de trabalho dos filhos para suprir as necessidades da mão de obra garantindo a manutenção e o aumento da produção agrícola; e emoção pela relação e o sentimento dos pais enquanto provedores e responsáveis pelos filhos.

Família imigrante no final do século XIX



Fotógrafo – Luiz Franceschi

Acervo: Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Colombo

Os pais nutriam sentimentos especiais pelos filhos homens, principalmente se estes fossem os primogênitos. Filha de imigrantes italianos provenientes de *Nove*, província de Vicenza, nascida no ano de 1912, Rosa relembra a relação da mãe com o filho Evaristo, que era o primeiro filho homem da família, dizendo: “*Ela adorava o Evaristo. Ela gostava, ela comprou a gaitinha pra ele, pra tocar. Iam na sala os dois pra tocar. Mamãe gostava dele. Era três filhas antes que veio, depois ele de homem. Ela adorava ele*” (Busato, 2003).

A expectativa em torno do nascimento de um menino era compartilhada pelas mães. De certo modo, elas se sentiam responsáveis

por gerar os filhos, inclusive culpabilizando-se caso sua família não fosse contemplada com o nascimento de um menino. Na visão do adulto, o homem garantiria a perpetuação da linhagem da família, tendo em vista que, invariavelmente, o sobrenome do pai era atribuído aos filhos no ato do batismo e as esposas no do casamento. Ao menino importava o cultivo da terra e, à menina, às funções específicas do trabalho doméstico.

Por essas razões, os sentimentos de preferência pelos filhos homens em relação às filhas mulheres eram sustentados. A falta de habilidade das meninas para o trabalho árduo da lavoura era vinculada ao pouco progresso financeiro das famílias em que havia a predominância das filhas ou compostas unicamente por elas. Como afirma Giron:

O nascimento de uma filha mulher era considerado um ônus para a produção agrícola, mas, por outro lado, era o início de uma vida de trabalhos, que auxiliaria a mãe nas infindáveis atividades de casa e no cuidado dos irmãos menores. A chegada de uma filha era acompanhada com a preocupação do dote e do enxoval. (Giron, 2008, p. 37)

Contudo, a menina desempenhava funções muito específicas e importantes no desenvolvimento do trato familiar e doméstico: lavar, passar, coser, remendar, cozinhar, bordar, educar as crianças na questão moral e religiosa; atividades que raramente eram realizadas pelos homens e também pouco valorizadas por eles.

A representação dos adultos quanto à formação das meninas estava atrelada ao papel social que estas desempenhariam no futuro: a de mãe de família. A maternidade era a missão essencial da mulher. A mulher, considerada “a pedra angular” da família, deveria ser a principal responsável pela educação dos filhos, principalmente no que tange a formação religiosa e moral dos pequenos. Perpetuar essa função de mulher-mãe era fundamental para a manutenção da estrutura familiar campesina.

2. A infância, a prática da fé e as vocações religiosas

Assim como o trabalho, a dimensão religiosa materializada no exercício da fé implicou determinações na divisão do tempo da infância. Discursos e práticas imprimiam significados que conduziam as famílias à experiência religiosa como algo inseparável da vida cotidiana.

O primeiro rito da infância, o qual inseria a criança desde os primeiros dias de vida no universo cristão católico, era o batismo. Com peso maior, na maioria das vezes, o registro batismal substituiu o registro civil da criança. Nos casos em que o registro civil fosse realizado, esse ocorria no mínimo um ano depois do nascimento ou do batismo da criança. Por isso, comum era encontrar nos documentos pessoais uma idade que não correspondia com a idade real da criança. Comum também era a criança ter dois nomes: um em decorrência do batizado e outro do registro civil. No momento do batismo, o nome da criança era registrado sob a vigilância dos padres, os quais preferiam aqueles que se reportassem aos santos católicos. Nomes considerados impróprios eram rechaçados. A escolha dos padrinhos também deveria ser exercida com cuidado, pois, como corresponsáveis pela criança, tinham a obrigação de acompanhá-las, principalmente se os pais lhe faltassem.

Um conjunto de práticas religiosas realizadas pela família camponesa imigrante católica dava continuidade à formação cristã da infância: a participação na catequese, a qual preparava a criança para os ritos da Primeira Eucaristia e da Crisma; a participação nas celebrações religiosas, como as missas aos domingos e dias santos, os terços familiares e as orações diárias individuais.

No tempo da infância não poderia deixar de haver lugar para as orações diárias no interior da família, que ocorriam, de modo geral, no final da tarde ou à noite. A principal delas era a recitação diária do rosário, uma prática muito difundida e importante, como afirmava Maria Emília: “As famílias italianas costumavam rezar o terço diariamente após o trabalho do dia, antes do jantar ou do repouso” (Simioni, 2006 apud Azevedo et al, 2006, p. 169).

Além da recitação do rosário, as orações diárias realizadas pela família eram acompanhadas pelas devoções. Às crianças ensinavam-se a devoção aos Santos, a Jesus Menino, aos Anjos da Guarda e a Nossa Senhora (como filha e mãe). Na maioria das vezes, as ora-

ções eram apreendidas na infância e guardadas na memória até a vida adulta. Ângela relembra as orações que aprendia com seus pais quando pequena, dizendo que elas as acompanhavam por toda a sua vida. Evocando da memória, recitava uma delas em língua vêneta:

São José velhinho, o que tem neste cestinho?
Uma faixa e uma fralda, para enfaixar Jesus belo.
Jesus belo, Jesus de amor, para enfaixar nosso Senhor.
Nossa Senhora teve um menino, São José o perdeu.
Nossa Senhora o achou, São José o beijou.
(Simioni, 2003, tradução nossa).⁴

As devoções alimentadas no interior da família desde a infância eram amplamente estimuladas pelos missionários (padres e religiosas). Na verdade, desde os primeiros movimentos de instalação nas colônias italianas, as famílias exigiam do governo sacerdotes italianos a fim de oferecer os benefícios da religião, dando continuidade aos ensinamentos da prática da fé apreendidos ainda nos territórios de origem (Paraná, 1886, p. 4).

Nas capelas ou realizando periodicamente visitas às famílias, os padres abençoavam a casa, ofereciam conselhos e os sacramentos. Nessas visitas, ensejando arregimentar a infância para as vocações, as crianças também eram questionadas sobre a vontade de seguir a vida religiosa. Objetivando lembrar a criança da sua confissão religiosa, raro também eram as crianças que não recebiam dos missionários as lembrancinhas das visitas: os “santinhos”. Os “santinhos” eram imagens impressas em papel de pequeno formato. Poderiam ser carregados pelas crianças no bolso ou em meio aos livros. Alguns apresentavam do lado oposto à imagem pequenas orações, outros reportavam ícones relacionados à infância sagrada. Também eram entregues como lembranças das celebrações da Primeira Eucaristia e da Crisma.

4. (San Giuseppe Vecereo, cosa ghio sun queo sesteo?. Gò ‘na fassa e un paneseo, par infassare Gesù beo. Gesù beo, Gesù d’amor, par infassar nostro Signor). ‘A Madona ghea un puto, San Giuseppe ‘o gà perduto. ‘A Madona ‘o gà catà, San Giuseppe ‘o gà basà. Basa, basa, rosa e fior, che te basi Nostro Signor (Simioni, 2003).

Rosa lembrava que quando pequena suas tias religiosas enviavam cartas, junto delas “*aqueles lindos santinhos. Era uma alegria*” (Juliani, 2006 apud Azevedo et al, 2006, p. 211).

Modelo de santinho distribuído às crianças nas visitas pastorais.



Acervo pessoal de Carlos Falcade

A prática da fé no interior das famílias, o desejo dos pais, a proximidade e as investidas dos religiosos estimulavam e promoviam as vocações religiosas na infância. Ademais, a credibilidade depositada na Igreja instaurava as vocações religiosas. Como chamado ou apelo para a vida religiosa, as vocações consistiam em assumir com convicção a fé que professavam, reconhecendo a necessidade e o empenho em propagá-la. Na maioria das vezes, as vocações eram definidas pelo desejo da família ou pela reverência mantida pelo trabalho dos missionários (padres e freiras) diante da sua importância na manutenção da fé. Por vezes, aos filhos era dada a oportunidade de optar por seguir a vida religiosa ou o casamento; por outras, a imposição dos pais pela determinação do vir a ser religioso não era posta em questão pelos filhos. Todavia, não há como negar que muitos sentiam desde

o período da infância o desejo próprio pela inserção na vida religiosa.

Diante do sentimento de gratidão a Deus ou da necessidade econômica que impossibilitava a manutenção de uma família numerosa, os filhos eram enviados à vida religiosa (aos seminários e conventos) desde pequenos.

O padre Lucas Costa, filho de imigrantes italianos, conta que não interveio no momento de sua entrada no seminário ainda criança, confiando sua vocação conforme o desejo dos seus pais.

Alguém me perguntou como foi minha vocação. E eu respondi: Levaram-me para o seminário, porque eu não entendia da vocação de padre, embora conhecesse bem o padre. Não me lembro que alguém tivesse perguntado: 'Te vuoi far te prete? (Você quer fazer-se padre?). Meus pais naturalmente sabiam. (Costa, 2006 apud Azevedo et al, 2006, p. 139)

A família do padre Lucas Costa, composta por treze filhos – cinco meninas e oito meninos – se destacava pelo elevado número de vocações religiosas. As cinco filhas do casal João Costa e Magdalena Bonato seguiram a vida religiosa, ingressando na Congregação Passionista. Narrando a biografia vocacional da irmã Alberta nascida em 1913, uma das filhas da família Costa, irmã Angélica relatava:

Pertencia a uma família numerosa, treze filhos, sendo oito homens e cinco mulheres, todos voltados ao serviço da igreja, começando pelo pai Ney Costa, este era seu apelido. Ney era conhecido como “um cacique”, pois sempre exercia o ofício de sacristão. Ele também acompanhava os padres passionistas, vindos da Itália, novos e inexperientes quanto às missões realizadas nos matos, principalmente nos lugares perigosos. Ele enfrentava tudo e todos. Como recompensa, Deus chamou suas cinco filhas para a vida religiosa: Ursolina, Maria, Angelina, Aurora e Gema e um filho para a vida sacerdotal o padre Lucas todos passionistas. (Fiorese, 2006 apud Azevedo, et al, 2006, p. 69)

De modo geral, a mulher era a figura fundamental para a promoção dos ensinamentos da doutrina católica no seio familiar. Por outro lado, como nota-se no trecho citado, a forte vinculação do pai no exercício dos trabalhos pastorais, envolvendo e aproximando toda a família do universo religioso, determinou sobremaneira o apelo vocacional dos filhos.

A própria Irmã Angélica, cujo nome recebido pelos pais era Joana, pertencente a uma família de dezessete filhos, tem sua história semelhante quanto à proeminência de vocações, religiosas na família. Relatava com muito orgulho e satisfação o número avultado de vocações sendo: três irmãs, dois sobrinhos e duas sobrinhas egressos da Congregação Passionista. Continuava, dizendo que a convivência em uma família iminentemente católica contribuiu muito para que, ainda criança, decidisse seguir a vida religiosa:

Minha família foi sempre feliz, de pais cristãos praticantes que educaram seus filhos mais com o exemplo do que com palavras, não faltando a disciplina e o rigor porque éramos turbulentos, vivos, que aprontávamos, apostando: quem pode mais.

Aprendemos com eles a ganhar o pão de cada dia trabalhando, estudando e principalmente rezando. O terço em família todas as noites, era sagrado. Como crianças após o jantar e um bom recreio de esconde-esconde, participávamos da oração e em seguida o repouso. A disciplina contribuiu muito para a nossa formação religiosa. (Joana, 2006 apud Azevedo et al, 2006, p. 39)

O relato de irmã Angélica evidencia que a disciplina e o rigor eram aspectos intimamente ligados ao compromisso com a prática da fé, e faziam parte do complexo conjunto de ações que concorriam para moralizar e afeiçoar a criança pelas atitudes irrepreensíveis, especialmente a subordinação aos adultos. Disponibilizar-se com afinco ao trabalho e ao cumprimento das orações diárias eram comportamentos esperados pela família. Os pais exerciam com rigor a formação dos filhos. A disciplina era empregada por toda a família (mãe, irmãos mais velhos,

nonos), mas principalmente pelo pai. Para as crianças, deixar de cumprir as obrigações religiosas ou familiares era motivo de repressão na forma de castigos e mais privações além daquelas que já logravam.

Contribuindo para a disciplinarização da infância e a perpetuação da fé, as escolas católicas também exerciam poder sobre as crianças, principalmente nas decisões quanto às vocações e à formação do tipo ideal de adulto. Em cinco de dezembro de 1901, o padre Francesco Brescianini de Santa Felicidade informava ao seu superior, em Roma, na Itália, a primeira vocação religiosa da colônia junto ao externato das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, pouco mais de um ano depois da sua criação.

A nossa escola italiana dirigida pelas Irmãs progride bem. Agora é tempo de férias, até o dia 16 do corrente. Esperamos ter muitas meninas na abertura das aulas. Informa V. Excia. que temos aqui jovens que têm vocação religiosa e desejam entrar na congregação dessas Irmãs. Se não forem aceitas, elas entrarão talvez em outras congregações que se encontram na cidade de Curitiba. Além disso, é desejo deste bispo que se aceitem vocações. Esperamos que a V. Excia. consinta. Por agora aceitamos uma, que é aluna desta escola. (Azzi, 1987, p. 281)

A catequese, parte privilegiada do programa nessas escolas, era considerada fundamental na preparação e ordenação da infância para a celebração dos ritos. Nas aulas ministradas pelas próprias irmãs, buscavam-se apregoar os ensinamentos da doutrina e dos valores cristãos. Na maioria das vezes, as religiosas exerciam nas meninas sentimentos que as faziam refletir sobre a possibilidade de tornarem-se religiosas. Inversamente, a certeza de que a vida religiosa não lhes cabia também vinha à tona nestes momentos.

Crianças da ex-colônia Alfredo Chaves a receber a Primeira Eucaristia – 1920



Acervo: Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Colombo

3. A escolarização da infância

A maioria dos imigrantes camponeses de origem italiana vinculava suas expectativas de ascensão social via escolarização, referenciando a escola como o lugar legítimo da socialização da infância. Como sujeitos sociais, crianças necessitavam de tratamento particular, separado de outros lugares da comunidade. E a escola, como instituição autônoma, se configurava como o lugar mais apropriado.

A escola caracterizava-se como uma instituição civilizadora e humanizadora, por isso o papel atribuído a ela seria o de moralizar costumes, conformar e disciplinar os corpos e transmitir conhecimentos. Hugh Cunningham (1997), ao discutir a importância da escolarização da infância para os camponeses na Europa do século XVI e XVII, afirma que o principal interesse pela instrução era a religião (principalmente a protestante), mas a outra era a possibilidade de acesso aos conhecimentos e ascensão social. Concordando com o autor, e lembrando que os imigrantes camponeses que chegaram

às terras paranaenses ainda traziam a ideia da produtividade baseada nas relações agrícolas das suas regiões de origem no continente europeu, mais do que o acesso à literatura, representação de escola por parte dos pais imigrantes era a de que por meio da instrução poderiam proporcionar aos seus filhos possibilidade de ascensão social, seja pela via pública (galgando cargos públicos estatais), seja na boa comercialização da produção agrícola.

É importante lembrar que o principal fator que levou os camponeses italianos a deixarem o país e avançar o além-mar em busca de melhores condições de sobrevivência foi a crise econômica estabelecida na Itália no final do século XIX. A condição de degradação das formas de sobrevivência do camponês italiano do norte da Itália tornava inviável a permanência das famílias naquela região. Tentar uma nova vida adaptando-se à nova pátria pela via da escolarização poderia configurar uma solução eficaz.

Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas, em que seus filhos pudessem aprender o idioma português, um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Facilitando a comunicação, não corriam o risco de serem enganados.

De acordo com Antonio Viñao Frago (2008), em torno da escola sempre se construíram imagens de instituição salvacionista e redentora da sociedade. Por parte dos imigrantes, ela era representada como uma instituição capaz de levá-los de uma condição a outra. Condição essa que, pela escola, poucos conseguiram galgar. Contudo, o que muitos conseguiram foram condições financeiras estáveis pelo sucesso com os negócios através da dedicação extrema ao trabalho. Por outro lado, para a infância camponesa, a escola configurou-se como um espaço frequentado por pouco tempo e com muita dificuldade.

De modo geral, os colonos providenciavam os pedidos de criação de escolas primárias que eram enviados ao governo. Justificavam de todos os meios a necessidade da escolarização. Na colônia Antonio Rebouças, um abaixo-assinado foi enviado pelos colonos no ano de 1894 solicitando uma escola. Entre as justificativas, a importância dela na aprendizagem da leitura, da escrita e das primeiras noções do cálculo. Ademais, cumpre nota, a preocupação dos pais com o tratamento das crianças.

Visto que o governo por lei suprimiu muitas escolas entre as quaes a nossa da Colônia Rebouças e não havendo pessoa que possa reger a cadeira da escola nós abaixo assignados residentes nesta colônia e núcleo Timbutuva vem perante a VS. respeitosamente supplicar que se digne deixar a residência da escola do professor Valentino Stavieschi, nomeado para o bairro de Ferraria, em um lugar mais perto da nossa colônia por aquellas razões que seguem:

1. O dicto mestre Valentino Stavieschi é um professor habilitado, muito bom, humilde, paciente com os nossos filhos, os quaes desejão que venha o dia para ir a escola.
2. Os nossos filhos apreenderão em pouco tempo muito bem a ler, escrever, explicar, analizar, fazer conta, e aquelle que mais importa, a obediência, o respeito as todas auctoridades sociaes.
3. O dicto professor no seu exercício cumpre exactamente com o seu dever, e sem muito gritar, sem ameaças consegue grande adiantamento no ensino. (Paraná, 1894, p. 33)

Nessa citação é possível perceber a exigência pela permanência daquele professor, que era de confiança das famílias, ressaltando seu comprometimento e o bom tratamento dispensado às crianças, as quais demonstravam entusiasmo pelas aulas. Desse modo, compreendiam como bom professor aquele que exercesse sua função demonstrando, sem coação, o aproveitamento rápido dos alunos. Comumente, o mau funcionamento das escolas coloniais e as atitudes repreensíveis dos professores eram denunciados pelas famílias imigrantes, não demorando a aparecer inúmeros requerimentos direcionados ao governo, solicitando providências cabíveis para funcionamento regular das aulas. Muitos eram os conflitos gerados e muitas foram as aulas interrompidas até que um novo professor com qualidades aprazíveis fosse aceito pelos pais.

Ao mesmo tempo em que não admitiam a interrupção das aulas pela falta de professores ou de materiais escolares, consentiam a falta de frequência às aulas nos períodos de trabalho nas lavouras. A vinculação entre o trabalho e o universo infantil camponês reverberava também na relação que mantinham com a escola, mostrando,

por vezes, preferência àquele. Na colônia Eufrásio Correa, o envio dos filhos à escola foi protelado, muito embora os colonos tenham manifestado o interesse pelo ensino escolar desde a instalação das famílias na colônia em 1886. A demora pelo acesso a ela se deu devido a um fato muito comum no processo de colonização: os embaraços no processo de acomodação nos novos lotes.

De acordo com o relatório do padre Pietro Colbacchini, datado de 1895, durante três anos os imigrantes que se instalaram na região da colônia Eufrásio Correia (também conhecida como Capivari) vivenciaram uma extrema situação de pobreza. Dizia o religioso:

Eu mesmo tive que recorrer, uma vez em 1888 ou 1889 ao Ministro italiano residente no Rio de Janeiro para que solicitasse ao governo prover de urgência as estreitas necessidades de um núcleo colonial de 37 famílias a pouco estabelecidas nos matos do Capivary e abandonados a si mesmo sem nenhum meio de sobrevivência. Enquanto isso eu tinha que enviar àqueles miseráveis alguns sacos de farinha para que não morressem de fome, e alguns de feijão para semear nos terrenos a eles consignados. Alguma providência vinha sendo dada, mas escassa, e a mim produziu malevolência de quem se viu constringido, embora só em parte, a cumprir o seu dever. Outras vezes os apelos tornaram-se completamente em vão.⁵ (Colbacchini, 1968, p. 360, tradução nossa)

Abandonados pelo governo naquela colônia, as famílias tiveram que arcar com todos os dispêndios da acomodação nos lotes, empenhando-se, inclusive, em organizar o plantio das primeiras sementes. Sendo a prioridade naquele momento a sobrevivência, a

5. “Io stesso ho dovuto ricorrere, una volta nel 1888 o 1889 al Ministro italiano residente a Rio Janeiro perché sollecitasse il Governo a provvedere d’urgenza agli stretti bisogni di un nucleo coloniale di 37 famiglie da poco stabilito nelle boschiglie del Capivary ed abbandonato a se stesso senza nessun modo di sussistenza. Intanto avevo dovuto mandare a quei tapini dei sacchi di farina perché non morissero di fame, e dei fagioli da seminare nei terreni a loro assegnati. Un qualche provvedimento venne dato, ma scarso, ed a me fruttò la malevolenza di chi si vide costretto, sebbene solo in parte, a compiere il suo dovere. Altre volte i ricorsi tornarono affatto van”. (Colbacchini, 1968, p. 360).

escolarização das crianças foi protelada. Certamente, boa parte delas empenhou-se no auxílio dos pais junto aos trabalhos nas roças.

Ao pesquisar sobre a colônia Novo Tyrol, Renzo Grosseli (1989) verificou que a escola era substituída pelo trabalho logo que alcançassem idade maior.

Alcançada a idade escolar passavam parte do seu dia nas salas de aula e eram gradativamente treinados para o trabalho. Na idade dos 6 a 8 anos os meninos aprendiam a ajudar as mães: recolhiam lenha para casa e buscavam água a todo instante. As meninas começavam a cuidar dos menores. Entre os 8 e 10 anos meninos e meninas começavam também a ajudar as mães no estábulo, a limpar o milho e a executar outros afazeres. Já aos 12 e 13 anos, tanto eles como elas já estavam prontos para acompanhar os pais no trabalho. As meninas cuidavam do fogo junto dos irmãos menores (e às vezes iam para o estábulo com as mães). Os meninos trabalhavam no campo e nos bosques. Nessa idade para eles a escola havia acabado, em alguns casos, antes do tempo (porque a idade para o trabalho havia sido antecipada).⁶ (Grosseli, 1989, p. 301, tradução nossa)

O fragmento apresenta como aquelas famílias concebiam a divisão do período da infância e como o trabalho determinava a idade de entrada e saída da escola.

Na mesma direção, de acordo com outro mapa trimestral da escola masculina na colônia Alfredo Chaves, correspondente aos meses de

6. “Giunti all’età scolare transcorrevano parte della loro giornata nelle aule scolastiche ed erano progressivamente allenati al lavoro. Già verso i 6/8 anni i maschietti imparavano ad aiutare le madri: portavano legna in casa, andavano ad uscello a prendere l’acqua et. Le femmine iniziavano a prendersi cura dei più piccoli. Verso gli 8/10 anni maschi e femmine incominciavano anche ad aiutare le madri nella stalla, a pulire il granoturco ed in altre faccende. Verso i 12/13 anni gli uni e le altre erano pronto ad Affiancare i genitore sul lavoro. Le femmine ai fornelli, con i fratelli minori ed in campagna (oltreché nella stalla con le madri). I maschi in campagna e nei boschi. A quell’età la scuola era terminata, in alcuni casi ache da tempo, (e quindi l’età del lavoro era stata anticipata)”. (Grosseli, 1989, p. 301).

outubro a dezembro de 1893, enviado pelo professor João Antonio Tosin no início do ano de 1894, verificou-se, comparando com outras listas, que houve uma diminuição do número de alunos matriculados nos dois últimos anos, especialmente os com maior idade. A idade dos alunos, na lista de matrícula de 1893, variava de 5 a 12 anos, estando de acordo com o regulamento vigente no Paraná desse período. Aqueles que tinham idade entre 10 e 12 anos normalmente apresentavam o maior número de faltas e desistências (Paraná, 1894, p. 1894).

Quando cotejadas as fontes, principalmente as listas de frequência das escolas nas colônias, é possível perceber o maior número de faltas nos períodos de roçada, plantio e colheita. Além disso, a presença dos filhos nos trabalhos agrícolas era indispensável para aumentar o número de pessoas nas lavouras e, nesses períodos, as crianças passavam a frequentar regularmente o campo, deixando para trás a escola. Essa constatação revela que o trabalho também reordenava o tempo das atividades escolares, o calendário e o horário das aulas. Em um documento do professor João Baptista Marconi, da colônia Novo Tyrol, a questão do trabalho dos alunos nas roçadas também era a justificativa para a não frequência às aulas.

Actualmente estão escritos discípulos de ambos os sexos em número de 73, porém todos não frequentam agora que os paes trabalham nas roçadas dos lotes, e assim os filhos ou trabalham, ou levão a comida por elles no mato. O assignado dá trabalho a sua filha para o ensino de coser às meninas tendo ella mesma também um ensino dominical gratuito para as moças que não podem frequentar a escola pública diurna, que estão escritas em número de 27. Além disso, foi aberta uma escola nocturna para os moços que não podem frequentar a escola diurna que estão em número de 32, mas momentaneamente suspenderão-se para entregar-se no mato a roçar a terra do seu lote. (Paraná, 1879, p. 230)

Os trabalhos de cunho doméstico também determinavam os horários das aulas. Na colônia de Santa Felicidade, de acordo com as solicitações das famílias, o inspetor escolar determinou que as aulas femininas passassem a acontecer no período da tarde pelo fato de os pais imigrantes exigirem a presença dos filhos, principalmente das meninas, na hora do almoço.

Sinto-me em dever de dizer a V.S. que as informações tidas desta escola da colônia de Santa Felicidade não forão exactas. É verdade que a professora ensinha na escola as meninas da uma hora da tarde até a cinco horas, antes que conforme o regulamento das nove horas até as duas da tarde, mas esta modificação deve a circunstância que não se podem desprezar. Não podendo uma professora attender ao empenho de mais de 80 entre meninos e meninas, sendo de tempo estabelecida nesta colônia a escola dos meninos dirigida da um professor muito abil e de plena confiança dos colonos, achei coisa necessária dividir as duas escolas, e deixar a tarde a professora e de manhã ao professor sendo um só o logar da escola pertencente aos colonos, os quaes certamente preferem a escola para os meninos, a escola para as meninas. Tem outra circunstância, isto é que os colonos continuão o costume italiano de fazer a sua comida da janta ao meio dia, hora na qual os meninos e as meninas devem-se achar na própria casa. (Paraná, 1890, p. 219)

O fragmento acima nos ajuda a refletir no mínimo sobre dois aspectos. O primeiro deles é a reordenação do horário das aulas, de modo que pudesse ser respeitado o “costume italiano” do qual habitualmente se preparava, ao mesmo tempo, o almoço e o jantar daquele dia. Essa prática, por sua vez, exigia a presença das meninas no auxílio das mães, tendo em vista que a quantidade das refeições deveria ser produzida em dobro. O segundo aspecto diz respeito à importância dada à escola no atendimento da infância masculina.

Tendo em vista que a preocupação com escolarização tinha como base o desejo da mudança do *status* social, claro estava que esta estaria vinculada ao universo masculino. De modo geral, era o homem que administrava os negócios, a compra da terra, dos instrumentos, a definição dos trabalhos na família e a comercialização dos produtos.⁷ Nesse caso, para os meninos, o estudo deveria contribuir

7. Comum é vincular a administração da família e dos negócios à figura masculina, entretanto não se pode esquecer-se de considerar que muitas mulheres assumiam no interior da família camponesa tais funções, nos casos em que o pai ou o filho mais velho viessem a lhes faltar. Ver: Giron, *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*.

para o melhoramento das condições do trabalho além do ambiente doméstico. Para as meninas, inversamente, deveria contemplar aspectos que as reportassem ao interior da casa, no cuidado delas e da família. A frequência à escola seria permitida às meninas, desde que essa não atrapalhasse o desempenho de suas funções.

Portanto, durante a idade escolar as crianças também recebiam os primeiros ensinamentos sobre seus papéis sociais a serem desempenhados. Meninos e meninas iam sendo encaminhados para os afazeres conforme aqueles desempenhados pelos seus predecessores. E a escola afirmava os papéis sociais e as representações de infância e trabalho na medida em que possibilitava: o atendimento distinto entre meninos e meninas em sala de aula e na elaboração de atividades específicas, como bordar para as meninas e aprofundar o conhecimento aos cálculos matemáticos para os meninos; a disseminação de conteúdos moralizantes voltados para meninos e meninas; a flexibilização dos horários e do calendário escolar; as nomeações das listas de chamada concordando os sobrenomes aos seus prenomes femininos; as determinações legais quanto aos homens professores ministrarem aulas para meninos e mulheres professoras para meninas e ambos.

Em um documento da colônia Novo Tyrol, a professora Antonieta Marconi justificava a abertura de uma escola feminina – uma escola promíscua⁸ dirigida por seu pai Giovanni Baptista Marconi já existia –, dizendo ensinar às meninas na nova escola os “trabalhos feminiles”. Embora não caracterize quais eram esses trabalhos, podemos acreditar que estes sejam os trabalhos de agulhas e as prendas domésticas. Escreve a professora:

A abaixo assignada filha do professor público d’esta colônia Novo Tyrol, roga respeitosamente a V^a Exc^a dignar-se crear uma escola feminil para entregar em ella as meninas que pertencem a escola promiscua existente. Pede ella também a graça de ser contemplada para a nomeação da futura professora obrigando-se de ter na nova aula o ensino ele-

8. Escola promíscua era a denominação utilizada no Paraná para as escolas que abrigavam meninas e meninos em uma mesma sala. Essa denominação foi substituída por “escola mista” somente na primeira década do século XX.

mentar de baixo a observação do seu pai, como também o ensino dos trabalhos feminiles, tão importantes para as meninas que devem ser no tempo futuro mulheres de família. (Paraná, 1879, p. 237)

Na família, o papel da mulher era claro; se optasse pelo casamento deveria dedicar-se à educação dos filhos, ao cuidado com a casa e à submissão ao marido, imbuída dos valores que essa função exigia. A Igreja prezando pela educação feminina católica desde a mais tenra idade buscava garantir a formação delas de modo que concorresse para o bom desempenho como mãe e esposa. Neste contexto, a escolarização da infância camponesa imigrante e descendente, em especial a feminina, foi complementada pelas escolas católicas.

Em algumas colônias, logo que uma escola confessional católica entrasse em funcionamento, a frequência, especialmente das meninas, nas escolas públicas, começava a diminuir. Fato justificado pela preferência que os colonos demonstravam em enviar seus filhos, para as escolas dirigidas por freiras.

As colônias Santa Felicidade e Água Verde foram as primeiras colônias italianas a serem contempladas pelas escolas católicas destinadas à formação escolar das meninas. Dirigidas pelas apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, essas escolas apresentavam desde a sua fundação um número muito alto de meninas. De acordo com a documentação consultada, a matrícula da escola católica de Santa Felicidade no ano de 1902 era de aproximadamente 200 meninas italianas e brasileiras (Wernet, 2000, p. 109). Normalmente, o número de alunas nas escolas católicas de Santa Felicidade e Água Verde não era inferior a 100 alunas. De acordo com o relatório escrito por Ranieri Venerosi Pesciolini, as colônias italianas de Umbará e Santa Gabriela também desejavam ser contempladas com escolas católicas dirigidas pelas apóstolas. Pesciolini prosseguia dizendo que, em Umbará, um representativo comerciante havia oferecido local gratuito para a instalação da escola (Pesciolini, 1914, p. 21). As outras duas colônias que abrigaram as escolas católicas femininas nas primeiras décadas do século XX foram Pilarzinho e Alfredo Chaves.

Apenas após vários anos de funcionamento, as escolas católicas acolheram também os meninos. Prestigiadas pelas famílias italianas

principalmente por oferecerem a oportunidade de atendimento das meninas camponesas, elas exerceram um papel fundamental na escolarização e catolicização da infância. Todavia, não seria exagero inferir que, de modo geral, nas colônias italianas analisadas, a escola pública foi favorita no que tange à escolarização dos meninos, por proporcionar o conhecimento da língua portuguesa e a possibilidade de adaptação mais rápida junto à sociedade paranaense, legando melhor sorte na administração dos negócios. Enquanto isso, as escolas católicas serviram e foram claramente visualizadas como prediletas à escolarização das meninas, por prezarem por uma educação que levasse em conta as especificidades da formação da futura mulher-mãe naquele contexto.

4. O universo brincante da infância *contadina*

Como elementos socializadores, “a casa, o trabalho e a escola [acrescento ainda, a religião] definiam os horizontes dentro dos quais as crianças viviam” (Cunningham, 1997, p. 123).⁹ Com convicção é plausível a afirmação que faz referência ao tempo da infância camponesa nas colônias italianas, como um tempo marcado pelas “obrigações” domésticas, escolares, agrícolas e religiosas.

Mas qual era o tempo livre da infância? O tempo de brincar? Da falta de responsabilidade com os afazeres? Embora os documentos pouco orientem sobre essa questão, ao contrário do que possa parecer, a condição do *ser* criança não foi negada nas comunidades camponesas imigrantes e descendentes. Um tempo livre de atividades produtivas e “obrigações” pôde ser contemplado na análise sobre a infância *contadina*. Além disso, os adultos eram capazes de compartilhar o seu tempo produtivo com as crianças por entre as brincadeiras.

Mesmo reconhecendo as dificuldades em manter e localizar as produções infantis do passado, a possibilidade de encontrar brinquedos produzidos para ou pela criança não deve ser descartada, pois, segundo Maria Cristina Soares de Gouvea (2009, p. 113), “os brinquedos, especialmente, constituem fonte privilegiada para a compreensão da produção histórica de uma cultura material infantil”. Sem a pretensão de elaborar uma reflexão sobre a história material da infância e de es-

9. “La casa, il lavoro e la scuola definivano gli orizzonti all’interno dei quali i bambini vivevano” (Cunningham, 1997, p. 123).

gotar a totalidade do tema, ainda que se entenda que tem mérito uma investigação diante da amplitude do universo brincante da infância *contadina*, esta última parte do texto aspira uma análise breve.

Atentando-se para as *pistas* e os *indícios* dos modos de brincar da infância camponesa, procurou-se trazer à tona aspectos mais notórios dessa infância. A pesquisa revelou um repertório amplo de atividades e além das brincadeiras espontâneas e regradas, fazem parte desse conjunto lúdico os brinquedos improvisados e produzidos com materiais recolhidos da própria natureza, as *filastrocche* histórias e rimas infantis, e as atividades voltadas para a infância que evocavam as superstições e crenças populares concebidas ainda nas regiões de origem daquelas famílias.

As brincadeiras espontâneas denotavam a liberdade da infância *contadina* alcançada pela criança no cotidiano regrado pelo trabalho e pela família. Imitando o mundo adulto ou lançando mão da imaginação, as crianças aproveitavam os instrumentos do trabalho e os espaços extensos das propriedades rurais para brincar.

Ângela lembra com satisfação as brincadeiras junto à roda movida a água no moinho de fubá que seu pai havia construído. Alertava que a brincadeira era perigosa, porém de muita diversão.

Nós era tudo pequenininho. Papai fez uma roda que tinha essa altura de cima mais ou menos. Nós entrava na roda. Brincava. Pisava assim na roda, a roda rodava e nós que pulava lá dentro. Nossa Senhora! Quanta brincadeira que nós fazia, a roda era grande. Um dia ela desmoronou-se que queria cair e eu e o papai com vara, com tanta coisa escoramos a roda grande que não caia, por favor. (Simioni, 2003)

Além das brincadeiras livres, as brincadeiras regradas também eram executadas pelas crianças, como a de “esconde-esconde” conforme revelou irmã Angélica, em um excerto exposto anteriormente: “*Como crianças após o jantar e um bom recreio de esconde-esconde, participávamos da oração e em seguida o repouso*” (Fioreze, 2006 apud Azevedo et al, 2006, p. 39).

No que se refere aos brinquedos, na maioria das vezes esses eram produzidos pelas próprias crianças, com ou sem o auxílio dos adultos.

A precariedade não impedia as produções, o que implicava nas apropriações de materiais colhidos na natureza. Sobre a análise dos materiais para a produção dos brinquedos, consultar Benjamin (1984 apud Gouvea, 2009, p. 114) que aponta que, mesmo que as análises indiquem para a universalidade das produções, é necessário levar em conta a singularidade na definição dos materiais disponíveis nos diferentes contextos históricos.

A palha seca do milho, por exemplo, configurou-se como um recurso disponível naquele contexto. Era utilizada na produção de vários brinquedos pelas crianças camponesas, entre eles, as bonecas e a peteca. A peteca, como explicava Ângela, era feita além da palha seca do milho, com os próprios grãos do cereal. Primeiro se montava uma espécie de bolsinha com as palhas, depois enchendo com os grãos, formava-se a base sobre a qual se encaixaria algumas penas de galinha (Simioni, 2003).

Os meninos também construíam seus carrinhos com pedaços de madeiras, aproveitados no corte da lenha que servia para manter o fogo utilizado no cozimento dos alimentos. Relacionados ao universo masculino, os brinquedos eram as *bulica* (bolinhas de gude), o peão, a bola de futebol, entre outros.

João, nascido em 1914, neto de imigrantes italianos provenientes de *Cismon Del Grappa*, província de Vicenza, relembra como eram produzidos os seus brinquedos na infância:

Não tinha bola, a bola era feita com meia, enchia com qualquer coisa para ela ficar meio dura e brincava. Depois era a bolinha de bulico. Andava com aquele bolso cheio daquelas bolinhas que nos jogava e perdia. Tinha em Colombo um barzinho que vendia da fábrica de vidro. Com um canudo de taquara despejava um pouco de vidro e fazia assim, ela arredondava depois tirava colocava na toalha e deixava esfriar e faziam assim. (Maschio, 2003)

Narrando a simplicidade com que eram confeccionados os brinquedos de sua infância, João demonstra a singularidade da sua construção. Com base na disponibilidade dos recursos advindos do contexto econômico da região, como o vidro, por exemplo, ou da

Eliane Mimesse (org.)

relação cotidiana dos recursos, como uma peça do vestuário, os brinquedos faziam o tempo livre da infância tornar-se pleno.

Crianças – início do século XX



Fotógrafo – Luiz Franceschi
Acervo: Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Colombo

Afora as especificidades quanto às produções dos brinquedos, o repertório lúdico da infância camponesa pode ser caracterizado também por outros modos de brincar: as rimas infantis. Conforme apontaram alguns depoimentos, as rimas, conhecidas também por *filastrocches*, eram apreendidas e compartilhadas no interior das famílias e circunscreveram parte do tempo livre da infância. Transmitidas oralmente pelos *nonos* e pelos pais aos netos e filhos, as *filastrocches* em língua vêneta permaneceram na memória das famílias. Ainda que sofressem adaptações e outras interpretações, o que dependia das particularidades de cada comunidade, as rimas em língua vêneta atravessavam as gerações, sinalizando artefatos, concepções e crenças manifestas no cotidiano e nos costumes daquelas famílias.

De caráter iminentemente oral, algumas rimas eram simplesmente recitadas, como esta abaixo:

Rima de cunho religioso

*Patre nostro pequenin
Sciapa ai sucà e va tor vin
Se le buon va via bebendo
Se le tristo va via expandendo.*

Pai nosso pequenino
Pegue uma porunga e vá buscar
vinho
Se ele é bom vai embora bebendo
Se for ruim vai embora derramando.

Outras delas exigiam para a sua execução a interação entre o adulto e a criança. Nas *filastrocches* descritas abaixo, o adulto seguia uma das mãos da criança e recitava a rima acariciando-a. Ao final do último verso, o adulto deveria fazer os gestos condizentes: produzir cócegas, pequenos tapas ou um simples balanço das mãos:

Rimas de caráter lúdico

*Manina bea
Fata penea
Doe si tù sta?
Con me papa
Cosa ghe tù magna?
Poenta e late.
Gate, gate, gate.*

Mãozinha bonita
Feita por pincel
Onde você está?
Com meu papai
O que você comeu?
Polenta com leite
Aranha, aranha, aranha.

*Peca de ngoca
Peca de nea
Dagna uma sciapa
Mea putea.*

Pegada de ganso
Pegada de [?]
Da-me um tapa
Minha menina.

*Careghéta d'oro,
che porti il mio tesoro,
che porti il mio bambino:
su e giù per il camino.*

Carregador de ouro
Que carrega meu tesouro
Que carrega meu menino
Em cima e em baixo pelo caminho.

O contato físico do adulto com a criança demonstrava atitudes de carinho. Mas, acima de tudo, deveriam ser empreendidos de modo que pudessem diverti-las. O tempo produtivo dispensado pelos adultos com as crianças no ensino das rimas e o contato estabelecido entre eles expressava relação de diálogo e atenção com

os pequenos, pois os significados dos versos eram explicados pelos adultos enquanto brincavam. Observou-se pelos depoimentos que as recordações e as recitações das rimas nunca foram efetuadas em língua portuguesa. E embora soubessem sua tradução, a condição de mantê-las em língua vêneta era fundamental para que o seguimento fonético no final de cada verso não fosse comprometido.

Algumas *filastrocches* previam apenas a imitação dos gestos que deveria ser efetuada pela criança enquanto os versos eram declamados. Na rima que se segue, a criança deveria seguir a ordem dos dedos iniciando pelo polegar até o dedo mínimo, o qual corresponderia ao último verso da estrofe.

Rima interativa

<i>Mi go fame</i>	Tenho fome
<i>Vui magnare</i>	Vou comer
<i>No guiné</i>	Não tem
<i>Va so in cazetin che zé un grustoin</i>	Vá até a caixinha que
<i>Da me o par mi che son in pecinin.</i>	há um biscoitinho
	Dá para mim que sou pequenininho.

As rimas também poderiam ser cantadas por mais de uma criança, propiciando a interação coletiva no ato do brincar. Nesta *filastroche* abaixo, na recitação do último verso da rima, deveria-se indicar o nome de outra criança e assim sucessivamente até que todas fossem contempladas.

Rima coletiva

<i>Batti, batti le manine</i>	Bate, bate as mãozinhas
<i>che arriverà il papà,</i>	Que papai vai chegar
<i>porterà le caramelle</i>	Irá trazer doces
<i>Angelo le magnerà.</i>	Ângelo comerá.

Seguindo para as últimas reflexões aqui expostas sobre o universo brincante da infância, cumpre ressaltar a inserção do cotidiano infantil no contexto das crenças populares perpetuadas junto aos costumes das famílias. Algumas datas festivas eram envoltas por superstições que ultrapassavam os limites das simbologias originais.

Uma festividade muito esperada pelas crianças era a passagem do

Ano Novo. Desejando *Buon Inizio* (Bom Princípio), as crianças, nos primeiros horários do dia, realizavam as visitas às casas arrecadando pequenas ofertas. Segundo os costumes, a arrecadação no primeiro dia do ano significava sorte e prosperidade durante o ano todo.

Altiva Balhana (1978, p. 133) explica que na colônia de Santa Felicidade, durante as visitas, as crianças recitavam algumas *filastrocches* enquanto aguardavam as doações.

Rima que remete a uma festividade

<i>Na borsa d'oro</i>	Na bolsa de ouro
<i>È na d'argento</i>	E na de prata
<i>Demi na bona mano</i>	Daí-me uma boa mão
<i>Che sia in contento</i>	Que fico feliz
<i>In contento che sia</i>	Feliz que fico
<i>Demi na bona mano</i>	Daí-me uma boa mão
<i>Che vado via</i>	Que vou embora.

Considerando a precariedade da infância e os meios de provê-la, as doações recebidas pelas crianças nas visitas tinham caráter simbólico e de pouco valor: moedas novas e antigas, doces, bolinhas de gude, entre outros. Raramente eram distribuídos importâncias ou objetos de grande valor.

Também se caracterizava como festa de igual importância, pressupondo superstições e doações, a festividade da Epifania. A festividade católica celebrada no dia 5 de janeiro de cada ano rememora a adoração dos Reis Magos ao menino Jesus. Entretanto, na Itália, no mesmo dia, também se comemora a *Festa da Befana*, celebração popular de grande abrangência ainda hoje. Originalmente, a narrativa popular tem como figura central a *Befana*, uma velha feitiçeira (*vecchia strega*) que trazia presentes na noite da Epifania para as crianças que tivessem sido obedientes. No imaginário popular, ela seria uma bruxa boa, pois teria escondido o menino Jesus debaixo de sua saia para protegê-lo da perseguição do rei Herodes durante os doze dias, entre o Natal e a Epifania.

Em algumas colônias analisadas, ainda que em menor abrangência, a *Festa da Befana* fazia parte do imaginário infantil camponês. Segundo Altiva Balhana, em Santa Felicidade, a *Festa da Befana* era comemorada da seguinte forma.

No dia da Epifania a Igreja comemora a adoração do menino Deus pelos Reis Magos. Em Santa Felicidade, entretanto, como na Itália, a festa possui o mesmo significado do Natal, ou seja, é o dia em que as crianças costumavam receber presentes. [...]

Estes, a fim de esperá-la, preparavam um cesto de capim bem fresquinho e penduravam suas meias perto do fogo para que ela ao aproximar-se do mesmo, lembrando-se de ali deixar os presentes.[...] No dia seguinte, as crianças verificam que o capim desapareceu durante a noite e as meias são encontradas contendo um ou dois ovos cozidos, raramente alguns doces. (Balhana, 1978, p. 134)

Como na passagem do Ano, na *Festa da Befana* era pouco comum as crianças receberem presentes. Geralmente, os pais providenciavam objetos que poderiam ser encontrados nas próprias casas e no cotidiano das próprias famílias. Caso houvesse a possibilidade de providenciar um presente de maior valor, este seria entregue na festividade do Natal, tornando-se inviável aos pais presentear duas vezes as crianças em datas tão próximas. Segundo depoimentos, nas famílias com forte atributos religiosos, ainda que a festa popular da *Befana* estivesse ligada ao cristianismo, ela era reapropriada e antecipada. Sendo o nascimento do Menino Jesus uma das principais celebrações da Igreja, a preparação das meias na janela à espera dos presentes dava-se na noite das festividades do Natal.

Considerações finais

A análise aqui efetuada sobre a história da infância *contadina* constituída no interior das colônias italianas nos arredores de Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, contrapôs universalidades e singularidades. Resultado de representações, sentimentos, discursos e práticas, a infância foi delineada a partir de elementos socializados de grande monta. Responsáveis por tracejar uma infância a partir das expectativas do vir a ser adulto, a família, o trabalho, a religião e a escola prescreveram concepções que articularam o tratamento dispensado às crianças nas colônias.

As ações que caracterizavam os cuidados no tratamento da criança nas famílias camponesas eram de grande envergadura. A família era o sustentáculo da infância. Influenciada pelas diferentes instituições que atuavam como porta-vozes de ideários sobre a formação humana ideal, como a escola e a Igreja, por exemplo, emanavam dela as determinações sobre o mundo infantil.

A atribuição dada ao trabalho, colocando-o no centro da organização familiar, naturalizava a utilização da mão de obra infantil, a qual era concebida como contributo dos filhos para com os pais. O desenvolvimento econômico da família perpassava pelas mãos das crianças e era fruto conjunto dos trabalhos realizados pelos pequenos no auxílio dos adultos.

De caráter pedagógico, o trabalho direcionava a infância ao aprendizado dos modos de produção, da valorização e aumento da propriedade. O anseio pela prosperidade nos negócios, bem como a busca por melhores condições sociais, faziam parte tanto da valorização atribuída ao trabalho como do conjunto de expectativas depositadas na escolarização da infância.

A Igreja, por sua vez, procurou conformar as concepções em torno da infância masculina e feminina, imprimindo nelas os significados cristãos. Assim, a família e a Igreja concorreram para a promoção do desejo pelas vocações ainda na infância. De forma articulada ou não, a escolarização e a religião empreenderam modos de preparar e encaminhar a infância para a formação do vir a ser adulto. A escola, além de transmitir os conhecimentos elementares (ler, escrever, calcular), era organizada no sentido de reafirmar os diferentes papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres no interior da família e das comunidades imigrantes e descendentes.

Contudo, o tempo livre na infância pôs em evidência brincadeiras livres e imaginativas. Revelando ao mesmo tempo a universalidade das brincadeiras e os modos particulares de brincar, o universo brincante da infância *contadina* estava associado ao seu contexto e ao cotidiano nas colônias. Compartilhando as brincadeiras, pais e filhos, *nonos* e netos, estabeleciam uma relação dialógica, pois o tempo e a atenção dispensados pelos adultos no ato de brincar caracterizavam os sentimentos de desvelo que estes demonstravam ter por aquele tempo inicial da vida.

Eliane Mimesse (org.)

Considerando, por fim, que a história da infância é marcada pela incerteza, inquietude e insatisfação, mas também pelo entusiasmo em encontrar novas fontes, contextos e representações de infâncias, é preciso compreender que o mundo infantil do passado não é desaparecido, ainda está lá com suas particularidades (Becchi, 1994, p. 16).

Referências

AZEVEDO, Marcos L. de; D'AGOSTIN, Anadir; FIORESE, Maria Luíza. *Do berço ao mundo sob o olhar de Maria: vocações religiosas e presbiterais em Colombo*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BALHANA, Altiva P. *Santa Felicidade: uma paróquia veneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978.

BECCHI, Egle. *I bambini nella storia*. Roma: Laterza, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

COLBACCHINI, Pietro. Le condizionale degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile. In: *La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa*. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

CUNNINGHAM, Hugh. *Storia dell' infanzia*. Bologna: Il Mulino, 1997.

GIRON, Loraine S. *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EST, 2008.

GOUVEA, Maria Cristina S. G. A escrita da história da infância: periodizações e fontes. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria C. S. G. (orgs.). *Estudos da Infância: Educação e práticas sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, p. 97-118.

GROSSELI, Renzo M. *Dove cresce l'arancaria: dal Primiero a Novo Tirol*. Trento: Effe e Erre, 1985.

KUHLMANN, Moysés; FRENANDES, Rogério. Sobre a história da

Infância. In: FARIA FILHO, Luciano M. *A infância e sua educação: materiais, prática e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano M.; FERNANDES, Rogério. *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MASCHIO, Elaine C. F. *A constituição do processo de escolarização primária no município de Colombo (1882-1912)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba.

PESCIOLINI, Ranieri V. *Le colonie italiane nel Brasile Meridional*. Torino: Fratelli Bocca, 1914.

RODRIGUES, Marlene. A boa vida de Santa Felicidade. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Curitiba: Fundação Cultural, v. XVIII, n. 87, abr. 1991.

VEIGA, Cynthia G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano M. *A infância e sua educação: materiais, prática e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 35-82.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la Historia de la educación. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 9-54, maio/ago. 2008.

WERNET, Augustin. *Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor*. São Paulo: Edusc, 2000.

Fontes de pesquisa:

PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. Códice, 1879, p. 67.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento, 1879, p. 230, p. 237.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício, 1882, p. 58-59.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento,

Eliane Mimesse (org.)

1886, p. 4.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício, 1890, p. 109-11.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento, 1890, p. 219.

_____. Departamento Estadual de Arquivo Público. Requerimento, 1894, p. 33.

Depoimentos concedidos: Ângela Simioni em 15 de abril de 2003; Rosa Busato em 10 de maio de 2003; João Maschio em 17 de maio de 2003.

CAPÍTULO 3

A INFÂNCIA ENTRE IMIGRANTES E ÍTALO-DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Terciane Ângela Luchese

Crianças que viveram entre dois mundos, entre realidades socioculturais distintas na passagem do século XIX para o XX, que sobreviveram às adversidades da travessia migratória transoceânica e que conviveram com a saga imigrante no Rio Grande do Sul, bem como as primeiras gerações que nasceram em território gaúcho e que viveram sua infância nos anos iniciais do século XX, são os atores, os protagonistas das histórias cotidianas privilegiadas neste texto. O objetivo é narrar, a partir de indícios, histórias de vida da infância privilegiando relações familiares, trabalho, brincquedos e brincadeiras e processo de escolarização. Contar sobre o cotidiano infantil de imigrantes e ítalo-descendentes, especialmente os estabelecidos nas primeiras colônias: Conde d'Eu, dona Isabel e Caxias, provenientes preponderantemente da região do Vêneto, Trento e Friuli.

O texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “O processo escolar na região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: escolas étnico-comunitárias, 1875 a 1938” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, produzo a análise documental de fontes diversificadas e de entrevistas pertencentes ao acervo do Ecirs (Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul), um programa desenvolvido e mantido no âmbito da Universidade de Caxias do Sul, com a finalidade de preservar a cultura e a memória da região. Nesse sentido, ao longo da década de 1980, foram realizadas entrevistas com 31 professores e líderes comunitários, com o objetivo primeiro de preservar relatos sobre o processo educacional vivenciado na região. As entrevistas analisadas neste texto são parte integrante do Acervo de Memória Oral que conta com aproximadamente 90 horas de gravações, que foram realizadas ao longo da década de 1980. Na escrita do texto optei por manter os nomes dos entrevistados e por utilizar o recurso de

fonte em itálico, quando forem feitas transcrições literais das falas dos entrevistados.

1. Contexto da imigração italiana no Rio Grande do Sul

Os estudos sobre a emigração e imigração italiana para o Brasil e, especialmente, para o Rio Grande do Sul, são numerosos e apresentam momentos distintos da produção historiográfica. Entre os diversos estudos sobre a emigração italiana podemos destacar os de Ianni e Franzina. Sobre a imigração italiana para o Rio Grande do Sul, grande parte dos estudos realizados foi publicada com a comemoração do centenário de colonização, em 1975, quando, num trabalho inédito, pesquisadores como Costa e De Boni mobilizaram estudiosos e comunidades. Estimularam a publicação de centenas de obras sob enfoques diversos.

O fenômeno emigratório italiano precisa ser visto na conjugação de elementos políticos, econômicos e culturais que promoveram tal processo. As razões da partida estão relacionadas com as difíceis condições de vida nos lugares onde viviam. Segundo Giron, “[...] o fenômeno migratório que caracteriza o final do século XIX e o início do século XX, que vai deslocar apreciável contingente humano da Europa para a América, não é um fato isolado” (1980, p. 47).

A emigração foi, de certa forma, a possibilidade de diminuição das tensões sociais e uma forma de minimizar a crise que vivia a Itália naquele momento. Entre as inúmeras razões apontadas para a emigração de grandes massas populacionais do país, encontravam-se: a miséria e a fome; o esgotamento das terras; a opressão fiscal e as crises agrícolas; a falta de oportunidade para a mão de obra em excesso, devido ao sistema econômico vigente (início da industrialização); a dificuldade de acesso a terra – a maioria dos *contadini* (agricultores) trabalhava para grandes proprietários; as guerras e as transformações políticas decorrentes da Unificação Italiana; o sonho da América produzido, também, a partir da propaganda imigrantista.

Andiamo in Mérica (vamos para a América), diziam uns, *far la Mérica* (fazer a América), proclamavam outros. Ao final do século XIX, na península itálica, a ideia de emigrar foi significativa e marcada pela construção de sentidos e representações sobre a América, relaciona-

da com prosperidade, liberdade e riqueza. Entretanto, transformações mundiais e internas anunciavam novas necessidades, entre elas, a entrada de estrangeiros europeus e o fim da escravidão. A respeito disso, De Boni classificou a política brasileira de colonização imperial em três momentos: primeiramente a promoção da colonização (1808 - 1830); depois a supressão da colonização devido à estabilização do sistema escravocrata (1830 - 1848); e, por fim, o incentivo à imigração – não à colonização – como forma de substituir a mão de obra africana (1848 - 1889) (De Boni, 1979, p. 32).

Se na Itália os emigrantes eram indivíduos sonhadores de riqueza fácil, aventureiros, no imaginário brasileiro assumiram o papel de produtores de riqueza e progresso, gente de coragem, que poupava e trabalhava pacificamente, ordeiramente; conforme citado por Zanini (2006) e Luchese (2001).

A vinda de imigrantes para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi incentivada, durante o século XIX, pelo governo imperial e provincial, com o objetivo de povoar as terras devolutas, bem como motivar a produtividade agrícola.

Isolar os belicosos gaúchos da Campanha e dos Campos de Cima da Serra, aumentar a produção agrícola, ocupar as terras devolutas que o Império possuía na província, parecem ter sido os objetivos do Governo Imperial. [...] Inserir-se no contexto maior da mudança da política de terras e da política de mão-de-obra, que vinham sendo realizadas pelo Império e que visavam adaptar o Brasil ao desenvolvimento do capitalismo europeu. (Giron, 1994, p. 25)

A entrada de imigrantes expressava interesses diversos para a província.

[...] os interesses relacionados com o povoamento e colonização de áreas ainda virgens e com a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional. [...] a perspectiva da diversificação da estrutura produtora, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizan-

do o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios. (Pesavento, 1994, p. 55)

No final do século XIX, os italianos constituíram a maioria dos imigrantes que ingressava no Rio Grande do Sul. Recebendo terras na encosta da serra, tiveram como único auxílio garantido o lote vendido a crédito. As principais áreas de ocupação, no Rio Grande do Sul, além da pequena parcela de imigrantes estabelecidos nas cidades (caso de Porto Alegre), foram as colônias: Conde d'Eu e dona Isabel (ambas criadas em 1870), Fundos de Nova Palmira, posteriormente nominada Caxias (1875), e Silveira Martins (1877). Num segundo momento, as colônias de Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1886), Guaporé (1892) e, nos anos seguintes, outros núcleos foram sendo criados pelo governo, ampliando as áreas de colonização no Rio Grande do Sul.

Estrategicamente instalados, os imigrantes receberam condições para o início do povoamento. Em 1885, portanto dez anos após o início da grande imigração italiana para o Brasil, o engenheiro Manuel Maria de Carvalho descreveu, com detalhes, para as autoridades da Corte, no Rio de Janeiro, a travessia migratória da Itália até as colônias gaúchas. Representante da Inspeção Geral de Terras e Colonização, o engenheiro Carvalho tinha como funções inspecionar os trabalhos realizados com os imigrantes, desde sua viagem à colônia, ao seu estabelecimento, e a situação geral das colônias imperiais no Rio Grande do Sul.

Segundo o relatório de Carvalho, durante os meses de janeiro e fevereiro, a entrada de imigrantes era mais avultada, por causa do início do inverno na Europa e também porque, no final do ano, os contratos com os grandes proprietários se findavam, facilitando a emigração. Saindo da Itália, em sua maioria do porto de Gênova, emigrantes italianos faziam a travessia do Atlântico em navios à vela ou a vapor. A viagem dos emigrantes itálicos, que escolhiam como destino o Rio Grande do Sul, prolongava-se por mais de um mês. O pouco espaço, a perda de bagagem nos transatlânticos e o elevado número de pessoas, eram algumas das dificuldades mais comuns. As crianças eram as que mais sofriam, pois adquiriam enfermidades que

as atormentavam durante meses após a chegada a seus destinos. Pela falta de higiene e pela alimentação inadequada, as doenças proliferavam e aumentava o número de mortos durante a viagem.

Chegando ao Rio de Janeiro, eram hospedados na Ilha das Flores, onde permaneciam durante alguns dias. Em momento oportuno, eram embarcados em paquetes da Companhia Nacional de Navegação para o Rio Grande do Sul. A viagem da Corte para o Rio Grande do Sul era feita em melhores condições, mas o número de imigrantes era superior à capacidade das embarcações.

Ao atracarem em Porto Alegre, ficavam hospedados numa antiga propriedade provincial, mal construída, de acanhadas proporções, sem as necessárias dependências. Eram mal-arejados e pequenos os dormitórios. Faltavam acomodações para os mais de cem imigrantes que, por vezes, a estalagem abrigava. Muitos ficavam nas ruas e praças adjacentes, o que foi descrito pelo engenheiro Carvalho, em relatório datado de 1885, como “espetáculo triste e que muito nos compromete”. Dali, os que se dirigiam para Conde d’Eu, dona Isabel e Alfredo Chaves, eram transportados até São João de Montenegro em pequenos vapores, pelo rio Caí, numa viagem que durava cerca de sete horas. Seguiam por terra para as colônias. Em São João de Montenegro, enquanto aguardavam, hospedavam-se no porão de uma casa velha, sem cômodos, preferindo, por isso, muitos se abrigarem na praça, debaixo de seus chapéus de sol, durante os dias em que aguardavam meios de transportes, conforme o relatório de Carvalho.

Os imigrantes que se dirigiam a Caxias seguiam em pequenos vapores até São Sebastião do Caí, por mais de dez horas, onde estava sendo construído um barracão para agasalhar os imigrantes. De São Sebastião do Caí até Caxias, eles seguiam por via terrestre, e não recebiam alimentação durante a viagem, na estadia em São João de Montenegro ou mesmo em São Sebastião do Caí, após o fim do regulamento de 1867.

O transporte por via terrestre era feito com poucas carretas e alguns dos animais utilizados eram classificados no relatório de Carvalho como xucros. A maior parte dos imigrantes fazia a pé a travessia, realizada, geralmente, em três longos dias. As péssimas condições dos caminhos, a falta de alimentos no percurso e outras dificuldades e

perigos tornavam a viagem insuportável para alguns imigrantes, ocasionando inclusive enfermidades, segundo Ofício de n. 20, de 20 de fevereiro de 1878 da Câmara Municipal de Montenegro. Nesse percurso, as crianças menores eram acomodadas no interior de balaios (ou jacás ou surrões de couro) no lombo de animais.

Regidos pelo regulamento de 1867, os colonos deveriam ter recebido, juntamente com o lote:

[...] uma casa de tábua (com quatro metros por oito), um machado, um facão, uma pá, uma foice, sementes, medicamentos e assistência médica gratuita. Até que fizesse a primeira colheita o imigrante recebia um salário [...] Em alguns casos especiais, o governo fornecia aos colonos, durante certo tempo, alguns mantimentos tais como banha, farinha de milho e de trigo. (Adami, s/d, p. 69)

Durante os primeiros seis meses, amparados pelo regulamento colonial, os colonos recebiam as rações, constituídas de um litro de farinha de trigo, um litro e seiscentas décimas de farinha de milho e quatro décimas de arroz, conforme Circular da Inspetoria Especial de Terras e Colonização para a colônia Conde d'Eu e dona Isabel de 7 de fevereiro de 1877. O complemento alimentar das famílias ficava a cargo de alguns animais caçados, de pinhões e frutos silvestres.

As conquistas existiram, mas não sem trabalho. O *Paese da Cucagna* (país da fartura) foi, no entanto, o do trabalho, da perseverança. É preciso considerar também que aos imigrantes o Brasil ofereceu condições que, inúmeras vezes, foram negadas aos próprios brasileiros.

Milhares de crianças viveram a epopeia da imigração. Não são poucos os registros de mortes. Certamente, elas sofreram as agruras da viagem de modo muito mais intenso que os adultos. As doenças grassavam vidas, assim como a fome, a miséria e o cansaço. José Gelain, entre os diversos escritos que narram as dificuldades do processo imigratório, registrou sobre sua família:

Naqueles dias, Prosdócimo adoeceu, com febre e fortes dores de cabeça. Pouco depois enlouqueceu e dava gritos desesperados. Passados alguns dias, minha mãe deu à luz a um filho [...] em consequência do parto, adoeceu gravemente. [...] E a pobre mãe, entre gemidos e vômitos, morreu 24 horas depois. [...] No mesmo dia, morreu também o filho recém-nascido, de nome Caetano. [...] Oito dias depois, Angela, de apenas seis anos de idade, filha do tio Prosdócimo, também morreu [...]. Passados mais uns dias, adoeceu-lhe o filho de nome Luis, que morreu com dois anos de idade. Assim, em apenas dezoito dias, no Barracão dos Imigrantes, faleceram quatro pessoas da família Gelain. (Barbosa, 1961, p. 21)

Aquelas crianças que sobreviveram às dificuldades da travessia, estabelecimento e infortúnios dos primeiros anos cresceram e deixaram registros, valorizando o trabalho e o esforço das famílias na legitimação da própria sobrevivência.

2. Infância e família

A família, como primeiro espaço de sociabilidade, caracterizava-se pelo patriarcalismo e por ser numerosa. Do nascer ao morrer, o cultivo dos laços familiares, a transmissão de valores e princípios, a divisão das tarefas masculinas e femininas, a preservação de hábitos alimentares, os rituais do batizado, da crisma, do casamento e do funeral, que demarcavam as mais importantes etapas da vida, ocorriam junto à família. Era comum a convivência de diferentes gerações em uma mesma casa e nessas relações acontecia a transmissão oral de tradições, costumes e saberes. Na avaliação de Lorenzoni (1975, p. 204), o colono vivia feliz. Eram frequentes as festas, especialmente para celebrarem batizados e casamentos. Parentes, amigos, autoridades locais, negociantes e pessoas de apreço das famílias eram convidados e a ordem era comer, beber, cantar, dançar; tudo com cordialidade e alegria. Especialmente após os primeiros anos em que tinham sofrido tantas privações.

Família de Josefina e Guerino De Toni (à direita) e Família de Tereza e Fernando Basso (à esquerda)



Fonte: acervo pessoal Antônio De Toni Fonte: acervo pessoal Julio Lorenzatti

O encontro, no período da noite, entre famílias vizinhas, conhecido como *filó*, foi um importante espaço de sociabilidade. Era um hábito trazido da Itália que, no Brasil, ganhou ainda maior importância, pois, além do convívio social, permitia o apoio mútuo entre as famílias. Enquanto as mulheres remendavam ou costuravam, faziam a *dressa* (trança com palha de trigo), crochê ou bordavam, os homens jogavam cartas, mora, conversavam sobre os negócios, as plantações, entre outros assuntos. Em algumas épocas, fabricavam cestos ou tiravam a palha do milho. Contavam histórias, rememoravam situações de vida, cantavam e oravam. As crianças acompanhavam com alegria esses momentos. Eram encontros regados com vinho e por algum alimento da época (bata-tas-doces, amendoins, pinhão). Os filós foram comuns no interior e também na sede das colônias, posteriormente, municípios de colonização italiana.

O filó pode ser definido como sendo o costume de reuniões entre parentes ou vizinhos mais próximos. Eram encontros sociais nas cozinhas ou nas cantinas domésticas [...]. Dele participavam homens, mulheres, jovens e crianças. De um modo geral, fazia-se filó aos sábados à noite [...]. Nessas ocasiões as mulheres faziam, principalmente, a *dressa* - trança de palha de trigo que daria origem aos chapéus e às *sporte* [bolsas]. Remendar a roupa e fazer crochê eram outras atividades das

mulheres. Já os homens jogavam cartas e conversavam. Se o filó acontecia na cantina – porão – desfolhava-se e debulhava-se milho. Os homens podiam dedicar-se também, a pequenas atividades artesanais, como por exemplo, fazer um cabo para a enxada ou tecer um cesto de vimes. As crianças brincavam com os sabugos de milho, ouviam histórias e, no verão, brincavam ao ar livre. É durante o filó que, entre copos de vinho, emergiam canções muitas vezes executadas sem acompanhamento instrumental. (Ribeiro, 2004, p. 340 e 341)

Os momentos dos filós eram especiais na celebração das tradições e contação de histórias.

Minha mãe, quando éramos ainda pequenos, contava-nos histórias de fadas, do bicho-papão, dos bichos que falavam. Nós ficávamos encantados ao ouvir todas essas histórias. Quando chegamos à idade da compreensão, mamãe de bom humor, contava-nos fatos e acontecimentos da juventude dela. (Gasperin, 2000, p. 165)

Uma das histórias mais comuns contadas pelos pais às crianças era a do *Sanguanel*¹, um “diabinho” vermelho responsável por raptar as crianças e levá-las para lugares afastados – em meio à mata. Histórias bíblicas, contos folclóricos da Itália, trechos da literatura ou mesmo contos inventados eram diversão garantida para as crianças. Outra diversão eram as músicas.

A maioria dos imigrantes era católica e trouxe da Itália uma religiosidade com práticas e valores diferenciados daqueles aqui vivenciados. Acostumados com a presença próxima do padre e de reunir-se nos dias santos para orações e festividades, a alternativa encontrada foi o associativismo local e o empreendimento comunitário na construção da capela. Houve uma reconstrução do mundo religioso que permitiu a manutenção cultural e moral dos italianos.

1. Algumas famílias nominavam esse mesmo personagem de *Massariol* ou *Mazzariol*.

Famílias de uma linha ou travessão uniam-se para, em trabalho coletivo, empreenderem a edificação da capela em madeira, pedra ou tijolos artesanais, conforme as condições do grupo. Escolhiam um padroeiro e, com o tempo, ocupavam-se na construção do altar, dos bancos, do campanário, com a aquisição dos sinos e alfaias. No entorno da capela eram construídos outros elementos socialmente necessários: o cemitério, o salão comunitário para festas, a escola, a bodega. A liderança da capela ficava a cargo de fabriqueiros que se tornaram, com o tempo, figuras representativas da comunidade.

As *sagras* (festas dos padroeiros) mobilizavam por semanas as famílias da comunidade nos preparativos. Novenas antecediam a data, festejada no dia do padroeiro, independente do dia da semana que fosse. Realizavam, então, a missa festiva, as confissões, a reza do terço, o almoço especial. Durante a tarde, aconteciam os jogos de bocha, mora, cartas, os encontros, o início dos namoros. As crianças ganhavam roupas novas para a festa do padroeiro e muitos recordam que o primeiro calçado foi ganho em virtude dessa comemoração. “Todos esperavam o dia da festa, para estrear alguma peça de roupa nova” (Gasperin, 2000, p. 162). Cada momento, fosse de preparação, de celebração religiosa ou mesmo festiva, era repleto de alegria para as crianças que podiam brincar com outras de famílias vizinhas e deliciar-se com alimentos diferenciados preparados para a data especial. “Para mim, era um dia de fartura de comida” (Gasperin, 1984, p. 62).

Alice Gasperin lembra que “[...] na hora do terço, os homens mandavam a gurizada bater o sino. Eram os maiores que puxavam as cordas. A mim nunca deixavam, diziam que era pequena e não tinha força [...]” (Gasperin, 1984, p. 53).

Essas festas tinham cunho e reconhecimento religioso, mas ultrapassavam essa conotação. Um exemplo são os bailes. Mesmo que muitos sacerdotes tenham manifestado desacordo e, por vezes, até proibido as comunidades de os realizarem no dia da *sagra*, manteve-se a figura do gaiteiro que animava e muitos dançavam em comemoração. Como lembra Chartier (2004, p. 30), a dança é um elemento essencial da festa, simbólica e lúdica, e são

[...] duas culturas que se confrontam em torno das festividades: uma clerical, que visa ordenar os comportamentos para fazer da festa uma homenagem a Deus; outra da maioria, que absorve o cerimonial religioso num ato coletivo jubilatório.

A capela tornou-se o centro social, cultural e econômico das comunidades. Como afirma Zanini (2006, p. 138): “[...] a vivência religiosa construiu um território simbólico de segurança e estabilidade visível nos capitéis, capelas e Igrejas e nas imagens dos padroeiros”. O nome do santo padroeiro acabou por substituir o da linha e a fixar-se como a referência usual, ainda nos dias atuais, para o local.

Também aos domingos, dia sagrado, a rotina de vida tinha outra ordem – menos trabalho, mais oração, melhores roupas e calçados (quando havia), vinho, alimentos, canções e alegria em abundância. Lorenzoni (1975, p. 162) relata que, além de fazê-los aos domingos, havia aqueles que se encontravam durante a semana e “[...] comiam, bebiam, jogavam cartas ou bochas, cantavam que era um verdadeiro prazer ouvi-los. Havia muita alegria [...]” Como afirma Chartier (2004), as festas são uma gramática simbólica que enuncia rituais, gestos, objetos, representações e significados construídos.

Os centros urbanos das colônias começaram a ganhar feições modernas e urbanas. Muitos colonos e suas famílias afluíam às vilas nos domingos para assistirem à missa, faziam refeições nas casas de pasto, comercializavam e adquiriam os produtos necessários. Como afirma Azevedo, as sedes

[...] são o lugar da missa, da confissão e das consultas ao padre, dos batizados, dos casamentos, de muitos funerais das procissões, dos entendimentos com as autoridades, do acerto dos negócios, das compras e trocas na feira do encontro com os amigos e compatriotas, dos divertimentos coletivos, da escola, da consulta ao médico, das transações com a sociedade de mútuo socorro. (Azevedo, 1975, p. 181)

As celebrações religiosas do batismo, Primeira Comunhão, Crisma e Matrimônio eram importantes rituais que marcaram as lembranças das crianças. A professora Alice Gasperin recorda que foi crismada juntamente com todos os irmãos menores. Contava com

8 anos. Foram todos de carreta até Garibaldi. Transcorria o ano de 1914. “Os padrinhos e madrinhas [...] nos presentearam com um colar de biscoitos redondos e furados, enfiados num barbante e no-los colocaram ao pescoço. Nós felicíssimos, pudemos comer biscoitos açucarados à vontade” (Gasperin, 1984, p. 71).

Organizados pelas sociedades recreativo-culturais ou mesmo por grupos de amigos, havia piqueniques, maratonas (inclusive com percursos entre os municípios)², bailes e até carnavais, todos acompanhados pelas crianças. Apresentações de peças teatrais e de artistas ambulantes que se mostravam fazendo mágicas e espetáculos de fantoches eram também frequentes em todos os municípios da região colonial italiana.

Uma das raras imagens que permanecem registrando um dos animados carnavais é a que está a seguir. O Bloco Folia, reunido em frente à prefeitura de Bento Gonçalves, juntamente com o intendente Carvalho Júnior, apresenta-se com tradicionais figuras, como o arlequim e a rainha. Os músicos posam com seus instrumentos. Observe-se a quantidade expressiva de crianças que, em meio aos adultos, com ou sem fantasia, participavam da folia do carnaval de 1920.

Carnaval, em Bento Gonçalves, 1920



Fonte: Museu Histórico Casa do Imigrante, Bento Gonçalves

2. Lorenzoni (1975, p. 230) relata que em 14 de maio de 1911 ocorrera o primeiro “raid” de Bento Gonçalves até Garibaldi e que em julho daquele mesmo ano a maratona fora de Bento Gonçalves até Caxias.

Ainda como espaços de sociabilidade existente nas sedes ou nas capelas, havia os cafês, as confeitarias, os cinemas, como o Coliseu em Caxias, as livrarias, as praças e os passeios públicos. Giron e Bergamaschi escreveram, com relação a isso, sobre Caxias:

Os habitantes da cidade que gostavam de um programa noturno podiam frequentar os cinemas locais, e as bem sortidas confeitarias, que produziam seus próprios doces, tendo seus mestres confeitheiros feito cursos na Itália ou em Buenos Aires. Podiam ainda comparecer às reuniões dançantes promovidas pelos clubes sociais, ou ir aos bufetes no final das tardes para longas conversas com os amigos. Nos fins de semana as famílias ou grupos de amigos podiam banhar-se nos balneários situados no rio Tega. Caxias de 1915 tinha alguns requintes que foram esquecidos e alguns hábitos europeus bem marcados. (Giron e Bergamaschi, 2001, p. 113)

As autoras lembram ainda que já nesse período existiam os “[...] castelos, salões de baile e os lupanares citadinos [...]” que foram presença também em Bento Gonçalves e Garibaldi, onde grandes festas e farras marcaram época de mais de uma geração (Giron e Bergamaschi, 2001, p. 153). A partir dos anos 1920, principalmente, tornaram-se comuns os veranistas provenientes em sua maioria da capital, atraídos pelo clima (pelas crenças higienistas), pelos passeios por entre os parreirais e árvores frutíferas e pela tranquilidade das cidades nascentes. Hospedavam-se nas casas de pasto, hotéis e mesmo junto às famílias. Prestigiavam os pratos típicos, o vinho, as festividades e as exposições.

Nesse ambiente cultural viviam as primeiras gerações. Permaneciam muitas precariedades, mesmo com os avanços que, ano a ano, mostravam-se na região. A mortalidade infantil era elevada. Doenças grassavam vidas e as condições de salubridade não eram das melhores. Eram frequentes as mortes das parturientes e os natimortos.

Na convivência cotidiana, os pais compreendiam que a educação dos filhos se fazia à base do medo. Os pequenos tinham que obedecer, trabalhar, respeitar a autoridade incontestável dos pais

velhos e serem leais aos ensinamentos recebidos. “Os comportamentos a serem reprimidos, envolviam, geralmente, o castigo físico: o tapão, o pontapé, a vara de marmelo, a ameaça do fio da polenta (ameaça de privar da comida) [...]” (Battistel e Costa, 1990, p. 57) e outras formas de castigos eram comuns. Os pais acreditavam que “o ócio é o pai de todos os vícios”, “jovens ociosos, velhos necessitados”, e que “quem ama o seu filho, utiliza a vara”³. São inúmeros os provérbios que retratam a necessidade dos pais se imporem, especialmente pela força física, para que seus filhos fossem obedientes. O castigo, a repreensão e as surras eram comuns. Bibiana Soldatelli Piccoli⁴ diz “*nós apanhávamos, olha que do pai e da mãe nós apanhávamos*”. O entrevistado Aleixo Piazza⁵ afirma que não apanhou muito do pai e sim da mãe. Mas arrematou: “*Se apanhava 10 vezes num dia, mas da mãe não dói*”. Diversos outros entrevistados contam de que um olhar dos pais era o que bastava, na maioria das vezes, para que mudassem suas atitudes.

Escrevendo sobre suas memórias, Antônio Ducatti Neto afirma que em família aprendera o que de mais importante precisara para a vida. Registrou:

Tanto na casa de meus pais como na de meus avós, paternos ou maternos, a língua que me ensinaram a falar foi o italiano, um dialeto misto de tirolês com vêneto. Ensinaram-me a não blasfemar (um “pecado” muito comum dos italianos), não dizer nomes feios e a dizer “boa noite” ao deitar e “bom dia” ao levantar. Em matéria de asseio pessoal, pelo menos devia lavar os pés ao deitar e o rosto e as mãos todas as manhãs e antes das refeições (o banho de chuveiro ou banheira naquela época era desconhecido). Ensinaram-me, também, a rezar ao deitar e ao levantar,

3. “L’ozio è il pare di tutti i vizzi, giovani oziozi, vecchi bisognosi ed chi ama il suo figlio, dopera la verga”.

4. Bibiana Soldatelli Piccoli nasceu em 1º de agosto de 1901 em Nova Roma do Sul. Era filha do imigrante mantuano Luis Soldatelli e de Margaritha Letti. Foi entrevistada em 4 de outubro de 1989 com 88 anos.

5. Aleixo Piazza nasceu em 1º de março de 1913 em Nova Milano, Caxias do Sul. Foi entrevistado em julho de 1984.

bem como assistir à missa aos domingos e dias santos. (Ducatti Neto, 1979, p. 17)

Ao inventar seu próprio cotidiano, os imigrantes e seus descendentes, em poucas décadas, apropriaram-se das condições oferecidas pelo projeto imigrantista. Criaram estratégias de sobrevivência nos lugares a eles destinados e produziram fazeres diferenciados e dinâmicos, no seu dia a dia. Fizeram acontecer não apenas o trabalho e a religiosidade. Não apenas o sofrimento e a abnegação. Mas um caleidoscópio de vidas e vivências, tendo as crianças participado e crescido em tal ambiente.

3. Infância e trabalho

As colônias Conde d'Eu, dona Isabel e Caxias, desde os seus primeiros anos, produziram cereais, frutas, legumes e verduras, inicialmente para a subsistência familiar e, posteriormente, para a troca por outros gêneros com os comerciantes da localidade. A policultura e a criação de diversos animais foram marcas da economia regional nas primeiras décadas.

Ao chegarem em seus lotes, os imigrantes iniciavam de imediato a tarefa de construir um abrigo temporário, pois a maioria das famílias não recebeu lotes com casas provisórias e desmatava uma área próxima para o início do cultivo. As primeiras plantações sofreram o ataque dos animais, como comentou Lorenzoni (1975, p. 69) dos bandos de papagaios e periquitos, dos quatis, porcos-do-mato, veados e outros animais selvagens; foram também prejudicadas pela falta de técnicas de cultivo e pelas ocorrências eventuais de secas, geadas, granizos ou enchentes.

As plantações que predominavam nas colônias eram: feijão, milho, batata, fumo, mandioca, cana, amendoim, linho, aveia, favas, arroz, alfafa, lúpulo, trigo, centeio, abóboras e vinha, além de verduras e algumas espécies de frutíferas. Havia, ainda, a produção de erva-mate para exportar, a principal atividade dos “brasileiros”. Em Caxias, foram feitas tentativas para o cultivo do bicho-da-seda, segundo relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datado de 1876.

O cultivo de videiras também ocorreu desde os primeiros anos. As autoridades, em seus ofícios e relatórios, desde 1876, mencionavam o cultivo próspero de videiras, e que, em pouco tempo, as colônias tornar-se-iam produtoras e exportadoras, em grandes quantidades, de vinhos de superior qualidade. A uva cultivada nas colônias, inicialmente, era da espécie denominada americana.

A criação de animais foi outra atividade econômica fundamental para as colônias. Os equinos e muares eram essenciais para o transporte; os bovinos forneciam o leite, a manteiga, o queijo; os suínos possibilitavam a fabricação de salames, dos presuntos e da banha (um dos mais importantes produtos exportados pelas colônias). As aves, criadas em abundância, forneciam ovos e, com sua carne, eram feitos os saborosos caldos, tão apreciados pelos colonos.

Aos poucos, as atividades diversificaram-se, e passaram a multiplicar-se os pequenos artesanatos nas linhas e travessões. Vale destacar que, na sede dos núcleos, instalaram-se funcionários públicos, comerciantes de origem portuguesa e até mesmo fazendeiros dos Campos de Cima da Serra, muitos deles responsáveis pelo impulso dado às atividades comerciais e manufatureiras das colônias. Em poucos anos, era possível obter-se uma variedade de produtos no comércio local. Diversas famílias conciliavam a agricultura e a produção artesanal/manufatureira. Afirma Giron que

[...] os produtores diversificavam suas atividades, dada a ausência inicial de dinheiro para o consumo, passando a produzir nas colônias os bens necessários para a sua sobrevivência, pequenos artesanatos [...] surgiram em todas as linhas e núcleos coloniais. O mesmo colono podia ser agricultor e sapateiro [...]. (Giron, 1986, p. 23)

Durante os primeiros anos que se seguiram à fixação nos lotes rurais, houve muitas privações, precariedades e dificuldades de diferentes ordens: isolamento das famílias, péssimas condições ou inexistência de estradas, distância dos centros comerciais, dificuldades com o idioma. O suprimento e a busca de soluções dos problemas mais prementes se fizeram a partir de muito trabalho. E, nessa perspectiva, é fundamental considerar que, naquelas famílias numerosas

que se constituíam, o braço dos filhos era considerado indispensável para a produção econômica familiar. Para além da necessidade, justificativa primeira, é preciso compreender o quanto o trabalho era considerado formativo pelos pais no processo educativo dos filhos. Submetê-los ao trabalho, à execução de tarefas desde a mais terna idade, era considerado essencial para que crescessem e fossem pessoas “de bem”.

As famílias que viviam nas áreas rurais mais próximas das nascentes zonas urbanas utilizaram como alternativa econômica a comercialização dos produtos advindos da economia familiar diretamente aos consumidores. Os relatos dão conta que eram principalmente crianças que entregavam/vendiam, de casa em casa, verduras, frutas da época, leite e derivados (como nata e manteiga), ovos, embutidos, frangos e até mesmo flores.

Algumas meninas também trabalhavam no auxílio das atividades domésticas: limpeza, preparo dos alimentos e lavagem de roupas. Silene Piva Benini⁶ relatou que começou a trabalhar muito cedo. Tinha cinco anos. Afirmou ela sobre a tarefa exercida:

Cuidava de um guri. Hermes Bugar. O meu trabalho era cuidar dele. [...] Aqui na cidade [Garibaldi]. A mãe dele se chamava Sílvia Casacurta e o pai dele Urbano Burger e com a menina mais velha que era Edi e ela vinha do colégio e me ensinava. Eu tinha tanta vontade, a minha vontade era, porque eu tinha minhas irmãs todas longe, ficamos todos órfãos, mas longe, uma prá cá, outra prá lá, e aquele vontade se eu soubesse escrever, escrever uma cartinha, ler uma cartinha delas. Eu tinha aquilo me martelando sempre. Então a Edi me ensinava, porque ela via uma menininha pequena ela ia me ensinando alguma coisa. Eu gravava aquilo, era uma vez só e eu já sabia. E dali foi indo, até os 15 anos foi indo assim.

A professora Alice Gasperin, relatando suas memórias de infância, conta sobre as tarefas que assumia quando pequena:

6. Silene Piva Benini nasceu em 1908, em Garibaldi. Filha do imigrante italiano Vicente Piva. Foi entrevistada em 8 de novembro de 1988 com 80 anos.

Eliane Mimesse (org.)

Penso que eu já tinha seis anos. Mamãe deixava-me em casa a cuidar dos quatro pequenos, e também cuidar do fogo. Não fazer fogo a mais, nem a menos, recomendava-me ela. Antes de sair para o trabalho, ou mesmo quando levava a refeição matinal aos que já estavam na lavoura, arrumava a panela do “menestrone”.⁷ (Gasperin, 1984, p. 51)

As crianças ajudavam na colheita da uva e também no preparo do vinho. Alice Gasperin escreveu em suas memórias que os

meus irmãos se lavavam bem os pés, arregaçavam as calças e pisavam dois, três ou quatro balaios de uva de cada vez. O mosto passava por entre as ripinhas bem juntinhas. Pisavam bastante, até que sobravam só os esqueletos dos cachos e as cascas. (Gasperin, 1984, p. 32)

**Vindima no final dos anos de 1920.
Família Salton, Bento Gonçalves**



Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud

7. Segundo Gasperin (1984, p. 51): “Menestrone era uma comida italiana composta de feijão, ou lentilha (geralmente usávamos feijão amarelo graúdo), repolho, batatas, ou qualquer verdura da época, chispe, ou ossos de porco e orelhas de porco também”.

A fabricação da *dressa* (trança com palha de trigo) que dava origem aos chapéus e *spórtole* (sacolas) era tarefa comum das crianças na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Alice Gasperin registrou que

De noite fazíamos trança com palha de trigo. Primeiro lavava-se a louça, trabalho em que as meninas se revezavam todos os dias. Depois os temas de aula, e em seguida as orações, fazendo trança ao mesmo tempo. Mamãe, sentada à cabeceira da mesa, ou remendava, ou fazia chapéus para a lavoura, ou mesmo trançava ela também. Depois das orações, mamãe contava histórias que ela sabia. Tradição da Itália, histórias às vezes inventadas, mas sempre com fundo moral. Mamãe também pedia livros emprestados, lia primeiro (ela gostava muito de ler) e depois nos contava o resumo. A cada um mamãe deixava o seu dinheirinho da trança. Quanto mais trança fazíamos, mais dinheiro teríamos. [...] Era uma espécie de estímulo ao trabalho e uma certa independência que nos dava. (Gasperin, 1984, p. 36)

Adiante, Alice reitera a afirmação de sua tarefa, ao escrever que “[...] eu tinha quatro irmãozinhos para cuidar. Minha obrigação da casa era cuidar dos pequenos” (Gasperin, 1984, p. 60). E afirma que a mãe justificava o trabalho de todos dizendo que “tem muitas bocas que comem e poucos braços que trabalham” (Gasperin, 1984, p. 72). Assim, pequenos e maiores tinham tarefas cotidianas a cumprir:

Mamãe nos prometeu que, se trabalhássemos bem e obedecêssemos, nos levaria a Conde d’Eu [Garibaldi] a ver o presépio. Na esperança de ver o presépio [...] nós médios, trabalhávamos todas as tardes na lavoura. Eu tinha sete anos, e os gêmeos Clemenza e Nomitore cuidavam da Reasilva e da Pina. Mamãe nos dava uma certa tarefa marcada, o ‘contrato’ dizia ela. Terminada a tarefa teríamos folga. Trabalhávamos sem parar, até ganharmos a folga no fim da tarde. [...] De manhã, na lavoura, quando víamos a professora despontar ao longe, a cavalo, do outro lado da colônia, largávamos as enxadas e corríamos para casa. Nos lavávamos, trocávamos de roupa, fazíamos a refeição

matinal e passávamos um pente nos cabelos. Depois íamos à escola. (Gasperin, 1984, p. 74 e 75)

Bibiana Soldatelli Piccoli lembra que ela

não tinha muito vontade de ir para a escola. Gostava mais de ir com a tropa de madrinheira, junto com meu irmão, ir pra colônia com as mulas, com cangalha carregar milho, trigo, vinho. Gostava mais do que vir na aula. [...] Depois daí com 10 anos eu fui pra Vacaria cuidar das crianças de minha cunhada.

A maioria das meninas, a partir de certa idade, aprendia a remendar, bordar e costurar:

Sei dizer que, aos dez ou onze anos de idade, fiz o meu primeiro vestido. Mamãe o cortou, mas não tinha tempo para costurá-lo. Num dia de chuva, peguei a maquininha da mamãe, tocada à mão, e comecei a costurar o meu vestido. [...] No dia seguinte, fui à escola com meu vestido novo. (Gasperin, 1984, p. 84)

Meninos ou meninas, com idades entre 9 e 12 anos, ajudavam muito no trabalho agrícola. Momentos de plantio, limpeza da plantação e colheita tinham sempre a colaboração das crianças e jovens da família.

Eu, garoto de uns oito a dez anos, fui mobilizado para o serviço de corte, limpeza e moagem de cana. Antes ou depois das horas de aula, nas manhãs frias dos meses de junho a agosto, na época da safra, eu e meu irmão Reinaldo, invariavelmente éramos chamados para prestar nossa colaboração, nos serviços mais leves como, por exemplo, na feitura dos feixes de cana, que depois eram transportados, de carreta, até o engenho. (Ducatti Neto, 1979, p. 8)

A professora Vitória Luciata Regla⁸ relatou:

A criança que precisava ajudar um pouco os pais... Tu abria a escola

8. Vitória Luciata Regla entrevistada em 25 de março de 1987, natural de Carlos Barbosa, foi professora municipal entre 1925 e 1967.

Bambini Brasiliani: A Infância das Crianças Italianas e Ítalo-Brasileiras

as 7 horas da manhã. Então, eles mandavam bem cedo a criança para não perder. Então, eles pediam por favor soltar a criança às 11 horas, porque eles tinham que levar a comida lá para os fundos da roça.

Como relata a professora Vitória era tarefa das crianças levarem até a roça o “merendim” (café da manhã), bem como o almoço. Isso evitava a perda de tempo e o máximo aproveitamento do dia para a realização das atividades agrícolas.

Recolher lenha, pastar o gado, alimentar os animais, juntar os ovos, buscar água na fonte ou vinho ou embutidos no porão eram tarefas assumidas pelas crianças.

Abastecimento de água potável na rua Marechal Deodoro da Fonseca, centro de Bento Gonçalves, em 1929



Fonte: Relatório do intendente Olinto de Oliveira de Freitas, 1929

Comentando sobre o trabalho executado por meninos e meninas, Aleixo Piazza recorda que:

Quando a isto havia pouca diferença, se era homem ou mulher, porque naqueles anos tanto era a mulher como o homem para trabalhar. Conforme a idade, quem era mais crescido é que ia mais na roça. Levavam a refeição e ficavam ajudando, faziam o pasto para as vacas, os porcos. Não faziam diferença do homem ou da mulher. As mulheres iam bater machado, foíce, com o homem, lavrar, colber milho, carregar sacos, arrancar feijão, trilhar feijão. Tanto era o homem. Se numa família tinha um homem e sete mulheres moças, faziam o mesmo trabalho. Se faltasse o homem, as mulheres continuavam o trabalho. Havia diferença, naquela época, não sei, a mentalidade dos homens, das famílias, que davam as coisas, quando da velhice dos pais, procuravam dar para os rapazes. E para as moças, diziam “a dota”, davam quatro trapos e não tinha nada que dividir. No trabalho não tinha diferença nenhuma. E na escola, tanto era o rapaz como a mulher. Quando tinha força para trabalhar ia para a roça. Não ia mais para a escola.

Aos poucos, a atividade comercial possibilitou o acúmulo de capitais que, posteriormente, favoreceu a industrialização regional. Os agricultores entregavam seus excedentes agrícolas aos comerciantes da linha ou do travessão onde moravam, em troca de outros produtos. Os comerciantes, por sua vez, enviavam os produtos coloniais para as casas de comércio maiores, na cidade, que os transportavam para centros consumidores, dentre os quais Porto Alegre. Em 1887, segundo o Relatório da Comissão na Colônia Alfredo Chaves a cargo do engenheiro Júlio da Silva Oliveira para a Inspetoria Especial de Terras e Colonização, constavam, por exemplo, milho, trigo, feijão, vinho, manteiga, banha, carne suína, salame, salsicha, chapéus, aves e ovos como itens de exportação da colônia dona Isabel. Quanto à importação, era constituída de tecidos, ferragens, remédios, secos, molhados, ferramentas e outros, de menor importância.

Na venda de seus produtos, grande parte dos colonos optou por deixar suas economias com o comerciante local, que lhes pagava juros baixos e realizava, com os valores recebidos, investimentos que contribuíam para o aumento dos seus próprios lucros. As colônias povoadas pelo incentivo do governo imperial transformaram-se em produtoras e exportadoras de cereais, vinho e alguns outros manufaturados, como era o objetivo das autoridades. Mas, além

disso, em poucos anos já se revelavam promissores centros de produção industrial e comercial.

No relatório do Ministério da Agricultura de 1888, a sede da colônia Caxias é descrita como um local de grande prosperidade. A povoação de Santa Tereza de Caxias tinha o aspecto de uma cidade que se edificava e reedificava. A velha e primitiva casa de tábuas rachadas cedia espaço às construções mais aperfeiçoadas de madeira serrada, aplainada, falquejada, pintada e decorada; e esta, por sua vez, era substituída por modernas casas de pedra e cal, de tijolo, mista de madeira e pedra ou madeira e tijolo; a telha substituía o zinco, que havia substituído as *scândoles* (tabuinhas). Aos domingos, afirma o relator, realizavam-se festas e milhares de pessoas, vindas da colônia e de fora (de cima da Serra, de São Sebastião do Caí e de outras localidades), animavam o povoado. Abria-se o teatro à noite e as bandas de música percorriam as ruas; os cafés, botequins e hotéis regozijavam; nos mercados vendiam-se os produtos do pombal, da leiteria, do pomar, da lavoura e os da pequena indústria – chapéus de palha, cadeiras rústicas, entre outros. Produtos como o vinho, os sacos com cereais, as aves, os ovos, os laticínios, o trigo, as viandas de gado suíno e de outros rebanhos, salames, salsichas, gêneros importados, de barro, obras de ferro feitas na colônia, rodas de fiar, fusos, obras de vime, trabalhos de indústria doméstica feminina, miudezas, produtos de diferentes espécies, tudo ali era vendido, trocado ou comprado. Era a feira. E muitas eram as crianças que se faziam presentes. Na sede podia surgir uma ou outra alteração, mas, no geral, tudo se passava em paz e boa ordem, indo o feirante acabar o dia a dançar em seu travessão, ao som de uma gaita ou outra música barata e fácil de obter, conforme relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1888. O comércio não fechava aos domingos pela manhã e muitos colonos afluíam para a vila para assistir à missa, aproveitando para fazer também seus negócios.

Após a Proclamação da República, considerando as pressões e insatisfações de comerciantes e industrialistas da região colonial italiana, o general Candido José da Costa, presidente da província, elevou pelo Ato 257, de 20 de junho de 1890, a freguesia de Santa Tereza de Caxias a município, com a denominação de Caxias do Sul. As freguesias de Santo Antonio de dona Isabel e São Pedro de Conde d’Eu também foram elevadas à condição de municípios

no mesmo ano de 1890, aos 11 de outubro, pelo Ato 474, com a denominação de Bento Gonçalves, permanecendo a administração na antiga sede de dona Isabel. A condição de distrito em que permaneceu Conde d'Eu fez com que houvesse movimentos políticos, no sentido de buscarem a emancipação que veio em 1900, pelo Decreto 327, de 31 de outubro, assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros. O novo município recebeu a denominação de Garibaldi.

As administrações municipais ficaram a cargo de um intendente, eleito a cada quadriênio e responsável pela direção dos serviços. Além dele, havia um Conselho Municipal, respondendo pela elaboração e aprovação de leis e pela homologação de orçamentos. Era composto por sete conselheiros. Cada distrito contava, também, com um subintendente. Além desses, organizou-se toda a estrutura administrativa necessária com a nomeação de inspetores, fiscais, zeladores de estradas e cemitérios, auxiliares de obras públicas e administrativas, entre outros.

Importante salientar que a criação dos municípios, bem como o processo crescente de urbanização e industrialização, promoveu melhorias nas estradas, construção de pontes e pontilhões, aberturas de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização de códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável na vila, recolhimento de lixo e dos cabungos. Assuntos como higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos encaminhados.

A diversificação econômica dos primeiros anos manteve-se. No entanto, progressivamente, é perceptível o incremento em alguns setores mais específicos, como a indústria vitivinícola, moveleira e metal-mecânica. Poupança e comércio foram as fontes de formação dos capitais que geraram empreendimentos industriais relevantes já nos anos 1920, no seio da economia gaúcha. Conforme Reichel:

[...] dinamicidade que resultava não só do contato com o mercado nacional, através de importações e exportações,

como também de trocas que se faziam de região para região no próprio Estado. Esta atividade comercial, vinculada à zona colonial, foi igualmente importante no processo de industrialização, na medida em que delimitou capital. (Reichel, 1993, p. 263)

É fato que, os imigrantes, de certa forma, modernizaram a economia gaúcha, diversificando-a, disseminando inovações e técnicas conhecidas na Europa. Os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi também vivenciaram rápido incremento comercial e industrial, certamente num ritmo mais lento do que aquele de Caxias, mas também muito significativo. A instalação de agências bancárias, o incremento na publicação de jornais, a fundação de clubes e cinemas e a construção de praças. Os espaços urbanos modernizavam-se. Em Bento Gonçalves, o telefone chegou em 1910, a energia elétrica em 1923, o transporte ferroviário em 1919. Em Garibaldi, o apito do trem soou já em 1917, a central telefônica foi instalada em 1910 e a energia elétrica em 1918.

O crescimento econômico que viabilizou empreendimentos industriais de médio porte já na década de 1920 permitiu que crianças e jovens passassem a ter outras oportunidades de trabalho. Para exemplificar, tomemos o caso da importante Metalúrgica de Abramo Eberle & Companhia de Caxias do Sul. Em 1925, contava com mais de 500 empregados. Muitos eram crianças – meninos e meninas – conforme atestam as imagens fotográficas a seguir.

Eliane Mimesse (org.)

**Operárias da Metalúrgica Abramo Eberle & Companhia. Caxias do Sul.
Início da década de 1920**



Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud

**Operários da Metalúrgica Abramo Eberle & Companhia. Caxias do
Sul. Início da década de 1920**



Fonte: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud

Os contratos eram como aprendizes. Veja-se o caso de Eugênio, filho do imigrante Giuseppe Fochesatto. Giuseppe chegou em Caxias em 30 de janeiro de 1883. Recebeu o lote n. 34 no Travessão Riachuelo, XIV Léguas. Era solteiro, proveniente da província de Vicenza, Itália, e contava com 30 anos de idade (Giron, 1977, p. 70). Logo após o seu estabelecimento, casou-se e constituiu família.

Buscando alternativas para um de seus filhos, Eugênio, deixou-o para que lhe fosse ensinada a profissão de ourives. Não foi possível precisar a idade de Eugênio, mas, conforme o contrato estabelecido entre o pai e a empresa de Abramo Eberle, em troca de casa e comida, o garoto, obediemente, por três anos seria aprendiz. Tal situação é confirmada no documento:

Entre nós, abaixo assinados, por uma parte Abramo Eberle e Companhia e por outro Giuseppe Fochesatto, temos feito o seguinte contrato particular como abaixo se declara: Nós, Abramo Eberle e Cia declaramos que aceitamos na nossa oficina de ourivesaria o menino Eugênio Fochesatto, filho de Giuseppe Fochesatto, obrigando-nos a ensinar-lhe a arte de ourives e com as condições de que este menino fique em nossa oficina como aprendiz no espaço de 3 anos sendo nós obrigados a fornecer a comida em nossa casa. O aprendiz tem obrigação de obedecer às ordens de seu patrão, prestando-lhe toda a obediência como se fosse a seus pais durante o tempo em que estiver na oficina. Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não quiser se submeter às ordens do patrão ou por desobediência ou outro qualquer motivo grave que tivesse de ser despachado por essa oficina, será obrigado o pai do aprendiz a indenizar-nos do ensino e das despesas com que tivemos feito como solicitado aprendiz. Eu, Giuseppe Fochesatto, declaro que aceito o presente contrato particular, obrigando meu filho ao fiel cumprimento das condições nele impostas e por ser verdade, por mais clareza e firmeza nas partes contratadas, mandamos passar o presente contrato particular que aceitamos e assinamos na presença de testemunhas. Caxias do Sul, 1º de setembro de 1908. Abramo Eberle e Giuseppe Fochesatto. (Lazzarotto, 1987, p. 354)

Não foram encontrados indícios sobre o cumprimento ou não do contrato. Todavia, ele se torna uma evidência importante para se considerar como o trabalho era presença no processo educativo dos filhos. As possibilidades de melhoria de vida, de condições so-

cioeconômicas, de conquistar uma profissão precisavam ser buscadas desde tenra idade. De outra parte, aponta para a mão de obra barata, em troca da aprendizagem e da obediência às ordens emanadas. O aprendiz recebia apenas a alimentação e um local para morar.

Em poucos anos, as transformações ocorridas foram bastante significativas. De colônias apenas traçadas e demarcadas em lotes, para municípios que, já na segunda década do século XX, possuíam um desenvolvimento socioeconômico-cultural considerável. “O crescimento econômico, decorrente da produção agrária e do forte ritmo do comércio, ocorreu paralelamente ao surgimento de pequenas indústrias que despontavam” (Herédia, 1997, p. 227).

4. Infância e ludicidade: brinquedos e brincadeiras

O universo infantil das crianças imigrantes e ítalo-descendentes foi, como já dito, marcado por dificuldades e tarefas a serem exercidas no cotidiano. No entanto, em diversos momentos houve possibilidades para a socialização e para o brincar. A criação, a imaginação, a alegria em inventar brinquedos e brincadeiras podem ser pensados como formas de expressar-se ludicamente. Entre as crianças imigrantes e ítalo-descendentes isso não foi diferente.

A professora Alice Gasperin registrou em sua autobiografia que “brinquedos não me faziam falta, porque não os conhecia. Nunca tive um” (Gasperin, 1984, p. 109). Provavelmente referindo-se aos brinquedos comprados. Em outro momento, escreve que:

De vez em quando, talvez fosse sempre aos domingos, mãe nos fazia bonecas de trapos em desuso e fazia-lhes também os vestidinhos. Que alegria para Azelina e para mim termos bonecas! Eram apenas umas bruxinhas. Depois nós mesmas aprendemos a fazer os vestidinhos. Mãe nos ensinava a cortar os trapos e depois nós nos metíamos a costurá-los. Quantas agulhas perdemos! Mãe ficava brava. Às vezes ela nos deixava costurar a máquina. Mais tarde aprendemos a fazer as pernas das bonecas, que enchíamos com farinha de milho. (Gasperin, 1984, p. 117)

Bibiana Soldatelli Piccoli conta que os brinquedos eram criados pelas próprias crianças, na maioria das vezes. “*Nós fazíamos brinquedos, nós tínhamos máquina de costura, nós tínhamos bonecas. Nós fazíamos de tudo*”.

Antônio Ducatti Neto, que vivia nas proximidades do Rio das Antas, registrou, em suas memórias da infância:

As crianças, particularmente, gostam muito de brincar e banhar-se nas águas [...]. Minha mãe e avó, principalmente, sempre me alertavam para o perigo que essa preferência poderia oferecer, mas suas advertências pouco ou nada adiantavam. Com ou sem a anuência dos pais, lá estávamos nós, garotos de uns oito a dez anos, a brincar com as ondas. Com a idade de uns oito anos, mesmo sem professor, eu já sabia nadar. Ao mesmo tempo, desta vez devidamente orientado pelos tios, iniciaram-me na arte da pesca e no manejo do remo. [...] Nadar, pescar e remar era a coisa mais natural, um hábito de todos os dias e para nós, crianças, uma necessidade e uma alegria. (Ducatti Neto, 1979, p. 16-17)

Aleixo Piazza recorda que brincavam muito no recreio da escola. A brincadeira preferida era o futebol:

Bem, nós homens, rapazes, jogávamos bola. Tinha uma praça bonita, um lugar bonito para brincar. Era futebol, porque eu fui sempre um que no Natal, ou com dinheirinho que ganhava, comprava bola. Depois cobrava dos amigos prá jogar. Não só eu, como tive outros companheiros de aula que arrumavam bola. Então prá nós era futebol. [...] Para gurias tinha aquelas brincadeiras lá de tira teu pezinho, põe aqui no meu [cântiga de roda – Pezinho], e tinha outra lá que se botavam em fileira e diziam, quem de trás ficará [brincadeira de Passa Passará], sei lá como era.

Vanda Lide Schumacher Soldatelli⁹ lembra que aprendeu muitas cantigas em casa. “*Aprendiam em casa, outras os irmãos mais velhos ensinavam, que eles cantavam quando iam pra escola*”. A música era parte do cotidiano de grande parte das famílias de imigrantes e descen-

9. Vanda Lide Schumacher Soldatelli nasceu em 27 de abril de 1925 em Ana Rech, Caxias do Sul. Foi entrevistada em 31 de maio de 1988, com 63 anos.

dentes. Recorda que dentre as brincadeiras prediletas dos recreios escolares estava o jogo do caçador. Em suas palavras:

[...] toda a turma junta. A gente jogava muito “caçador”. A gente até determinou o campo com cal, que estava na frente da escola e a gente jogava caçador. [...] Ovo padre, brincar de se esconder, de se pegar, o tal de livrada. Livrada prende um lá, vai livrar o outro, vai tirar, quando tira sai correndo, aquela coisa toda. Isso aí.

Recorda que diversas brincadeiras de roda eram comuns. Outra entrevistada, Virginia Dall’Alba Novello, conta que o maior brinquedo que eles tinham era a brincadeira dos *cantoni* (cantos) e explica que no pátio da escola

[...] tinha quatro cantos distantes, porque o nosso pátio era grande, e a gente se pegava. Poder pegar enquanto ele não chegava no canto, no posto. Então um sempre corria, quando ele pegasse outro então era aquele que devia pegar, ele ia correndo.

Outra brincadeira lembrada por Virginia é uma cantiga entoada com as crianças dispostas em duas fileiras, uma defronte a outra. Cada fileira entoava parte da música e a outra respondia. Dona Virginia cantou em língua vêneta, rememorando a brincadeira:

(1) Nos somos caçadores e estamos à procura de uma bonita menina [ou menino].

(2) E o que queres de nós?

(1) Queremos uma menina [ou menino].

(2) E o que vocês lhe darão de dote? Então respondiam uma coisa feia.

(1) Um par de sapatos quebrados, uma cadeira quebrada...

(2) Isto é muito pouco. Não podemos aceitar. Então ofereciam algo de valor.

(1) Um chapéu novo. E então eles respondiam.

(2) Podem vir buscá-la¹⁰.

10. *(1) Noi siamo ai caciatori que andiamo in cerca de una bela tosetta [o tosetto]. (2) E cosa vultio de noi? (1) Vogliamo una tosetta [o um tosetto]. (2) E cosa ghe deo de dota? - Então diziam uma coisa feia. (1) Un par de scarpe rote, una carega vecchia... (2) Questo é tropo poco. No possiamo guentarlo. Então ofereciam algo de valor: (1) Un capellin nuovo. E então eles respondiam: (2) Podete venir, prendèla.*

O grupo (1) davam passos à frente e buscavam daquela fileira (2) uma criança e a levavam para o seu grupo. Depois continuavam de novo, até que todos do grupo (2) estivessem no grupo (1). E começavam de novo.

Outra brincadeira lembrada pelos entrevistados consistia em ficarem sentados com as mãos juntas. Um deles, com uma pequena pedrinha ia passando e outro ficava observando. Ao final, o observador tentava descobrir com quem havia ficado a pedrinha. Enquanto passava a pedrinha cantavam *pianta fava, scondi sú* (planta fava, esconde logo). Uma brincadeira parecida com o “passa anel” atualmente.

As crianças viviam em permanente contato com a natureza e, a partir dela, produziam seus brinquedos e brincadeiras cotidianas. Divertiam-se cantando músicas e rodas cantadas, construía carrinhos de lomba e pernas-de-pau, brincavam com bonecas de pano ou feitas com espigas de milho, apostavam as carreiras ou corridas pelos campos e estradas, nadavam, caçavam, pescavam e colhiam frutas. Esconde-esconde e pega-pega eram brincadeiras comuns. Construía seus próprios balanços nos galhos das árvores ou brincavam nos balanços naturais formados por cipós. Algumas famílias tinham costume de fazer bolas com as bexigas de porco, motivo de grande alegria para as crianças. Raramente e, apenas em famílias mais abastadas, compravam brinquedos.

5. Infância e escolarização

Antônio Ducatti Neto, filho de imigrantes italianos e que foi professor, conta em seu livro de memórias o início de sua vida escolar.

Em 1911, quando completaria sete anos, papai matriculou-me na escola pública que ficava na margem esquerda do Rio das Antas, no município de Bento Gonçalves, e que tinha como professora a senhorita Hermínia Silva. [...] Como já sabia ler regularmente, a professora simplesmente, tomava-me a lição, marcando novo trecho para o dia seguinte. Isto quanto à leitura. Para escrever e fazer contas, naquele tempo usava-se uma pedra ou lousa e umas penas de grafite, que facilmente quebravam. Só depois de aprender a escrever na pedra é que se usava o caderno, penas de aço e tinteiro. [...] Freqüentei a escola primária até o fim do ano letivo de 1917. [...]. (Ducatti Neto, 1979, p. 13)

Destacando que conviveu em um ambiente familiar de nível intelectual e moral bastante elevado, tendo sido cobrado pela família para que tivesse boas notas e atitudes, em seu texto o autor (re)produz o cenário da escola primária no início do século XX na região.

A maioria das crianças ia até a escola de pés descalços, enfrentando o frio, a geada, a chuva e percorrendo a pé longas distâncias. Não havia comodidades. Pelo contrário, algumas delas precisavam cumprir tarefas domésticas antes de irem para a escola e muitos foram os que deixaram de estudar para auxiliarem os pais na “lida” da roça. Os que conseguiam frequentar alguns anos de escola seguiam para a mesma carregando numa pequena bolsa de tecido, os poucos materiais de estudo: a “pedra”, a pena e, por vezes, o lanche. Conforme Costa:

Mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência. (Costa, 1974, p. 76)

No entanto, é importante que se compreenda que a educação dos filhos era entendida, pelos imigrantes e seus descendentes, como tarefa pautada em um tríptico alicerce: Família, Igreja e Escola. A educação das crianças se fazia na participação da família que ensinava pelo exemplo, pela obediência incutida pelo medo e na execução de responsabilidades, ou seja, o trabalho. Os ensinamentos religiosos, o catecismo, a regularidade na frequência à missa e o respeito aos dogmas da fé católica constituíam o outro pilar educativo. Por fim, a escola – pensada, especialmente, em seu sentido prático e básico – a leitura, a escrita e as quatro operações. A escola

foi desejada e solicitada. No universo cultural daqueles imigrantes e seus descendentes, ela tinha importância no processo de negociação e construção dos processos identitários, na afirmação e constituição de significados culturais, bem como uma utilidade prática – a de conhecerem o idioma nacional, podendo assim comercializar seus produtos e não serem enganados.

A escola foi importante e sua história na região envolve um dinâmico processo de consolidação, conforme os estudos de Luchese (2007). Do início da colonização, em 1875, até o ano de 1890, as iniciativas de escolarização (públicas e particulares) tiveram como característica principal a efemeridade das escolas isoladas e a pequena quantidade delas. Em seguidas, quando foram criados os municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e depois Garibaldi (em 1900), até o ano de 1930¹¹, paulatinamente, as escolas particulares italianas foram sendo absorvidas pelo ensino municipal e estadual. Na mesma proporção, novos professores foram sendo formados, e os mais antigos, imigrantes que vivenciaram cursos de aperfeiçoamento, passaram a ensinar em língua vernácula.

A preferência pela escola pública primária (e gratuita) levou a um movimento intenso de solicitações. Percebe-se que as famílias colocaram em jogo estratégias em um movimento duplo, ambíguo: o de manutenção de traços culturais trazidos da Itália, quais sejam os religiosos e os familiares, e a procura da cultura nacional, especialmente através do domínio do português que, numa perspectiva prática, melhorava as potencialidades de negócios. As famílias preocuparam-se com o preparo de seus filhos, na busca da concretização de projetos de vida, e um dos caminhos era a escola.

As escolas, denominadas italianas, foram o resultado da ação das comunidades, principalmente nas zonas rurais ou das associações de

11. Em 28 de fevereiro de 1930, foi instalada, em Caxias do Sul, a Escola Complementar Duque de Caxias para a formação de professores. Ela representou a implementação concreta de um projeto de educação pública, na medida em que investiu na formação dos professores da região. Em 1932, quando se formou a primeira turma, ali estavam jovens complementaristas provenientes de diversos municípios e essa condição progressivamente produziu diferenças na organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário regional.

mútuo socorro, especialmente nas zonas urbanas. Elas foram, de início, a alternativa dos imigrantes à falta de escolas públicas. As escolas italianas rurais raramente receberam material escolar do governo italiano e os professores, membros da própria comunidade, ensinavam em língua vêneta as noções fundamentais de leitura, escrita e as quatro operações. Nas escolas mantidas pelas associações de mútuo socorro, o currículo era diversificado com o ensino da geografia e história da Itália, desenho, ginástica sueca e exercícios militares, ensino de outros idiomas, a exemplo do francês, entre outros. Agentes consulares e cônsules, em seus relatórios, destacaram constantemente a importância das escolas ditas italianas para a difusão do sentimento de *italianità* entre os imigrantes e seus descendentes, criando-se laços com a pátria-mãe. Essas escolas mantidas pelas associações foram as que receberam, por um período de tempo mais regular, material didático vindo da Itália, bem como professores enviados com o intuito de ensinar, mas também de manter/criar vínculos de italianidade e atuarem como agentes consulares.

Com o advento republicano, a política educacional municipal, com o apoio estadual, empreendeu uma progressiva absorção das escolas particulares italianas, transformando-as em públicas e com o ensino do português. Desse modo, ao final dos anos de 1920, afirmavam-se, no campo educacional regional, basicamente as escolas confessionais e as escolas públicas municipais e estaduais.

A consolidação do regime republicano trouxe a separação do Estado e da Igreja Católica. O fim do regalismo conduziu, com a romanização, ao maior controle e rigor nas atividades clericais, o fortalecimento das ordens religiosas e a preocupação com a difusão da educação cristã. Na região colonial italiana, a atuação da Igreja foi incisiva no processo de escolarização através da fundação de colégios confessionais, do estímulo à criação de escolas mantidas sob a orientação de padres católicos (fossem paroquiais ou não), fundação de seminários, juvenatos e noviciados, que encontraram localmente grande receptividade. Para isso, foram válidos os sermões e a autoridade do padre que, pela imprensa católica e junto às autoridades políticas, buscou a legitimação do ensino religioso também nas escolas públicas.

As escolas confessionais criadas e mantidas por diferentes congregações católicas disseminaram-se rapidamente nas primeiras décadas do século XX pela região colonial italiana, atendendo a zona urbana e também a rural. Os colégios contribuíram significativamente na expansão e qualificação da escolarização, viabilizando o regime de internato e externato, inserindo novas disciplinas escolares, educando e disciplinando ‘corpos e mentes’. Além da formação de numerosos religiosos e religiosas, as escolas confessionais educaram uma parcela significativa dos que assumiram posição de liderança regional, tanto econômica quanto política.

Na região colonial italiana, as escolas isoladas, de modo geral, foram construídas pelas famílias de cada comunidade e oferecidas às municipalidades para que as provessem com professores. Os móveis, comprados pelo poder público ou doados pelas famílias, foram fabricados na região. O espaço da escola, através da realização dos exames finais e de festividades, marcadamente as de cunho cívico-patriótico, foram espaços frequentados pelos grupos sociais, bem como alunos e professores foram partícipes do entorno, tomando parte dos acontecimentos sociais. Na construção do tempo escolar, expresso pela organização do calendário, foi possível perceber processos de negociação que garantiram índices de frequência consideráveis para a época.

Os professores foram os responsáveis pela negociação entre as prescrições legais e as condições materiais que possuíam para o ensinar e o aprender. Saliente-se as mulheres que, em sua maioria, sem uma formação específica, fizeram-se professoras na oportunidade surgida. Os jogos de poder para as nomeações, as seleções, as condições salariais e de formação existiram. Num cenário em que intendentess, inspetores, famílias e comunidades, numa multiplicidade de relações, construíram representações dos professores, os mesmos, de modo geral, foram respeitados, admirados, acatados e assumiram a liderança das atividades comunitárias.

Na maioria das escolas, prevalecia o ensino pautado na repetição, na memorização e os castigos ultrapassavam palavras, eram físicos. O silêncio, a obediência, a ordem e a aplicação nos estudos foram padrões de conduta escolar esperados, desejados e cobrados.

Eliane Mimesse (org.)

A socialização escolar das crianças foi pensada e praticada tendo por base o controle dos corpos, dos conhecimentos e da moral. Em turmas geralmente numerosas e com diferentes níveis de aprendizagem, os professores ensinavam o que sabiam, com as poucas condições que tinham.

Alunos e professores do Colégio Elementar Bento Gonçalves em 1922. Entre os professores Ângelo Roman Ross e Félix Faccenda



Fonte: acervo do Museu Histórico Casa do Imigrante – Bento Gonçalves

Considerações finais

Ao finalizar a narrativa sobre alguns traços da história da infância de imigrantes italianos e ítalo-descendentes ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, é preciso pensar em algumas ressalvas/perspectivas. Primeiramente, poderíamos pensar em infâncias no plural já que a complexidade das relações estabelecidas nas famílias, nas comunidades e nos diferentes municípios que emergiram do processo migratório no Rio Grande do Sul produziu uma dinâmica polifonia. Segundo, não foi pretensão esgotar as possibilidades interpretativas em um curto texto. Muitos seriam os traços, as marcas, os indícios outros a serem narrados sobre a(s) infância(s) já que houve uma heterogeneidade de experiências infantis. Terceiro, é necessário considerar, por exemplo, as profundas diferenças entre a infância vivida pelas crianças que habitavam as nascentes áreas urbanas se comparado com aquelas das distantes zonas rurais. Ainda, considerar as diferenças econômicas que, já na primeira década do século XX, evidenciavam diferentes condições entre as famílias estabelecidas na região colonial italiana. Além disso, estabelecer conexões e convergências entre as dinâmicas de vida de meninos e meninas, portanto atentando para as questões de gênero. Por fim, ler os indícios do passado pelas lentes das relações intergeracionais, pensando-se em como se concebia todo do processo educativo das crianças. Portanto, muitas outras chaves de leitura são possíveis e necessárias para compreendermos a infância entre imigrantes italianos do Rio Grande do Sul.

Em seus estudos, Hall (2003) considera que as pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas

[...] elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas [...].
(Hall, 2003, p. 88-89)

Seriam, portanto, culturas híbridas. Acredito que a forma mais adequada de pensarmos o cotidiano, o universo cultural negociado e cons-

truído na região colonial italiana do Rio Grande do Sul pelos imigrantes e seus descendentes seja essa perspectiva híbrida. Essa hibridização cultural marcou os processos identitários, os costumes, as tradições reinventadas e adaptadas ao “novo mundo”, a fala e toda organização social, econômica e cultural das famílias que colonizaram a região. E, com as crianças, o processo não poderia ter sido diferente. Elas foram atores e atrizes dinâmicos, participando junto com suas famílias das dificuldades, das festividades, compartilhando o trabalho, rezando, estudando e aprendendo, no cotidiano, a viver e conviver.

Referências

ADAMI, João S. *História de Caxias do Sul 1864 a 1962*. 1º Tomo. Caxias do Sul: São Miguel, s/d.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

BARBOSA, Fidélis D. *Semblantes de pioneiros*. Porto Alegre: Sulina, 1961.

BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Editora da UCS, 1990.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

CINQUANTANARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud. Porto Alegre: Globo, 1925

COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST, 1974.

DE BONI, Luis A. (editor). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Porto Alegre: UCS; EST, 1979.

_____. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol 1. Porto Alegre: EST; Torino: Fond. Giovanni Agnelli, 1987.

_____.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS/ EST, 1975.

DUCATTI NETO, Antonio. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração – o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2006.

GASPERIN, Alice. *Ricordi de La colônia / Lembranças da colônia*. Porto Alegre: EST, 2000.

_____. *Vão Simbora*: relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1984.

GIRON, Loraine S. *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

_____. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/EST, 1977.

_____. Imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-66.

_____. BERGAMASCHI, Heloisa E. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

_____. A formação econômica regional. *Enfoque - Revista da Fundação da Região dos Vinhedos*, Bento Gonçalves, n. 63, dez. 1986.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HERÉDIA, Vânia B. M. *O processo de industrialização da Zona Italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

IANNI, Octávio, Aspectos políticos e econômicos da Imigração Italiana. *Imigração Italiana: Estudos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 11-28.

LAZZAROTTO, Valentim Â. Abramo Eberle: o sonho da riqueza do imigrante. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. vol. 1. Porto Alegre/Torino: EST/ Fond. Giovanni Agnelli, 1987.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Trad. Armida L. Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCHESE, Terciane Â. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Donas Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889*. 2001. Dissertação – PUCRS, Porto Alegre.

_____. *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930*. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. Tese. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

REICHEL, Heloisa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Economia e Política*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

RIBEIRO, Cleodes M. P. J.; POZENATO, José C. (orgs.). *Cultura, imigração e memória: 25 anos do ECIRS*. Caxias do Sul/RS: Educs, 2004.

STORMOWSKI, Márcia S. *Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias (1875 a 1910)*. 2005. Dissertação – UFRGS, Porto Alegre.

ZANINI, Maria C. C. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS*. Santa Maria/RS: Editora UFSM, 2006.

CAPÍTULO 4

A CRIANÇA E A INFÂNCIA NOS DESVÃOS DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

Carlos de Almeida Prado Bacellar

Há muito tempo os historiadores vêm se debruçando sobre a história da infância. Os primeiros estudos nessa direção já são velhos de algumas décadas, mas marcaram época. Desde então, uma multiplicidade de linhas de investigações foi estabelecidas, recorrendo às mais diversas metodologias e, muitas vezes, adotando propostas interdisciplinares, agregando historiadores, sociólogos, antropólogos e educadores, dentre outros (Ariès, 1981; Becchi e Julia, 1998; Corsini, 1998). Para todo esse rico universo de olhares sobre a criança e a infância no passado, foi necessário buscar fontes de informação das mais diversas, que possibilitassem uma aproximação dessa fugidia realidade. Arquivos, bibliotecas e museus eram, por excelência, os focos das pesquisas. Mas os problemas metodológicos no uso das diversas fontes eram muitos, como comprova a bibliografia. Nossa preocupação, nas reflexões que aqui desenvolvemos, é analisar a disponibilidade de fontes arquivísticas para o tema da história da criança e da infância nos arquivos, apontando para algumas das diversas possibilidades analíticas.

Como seria de se esperar, os testemunhos pessoais de crianças são extremamente raros. Predominam, de modo quase absoluto, registros documentais deixados por adultos, especialmente os letrados, que dominavam a arte da escrita. Ou, então, imagens fixas ou em movimento, produzidas por adultos e retratando crianças. As maneiras do pesquisador se aproximar de suas fontes depende, certamente, das especificações de cada conjunto arquivístico considerado e de suas hipóteses de investigação. Acervos de origem pública – aqueles acumulados pelo Estado em suas variadas instâncias – refletem tão somente as atividades da burocracia estatal, e trazem informação sobre crianças na medida em que foram introduzidas ações públicas voltadas especificamente para elas. Ensino e saúde dominam nesse quesito, principalmente a partir do século XIX.

A esses registros de origem pública podemos contrapor os acervos de origem privada. Esses podem ser provenientes das atividades de empresas, configurando uma documentação, no mais das vezes, de cunho comercial e administrativo, mas que, por vezes, em função da área comercial da entidade privada (por exemplo, brinquedos) se relacionam a nosso tema. Embora no Brasil não haja uma tradição de preservação de acervos de indústrias ou do comércio, podemos imaginar o quão ricos seriam os papéis dos primeiros empreendimentos na capital paulista, onde consideráveis contingentes de crianças e adolescentes trabalhavam exaustivas jornadas diárias. Ou, então, acervos privados de pessoas físicas, indivíduos dos mais distintos perfis, de literatos e políticos, de músicos a arquitetos, enfim, indivíduos que acumularam papéis ao longo da vida e que, por sua relevância, foram por vezes preservados nas mais variadas instituições de preservação da memória. Aqui e acolá, esses registros costumam descrever o cotidiano das crianças, mas geralmente são citações esparsas.

Seja como for, a procura de indícios documentais sobre as crianças é, por si só, um considerável desafio. Algumas análises sobre a mulher podem refletir as práticas do parto, do aleitamento, do trato diário com as crianças. Essas, por vezes, estão subentendidas nas entrelinhas dos relatos, e desses fragmentos podemos avançar, como montar um quebra-cabeças no reconhecimento da infância. As fontes arquivísticas que estão preservadas não necessariamente nos encaminham no rumo certo, e cabe ao pesquisador desvendar, no emaranhado de registros, os vestígios apagados do mundo da criança no passado. Nossa proposta será justamente indicar alguns caminhos para a pesquisa, sugerindo instituições e acervos que, muitas vezes, ainda foram escassamente consultados. Obviamente, nosso intento não é um panorama exaustivo, não poderíamos ter tal pretensão. Propomos, isto sim, uma rápida reflexão, com algumas pinceladas sobre as possibilidades de investigação ainda relativamente pouco exploradas.

Uma primeira aproximação para o estudo da criança pode ser no contexto da História da População. A Demografia Histórica vem há muito recorrendo aos registros vitais dos cartórios e das igrejas para melhor conhecer o comportamento demográfico de populações pretéritas. Desde os trabalhos pioneiros de Louis

Henry, a Demografia Histórica se desenvolveu graças ao recurso de uma variada gama de fontes, originalmente não elaboradas para este fim (Henry e Fleury, 1976; Henry, 1988). Os assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito, recorrentes no mundo europeu a partir do século XVI, são, contudo, raros para a América Portuguesa em períodos anteriores ao século XVIII. A não observância das regras para sua confecção, aliadas às más condições de guarda e ao clima inclemente, contribuíram fortemente para a perda dos registros dos dois primeiros séculos de colonização.

Não obstante, a partir de princípios do século XVIII tais registros tornam-se mais comuns, e permitem que conheçamos os perfis demográficos de nossas populações coloniais, tanto livres quanto cativas.¹ No Brasil, as primeiras iniciativas de explorar essas fontes seriais ocorreram na década de 1970, com projetos desenvolvidos em São Paulo e no Paraná (Marcílio, 1973 e 2000). Assim, podemos descobrir que as crianças eram preferencialmente concebidas em certos meses, em prejuízo de outros, graças ao reflexo da observância de períodos de maior abstinência sexual – Quaresma, por exemplo – e à alternância das diversas fases do trabalho na lavoura. De modo significativo, as curvas da concepção traçadas em um gráfico resultam em tendências opostas ao que se obtém em estudos de populações europeias, confirmando a importância do calendário agrícola no aumento e diminuição das relações sexuais (Bacellar, 2001).

Também verificamos tendências interessantes na escolha dos dias da semana para o batismo de crianças: uma forte preferência pelo domingo. Não importando o dia do nascimento, o batismo era majoritariamente arranjado para ser realizado nesse dia. Não é, de certo, uma coincidência: populações coloniais viviam, em sua grande maioria, no ambiente rural. O domingo era, por costume, o dia de ir à vila. Esse dia era reservado para a compra e venda de gêneros do mercado local, para participar de festas e da reunião da Câmara, e também para frequentar a missa dominical. Era lógico, portanto, que se aproveitasse esse momento para concretizar o batismo, pois era uma oportunidade de contar com os familiares e padrinhos também presentes na vila. O problema, contudo, era a mortalidade:

1. Cabe observar que o acesso às fontes da Igreja católica nem sempre é fácil, pois, via de regra, são impostos os mais diversos obstáculos à consulta.

muitos dos recém-nascidos, à espera do batismo, morriam e eram sepultados em quintais, sem quaisquer registros, praticamente sem entrarem no mundo.

Os batismos nos informam, também, os repertórios de nomes dados aos recém-nascidos, fossem eles livres ou cativos. Escravos africanos, batizados apenas quando adultos, recebiam nomes a partir de um repertório bastante mais exíguo que as crianças escravas nascidas no Brasil. A conclusão parece óbvia: os africanos, recém-chegados, ainda não haviam estabelecido redes de sociabilidade, e, claro, não estavam com os pais a seu lado. A escolha de seus nomes recaía sobre o comerciante negreiro ou o senhor que o comprara, pouco preocupado com o significado da denominação escolhida. Já para o cativo natural das terras brasileiras, a realidade era distinta: nascido no contexto de uma família, e envolvido por redes de parentesco e sociabilidade complexas, internas e externas à senzala, tinha seu nome cuidadosamente escolhido, talvez apenas pelos pais, talvez com alguma interferência do senhor, e por certo observando modismos de nomes, inclusive os de fundo religioso, ou prestando homenagens a determinados indivíduos. Esses dados foram obtidos para a vila de São Luís do Paraitinga, vale do Paraíba paulista, para a primeira metade do século XIX, mas seria interessante se tal análise fosse estendida para outras realidades socioeconômicas e para outras épocas, para fins de comparação (Bacellar, 2007).

Bastante importante, também, é a detecção da condição social dos pais. Desde há muito sabemos que a sociedade brasileira sempre foi bastante heterogênea em termos econômicos e sociais, com a miscigenação desempenhando um papel fundamental na definição das diferenças. Nos batismos, detectamos, além de casais formalmente constituídos, uma forte presença de mães solteiras ou de casais concubinados. Sob essas duas últimas condições, as crianças geradas eram classificadas como ilegítimas, contribuindo para algumas análises da primeira metade do século XX que viam a promiscuidade sexual como marca das sociedades coloniais. Hoje, contudo, sabemos que muitos casais concubinados viviam de maneira bastante estável, apenas não reunindo condições, principalmente econômicas, para arcar com o custo do matrimônio. Seja como for, os ilegítimos chegavam a constituir, nas capitais, contingentes bastante expressivos,

por vezes majoritários (Goldschmidt, 1988; Torres Londoño, 1999).

Alguns batismos ainda classificavam as crianças registradas como “expostas” ou “enjetadas”. Eram aquelas recém-nascidas que, por um motivo ou outro, não haviam permanecido com a mãe, ou os pais, e que acabavam por serem abandonadas, na esperança de que fossem acolhidas e sobrevivessem. Frutos de relações ilícitas, ou apenas nascidos em lar de condições extremamente precárias (miséria ou doença), eram menos frequentes nas pequenas vilas do interior, mas mais numerosas nos principais núcleos urbanos coloniais. Nestes, as Santas Casas de Misericórdia ou as câmaras municipais podiam se fazer presentes na recepção e encaminhamento, para amas de leite, dos pequeninos expostos (Marcílio, 1998; Venâncio, 1999). No entanto, para a grande maioria da América Portuguesa, na multiplicidade de pequenas vilas e arraiais, não havia essa opção de abandono institucional, e as mães deixavam seus filhos às portas de quem tivesse melhores condições para sustentar uma criança (Bacellar, 1997). Prática arraigada no cotidiano das populações, o abandono infantil tem, portanto, uma história muito mais recuada no tempo do que suposto na atualidade, e não pode ser tratado somente como um reflexo dos males da sociedade contemporânea.

Os registros de batismo também constituem fonte privilegiada para o estudo do compadrio, tanto de livres quanto de escravos. O compadrio, ou parentesco espiritual, é elemento fundamental para o entendimento de alguns dos mecanismos de solidariedade e sociabilidade das populações do passado (Gudeman e Schwartz, 1984; Rios, 2000; Schwartz, 2001). A escolha de compadres e comadres, cuidadosamente promovida, dava início à criação, para o recém-nascido e seus pais, de uma rede de relações que perdurava pela vida afora. Essa teia visava, antes de tudo, estabelecer vínculos entre o recém-nascido e o mundo dos adultos, num processo complexo e de difícil análise, mas profundamente revestido de importância social. Seja para livres, seja para escravos, os procedimentos eram semelhantes, embora para estes últimos fosse possível e talvez inevitável a interferência dos senhores no processo de seleção de compadres (Bacellar, 2010). A perspectiva de reconstituição das redes de compadrio, em que os recém-nascidos transformavam-se em instrumentos para a consolidação de alianças entre famílias ou

entre grupos familiares mais extensos, é fascinante, e ainda merece muitas investigações.

O compadrio, enquanto fenômeno a envolver todas as crianças, foi objeto de diversos estudos no Brasil. Todavia, cabe ressaltar que a quase totalidade dos trabalhos vindos à luz trata do compadrio entre escravos, e raros são aqueles que se ocupam da escolha de comadres e compadres entre os livres (Bacellar, 2001; Schwartz, 2001; Venâncio, 2003; Brügger, 2004; Machado, 2004; Andrade, 2008). O surgimento de um forte movimento de estudos sobre a escravidão, a partir dos anos de 1970, embasou o interesse em desvendar os mecanismos do parentesco espiritual entre os cativos, especialmente no que diz respeito às interferências ou participações do senhor e de sua família (Klein, 2009).

Em nossas análises do compadrio na vila de São Luís do Paraitinga, capitania de São Paulo, na passagem do século XVIII para o XIX, constatamos que a escolha de padrinhos diferia de uma propriedade escravista para outra. Em algumas escravarias, havia uma forte preferência por padrinhos livres, enquanto que em outras a escolha preferencial recaía sobre cativos. Por vezes, os padrinhos escravos eram os companheiros de senzala, mas em certos casos eram convidados somente cativos de outros senhores das vizinhanças. Essas variações, consideradas no contexto de um plantel observado em seu todo, demonstram a complexidade do fenômeno, muito provavelmente devido a conjunturas pontuais no interior de cada propriedade, nas quais o embate entre o senhor e sua força de trabalho podia alterar as estratégias conquistadas ou consentidas naquele momento (Bacellar, 2010).

As análises do compadrio podem ser grandemente expandidas se podemos cruzar as informações dos assentos de batismo com as listas nominativas de habitantes. Como os adultos citados no batismo não costumam vir qualificados, isto é, não se indica a ocupação de pais e padrinhos, poderíamos ficar restritos a analisar apenas a condição de livre ou cativo de cada um. Muitas das investigações sobre o compadrio restringiram-se a tal nível de constatação. Contudo, as listas nominativas permitem avançar mais além, pois nelas podemos encontrar essas qualificações, além da idade, condição (se casado, solteiro ou viúvo) e cor. Pais e padrinhos ganham, dessa feita, novas tinturas, tornando-se

possível identificar com melhor precisão suas condições sociais. Por certo este nível de cruzamento de fontes, no contexto microanalítico, em um universo de indivíduos com sobrenomes fluidos ou inexistentes, em constantes mudanças, e também permeado por inevitáveis homônimos, transforma a operação de cruzamento de dados de caráter nominativo numa tarefa desafiadora. Mas é, sem dúvida, um caminho por excelência para desvendarmos os mecanismos da inserção social dos recém-nascidos nas sociedades pretéritas (Bacellar, 2001 e 2009).

Outra possibilidade analítica interessante, ainda através dos batismos, diz respeito à alforria. Era muito usual, principalmente no século XIX, o ato de libertar uma criança cativa quando de seu nascimento, estabelecendo a libertação na pia. Por vezes, tal iniciativa fazia-se acompanhar da declaração de paternidade, enquanto em outras imperava o silêncio (Sampaio, 2005).

Já os registros de óbito permitem avaliar a questão da sobrevivência infantil. Sabemos, hoje, que as taxas de mortalidade no passado, fosse qual fosse a faixa etária, eram bem mais elevadas que as atuais. Nesse contexto, as condições de sobrevivência dos filhos eram corriqueiramente baixas, uma vez que as precárias condições de alimentação e de combate às doenças – principalmente as epidêmicas – ceifavam largas proporções de crianças nos primeiros anos de vida. Assim, os óbitos, embora muitas vezes não registrados para recém-nascidos, permitem vislumbrar as causas de morte, associadas à idade, revelando a precariedade das condições de vida das populações do passado (Marcílio, 1986). Além disso, os assentos permitem relacionar os óbitos com a sazonalidade e as descrições da *causa mortis*, resultando na análise diferencial da mortalidade adulta e infantil.

Todas as análises que se efetuam a partir dos assentos paroquiais podem ser replicadas através do registro civil, no qual as crianças também podem ser facilmente visualizadas. É evidente, no entanto, que o crescimento demográfico criou volumosas séries de assento no registro civil, tornando um bocado mais desafiador qualquer tentativa de análise nominativa. Os registros da Igreja permanecem, ainda hoje, sob a posse dos respectivos arquivos eclesiásticos, em condições muitas vezes precárias de conservação, submetidas a um processo de degradação bastante acentuado. Não há uma política arquivística específica para esses acervos, e também não vigora

qualquer esforço unificado para facilitar o acesso do público a essas preciosas fontes – muito pelo contrário. O mesmo se pode dizer com respeito aos acervos cartoriais: permanecem armazenados nos próprios cartórios, quase sempre sob condições precárias – ou mesmo esquecidos – e com quase nenhuma facilidade de acesso².

Para uma visão mais ampla do fenômeno demográfico, documentos de caráter censitário, produzidos pelas autoridades públicas, podem oferecer novos elementos para a compreensão da realidade da infância nos séculos passados. A partir de meados do século XVIII teve início uma prática de extensos levantamentos da população, para fins administrativos e militares. São as listas nominativas de habitantes, ou maços de população, em que toda a população, livre ou cativa, foi hipoteticamente abrangida. Para a antiga capitania e província de São Paulo sobreviveram listas referentes ao intervalo entre 1765 e 1836; para o resto da América Portuguesa, restaram listas isoladas, pontuais, de norte a sul.³ Fontes seriais, sem similar na dimensão da área coberta e na duração cronológica, permitem desvendar algumas realidades bastante excepcionais e vêm sendo bastante exploradas pelos historiadores da população.

A princípio, cada lista nominativa também trazia, em sua parte final, os chamados mapas de população, em que totais foram calculados, sob a forma de tabelas. Embora nem sempre precisos (tabulações refeitas na atualidade encontraram números com algumas diferenças), têm permitido alguns questionamentos cruciais para o entendimento da população e da dinâmica demográfica no passado e, conseqüentemente, para a percepção da presença de crianças nessas sociedades de Antigo Regime.

2. Diversos conjuntos documentais da Igreja e de cartórios, dentre outros, foram microfilmados ao longo das últimas décadas pela Igreja Mórmon, através do Projeto Family Search. Estas imagens podem ser consultadas nos diversos centros que mantêm nas grandes cidades, de maneira bastante acessível.

3. Estas listas isoladas não permitem qualquer análise longitudinal, mas, mesmo assim, constituem excelentes e únicas fontes para o estudo da população. Encontram-se sob a guarda dos arquivos públicos estaduais, e é muito provável que nem todas tenham sido “descobertas” nos acervos parcialmente organizados.

Se organizarmos os totais de habitantes por faixas etárias e por sexo, podemos construir pirâmides etárias e perceber a estrutura demográfica mais básica de uma dada população. Populações livres anteriores à chamada transição demográfica apresentam uma pirâmide em formato clássico, com bases (faixas etárias mais baixas) bastante alargadas e topos progressivamente mais estreitos. Tal padrão permite identificar uma população com uma forte fecundidade, na qual as crianças eram muito numerosas, mas que rapidamente eram dizimadas pela mortalidade elevada. A esses perfis demográficos associamos, por consequência, uma esperança de vida baixa. No Brasil, somente em meados do século XX, a mortalidade finalmente iniciou seu declínio, porém mantendo-se alta a natalidade, com o consequente incremento do crescimento vegetativo. As taxas de natalidade viriam a cair somente a partir da década de 1970, completando a transição demográfica, freando o crescimento vegetativo e enxugando a base da pirâmide (pela diminuição do número de filhos). Progressivamente, a população brasileira vem envelhecendo, aproximando-se dos países mais desenvolvidos, com menores proporções de jovens e crianças e uma crescente população de idosos, afetando seriamente os programas de previdência e saúde pública.

Por outro lado, populações escravas apresentavam uma pirâmide de formato distinto: base estreita, centro alargado e topo (faixas etárias mais elevadas) novamente estreito, com predomínio masculino. Esse formato, de balão deformado pela razão de sexo desigual, no qual quase sempre havia um maior contingente de homens, indica uma população que não se baseava exclusivamente na reprodução natural, vegetativa, mas sim nos aportes contínuos do tráfico atlântico, predominantemente masculino e adulto. Como consequência, a presença de crianças entre os cativos era consideravelmente menos pronunciada que entre os livres, fazendo-as menos representativas. E quanto mais inserida no contexto da grande lavoura exportadora, mais desequilibrada era essa pirâmide escrava: pelo seu formato, à primeira vista, podemos facilmente inferir o peso da escravidão na sociedade (Klein, 1987; Florentino, 1995).

O desequilíbrio na demografia escrava permite supor os inevitáveis problemas de convivência no ambiente da senzala, para o caso

das grandes propriedades. O excesso de homens e de adultos criava uma pressão desigual sobre o reduzido contingente de mulheres escravas, estabelecendo inevitáveis rixas pelo privilégio do casamento. A presença de crianças cativas é o resultado dos acertos alcançados; por mais masculinizado que fosse o plantel escravo, sempre havia espaço para o trabalho feminino, para a formação de casais (formais ou informais) e para o nascimento de filhos.

As listas nominativas ainda possibilitam análises importantes sobre a família e o domicílio. Para o estudioso da infância, criam-se oportunidades ímpares de se observar as condições de vida das crianças no passado. Podemos constatar, hoje, que a maioria das crianças nascia em contextos de famílias nucleares, e não em famílias extensas, como proposto por Gilberto Freyre (1978).

Outros significativos conjuntos documentais a registrar a presença de crianças nas sociedades do passado também podem ser encontrados sob a guarda dos arquivos públicos. Tais instituições, reunindo grandes massas documentais acumuladas por décadas ou séculos, são imprescindíveis para a grande maioria dos estudos que são enfocados nas crianças. Nem todos esses arquivos, todavia, encontram-se em condições ideais de organização, deixando de oferecer documentos devidamente preparados para uma consulta eficiente. São inúmeras as situações de acervos que sequer passaram por arranjo arquivístico, isto é, por um mínimo de trabalho de organização das séries documentais que os compõem. Seus documentos estão quase sempre desordenados ou, no máximo, em ordem cronológica, por vezes jamais passaram por higienização, transformando a tarefa de pesquisa em um requintado teste de paciência. A indisponibilidade de instrumentos de pesquisa, tal como catálogo ou índices, exige um maior esforço de investigação, na qual cada documento deve ser examinado individualmente, até que, por sorte, se depare com um caso interessante. Essa situação torna-se preocupante, à medida que constatamos que determinados acervos são de dimensões consideráveis, fazendo com que sua consulta dure muitos meses, quando não anos. Além disso, cabe ressaltar que muitos dos arquivos públicos ainda não lograram recolher parte substantiva da documentação pública, por total falta de condições materiais e orçamentárias. Há acervos, portanto, ainda inacessíveis à consulta.

Não obstante a tal realidade, pesquisadores dos mais variados perfis debruçam-se animadamente sobre as fontes disponíveis, no afã de encontrar pérolas informativas a corroborar ou negar suas hipóteses de trabalho. Assim, a investigação em arquivos públicos exige boa dose de paciência, já que na maioria dos casos o pesquisador precisa enfrentar dificuldades de consulta, documentos sem qualquer higienização, rasurados, mal conservados, e sem qualquer arranjo.

Lamentavelmente, documentos para o século XVI praticamente inexistem no Brasil, destruídos que foram pela incúria do homem e pela inclemência do tempo. Cabe igualmente ressaltar que muitos registros foram produzidos no âmbito privado, uma vez que muitas das capitâneas permaneceram sob o controle de linhagens donatárias. Para o século XVII, as fontes tornam-se mais abundantes, mas obviamente restritas às poucas vilas e cidades existentes à época, correspondendo praticamente à franja litorânea da América Portuguesa.⁴ Somente para o século XVIII, concomitantemente à descoberta do ouro nas Gerais, vemos a produção documental pública aumentar, fruto de uma sociedade mais burocratizada, mais controlada e com uma população em franco crescimento demográfico. A exploração aurífera veio expandir o território efetivamente colonizado, estabelecendo o processo de interiorização, de criação de novos núcleos urbanos e de fortalecimento do poder régio na colônia.

As fontes mais antigas usualmente preservadas, e que podem ser de grande valia para o estudo da criança, são os processos de inventários e testamentos. Vários arquivos públicos guardam volumes expressivos de tais documentos, por vezes datados ainda do século XVI.⁵ Nos testamentos, o indivíduo buscava expressar suas últimas

4. A perda de acervos na íntegra ocorreu diversas vezes ao longo de nossa história. São Vicente, a primeira vila fundada pelos portugueses, teve o acervo da Câmara destruído por dois incêndios, que eliminaram a documentação anterior ao século XIX. Itu, também no estado de São Paulo, fundada em finais do século XVII, também teve o acervo da Câmara anterior ao século XX queimado em incêndio bastante recente.

5. Os inventários e testamentos são documentos judiciais, mas que, ao longo do século XIX e princípios do XX, foram costumeiramente recolhidos pelos arquivos públicos mantidos pelo Poder Executivo.

vontades, encomendando sua alma e destinando parte de seus bens para obras pias, legados e esmolas. Nesses momentos de exposição de seus desejos mais íntimos, era usual declarar a existência de filhos tidos na qualidade de solteiro ou, então, fora do matrimônio, sob o argumento de “fragilidade” da carne. Bandeirantes paulistas do XVII corriqueiramente citavam os filhos tidos com índias descidas do sertão ou com concubinas da mais variada condição, preocupados em deixar algum bem para seu amparo e também em garantir sossego de sua própria alma no além-morte. Tais rebentos, chamados de bastardos, mamelucos ou filhos naturais, eram bastante usuais, e permitem perceber como se comportavam e estruturavam essas famílias frente à ilegitimidade e às relações pré e extraconjugais (Galvão e Nadalin, 2004). Ao mesmo tempo, a manifestação da última vontade permite entrever outras crianças envolvidas nos laços familiares cotidianos, tal como sobrinhos e afilhados, por vezes aquinhoados com algum bem, escravo ou dinheiro, no reconhecimento de vínculos de afetividade ou parentesco espiritual. Não eram incomuns, também, crianças cativas sendo objeto de alforria, por vezes acompanhadas de confissão explícita de paternidade, comprovando as relações estabelecidas de maneira mais ou menos duradoura entre o senhor e suas cativas.

Já no inventário *post mortem* temos os bens e as dívidas passivas e ativas, minuciosamente relacionados pelo inventariante, com vistas à prestação final de contas do patrimônio do falecido. Aqui, as crianças e demais herdeiros são relacionados, e abre-se uma oportunidade para analisar o impacto da mortalidade em geral: os herdeiros aqui mencionados podem ser cotejados com os assentos de batismo, e teremos, numa primeira aproximação, a noção de quantas dessas crianças batizadas foram ceifadas pela morte até o momento do inventário paterno ou materno.⁶ Também podemos checar, no inventário, acerca da presença de crianças nos plantéis de cativos indígenas ou de origem africana. Para o caso dos indígenas, descidos forçadamente do sertão, podemos, a princípio, vislumbrar a expressividade da presença de menores no conjunto de cativos da

6. Não devemos esquecer que muitas crianças natimortas ou mortas muito proximamente ao parto nem mesmo chegavam a ser batizadas, estabelecendo um sub-registro que os métodos da Demografia Histórica conseguem recuperar.

terra. Em termos históricos, pouco se estudou essas fontes para se buscar entender a organização da família escrava indígena tal como aparece instalada e citada nas propriedades do século XVII paulista (Monteiro, 1994). Seria possível, talvez, cotejar essas informações com o que se conhece das populações indígenas contemporâneas, numa tentativa de uma análise comparativa. No mesmo sentido, faltam análises que cotejem os róis de escravos indígenas dos inventários com os dados disponíveis sobre essa mesma população nos registros paroquiais.

Para os escravos africanos, ou seus descendentes aqui nascidos, a presença de crianças nos inventários permite avançar em várias análises significativas. Tal como já comentamos com referência às listas nominativas de habitantes e aos censos, aqui temos outra fonte interessante para avaliar o peso do tráfico africano e do crescimento vegetativo na reprodução da força de trabalho escrava. Nesse caso, também é possível detectar as crianças, descritas como filhas de mães solteiras ou de casais. Por vezes, tais crianças surgem em uma senzala, inseridas em um ambiente onde pais, avós e outros parentes podiam conviver, e onde muitos outros cativos podiam ser seus padrinhos. O inventário, no caso, oferece um desafio: a família escrava ou livre, e as respectivas crianças, aparecem ali em um recorte temporal bastante específico, o óbito do inventariado. Para o caso de São Paulo, dispõe-se de uma possibilidade fascinante, se feito o cruzamento dessas informações com as listas nominativas de habitantes: capturar esses indivíduos ao longo de anos, senão décadas. A partir de uma visão estática, de um corte transversal, tem-se a possibilidade de reconstituir histórias de vida, numa observação longitudinal e vívida da sobrevivência dessas pessoas.

As listas nominativas de habitantes recensearam as populações paulistas durante décadas, domicílio por domicílio. Portanto, constituem um conjunto importantíssimo para o acompanhamento longitudinal de indivíduos ou famílias. Por si só, possibilitam o acompanhamento dos eventos da vida de uma criança, e sua convivência com outros membros da família. Após se reconstituir laços de parentesco através de registros paroquiais, torna-se viável conferir se avós conviviam no mesmo domicílio, ou em domicílios vizinhos, permitindo desvendar a convivência de gerações, algo muito mais

comum na atualidade do que no século XVIII, graças às condições de vida melhoradas. Do mesmo modo, podemos checar, via listas, quem eram os padrinhos mencionados nos batismos, de que família e domicílio provinham, que idade e ocupação tinham. O mesmo pode ser dito relativamente aos escravos: presentes nas listas, por vezes com a indicação da família (pai, mãe, filhos), podem ser avaliados em suas histórias de vida longitudinais. Todavia, os inventários continuam sendo fonte preferencial para a análise dos preços dos cativos, informação não disponível nas listas nominativas. Uma observação específica dos preços de avaliação atribuídos às crianças cativas permitiria delimitar o momento em que se tornavam mais valiosas, tanto por escaparem aos primeiros anos – mais graves – de mortalidade infantil quanto por se aproximarem do momento de disponibilidade para o trabalho. Nesse cruzamento de fontes reside um potencial a ser mais explorado. O grande obstáculo para tais iniciativas reside nos tempos exíguos da pós-graduação atual, em que projetos desse perfil tornam-se de difícil realização.

A presença e a permanência de crianças escravas nas senzalas é tema ainda pouco investigado. Acompanhadas em um dado domicílio, por anos a fio, permitem uma maior aproximação a várias questões cruciais para o entendimento da escravidão. Podemos perceber, por exemplo, que as taxas de reprodução escrava variavam de uma propriedade para outra, mesmo em função do perfil econômico das mesmas. Há, contudo, indícios consistentes de que ocorreriam práticas distintas de reprodução escrava, toleradas, autorizadas ou incentivadas pelos senhores, no contexto de políticas diferenciadas de manutenção e reprodução da força de trabalho.

Também é possível, nessa mesma perspectiva de cruzamento de fontes, investigar políticas distintas no trato da reprodução escrava no âmbito de grandes e pequenas propriedades escravistas. Sabemos que a razão de sexo era notavelmente mais elevada nas grandes escravarias, com nítido predomínio da força de trabalho masculina. Em oposição, quanto menor a escravaria, maior a tendência a um equilíbrio de sexo, mas também menor a possibilidade de se arranjar uniões matrimoniais. Resta indagar, nesse contexto, onde a presença de crianças cativas era mais efetiva e onde, hipoteticamente, a mortalidade poderia ser menor, em função de tratos

diferenciados. Se na grande propriedade o nível de exploração do trabalho cativo chegava a extremos, reduzindo suas esperanças de vida, somos levados a considerar, em contraposição, que nas pequenas escravarias a exploração era menos brutal, abrindo oportunidade para uma maior esperança de vida. Além disso, podemos imaginar que, na pequena propriedade escravista, crianças escravas poderiam ser mais bem-vindas, enquanto potenciais mercadorias a serem oferecidas no mercado, garantindo recursos extras em um mundo de imprevistos. Há indícios a serem mais bem explorados, de que crianças escravas eram especialmente úteis no ato de dotar filhos do senhor (Bacellar, 2000).

Fontes documentais relevantes para o estudo da criança e da infância também foram acumuladas em torno da atividade de recepção de imigrantes. Em São Paulo, o acervo da Hospedaria dos Imigrantes e da Secretaria da Agricultura é pródigo em indicar a presença de famílias completas de recém-desembarcados, atendendo ao perfil considerando ideal para compor a mão de obra cafeeira, a família. As listas de bordo dos navios são, portanto, fonte básica para o estudo da criança no contexto migratório, e muitas delas ainda estão vivas, possibilitando um trabalho bastante rico de história oral. A percepção que esses olhares infantis preservaram de suas condições de vida na colônia ou na São Paulo em início de expansão industrial é fascinante. É de se lamentar, contudo, que acervos documentais de fazendas cafeeiras, com registros da permanência de colonos ao longo de anos, tenham sido esmagadoramente perdidos. Mesmo assim, são possíveis estudos dos núcleos coloniais, cuja memória documental se preserva, e que podem ser cruzados com fontes cartoriais e da Igreja, possibilitando reconstituições interessantes da realidade das famílias e, por consequência, das crianças.

Para além das fontes já comentadas, cabe ainda ressaltar o potencial dos documentos produzidos na área da educação pública. A partir do Império, quando o Estado começa a ampliar sua participação da educação, regulamentando o ensino, uma enorme quantidade de registros se acumulou e, em alguns casos, já se encontram disponíveis nos arquivos públicos (Marcílio, 2005). Nesses casos, os registros de matrícula e de frequência são especialmente valiosos por suas informações sobre as crianças.

Os livros de matrícula chamam a atenção para o universo relativamente restrito das crianças que era atingido pelo ensino público em seus princípios, questão que foi mais bem equacionada somente nas reformas republicanas. As matrículas indicam quais crianças ali estavam, permitindo identificar o perfil etário e de nacionalidade dos alunos. Tais informações podem ser cruzadas com os diários de classe, nos quais a presença ou ausência dos alunos eram registradas. Interessante, aqui, é a possibilidade de se acompanhar a sazonalidade das faltas, quase sempre diretamente relacionadas ao ciclo agrícola; havia uma nítida tendência de os filhos serem aproveitados no trabalho quando dos momentos de auge na lavoura, tal como o plantio e a colheita, provocando um êxodo temporário nas aulas. Ou, então, se acompanharmos esses livros por mais de um ano, podemos perceber o momento em que dada criança deixava em definitivo a escola, por ser mais necessária nas atividades econômicas domésticas, ou por se julgar que não havia mais proveito na continuidade dos estudos.

A documentação escolar de São Paulo encontra-se no arquivo público, e é, ainda hoje, muito pouco consultada. Convenientemente explorada, permite reconstituir, em pequenas comunidades do interior, a questão do acesso à educação. O início da República, momento de grandes mudanças sociais, com a chegada massiva de imigrantes e com a oferta desqualificada da mão de obra de libertos, estabeleceu novas realidades de trabalho e de exclusão social. Nessa conjuntura, o papel que a escola desempenhou, ou deixou de desempenhar, no preparo das crianças, merece uma atenção especial.

Arquivos públicos, de uma maneira geral, guardam acervos consideráveis em suas bibliotecas e hemerotecas. Jornais, revistas e livros de época trazem uma gama extremamente vasta de informações sobre a infância. Manuais de medicina, de saúde pública, de educação, de trabalhos manuais – todo um universo, enfim, de fontes importantes para o pesquisador. Do mesmo modo, acervos iconográficos os mais diversos encontram-se sob a guarda dos arquivos, e são pródigos em documentar as crianças nas mais variadas situações, servindo como rico manancial para a história da infância.

Para concluir, um alerta para o leitor: buscamos alinhar, de maneira bastante rápida, algumas possibilidades de investigação no campo da história da criança e da infância, sempre diretamente rela-

cionada à história da família. Estudar as crianças no passado requer, antes de qualquer coisa, o olhar aguçado do pesquisador. Exige, também, criatividade, de maneira a identificar, nas entrelinhas das fontes, o mundo da infância no passado, nem sempre explícita. Era, certamente, uma infância muito distinta da que vivemos, com valores e práticas diferenciadas. Uma infância muito mais próxima da morte: morrer precocemente era corriqueiro, e muito menos assustador, já que vivenciada muitas vezes no cotidiano familiar. Uma infância apressada, que tornava uma menina de 14 anos apta para o casamento, e uma infância de muito trabalho, necessário para a sobrevivência da maioria das famílias livres de poucos recursos. Uma infância de convivência com diferenças, com indígenas, escravos e imigrantes por vezes compartilhando espaços muito próximos, com linguajares distintos, culturas diversificadas. Aos arquivistas, cabe organizar os imensos acervos documentais, para torná-los acessíveis à pesquisa. Aos historiadores, cabe a tarefa de exercer o espírito crítico sobre esses documentos, buscando, através de muitos fragmentos de informação, estabelecer suas interpretações sobre a vida das crianças em nosso passado.

Referências

ANDRADE, Rômulo. Legitimidade, compadrio e mortalidade de escravos: freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, século XIX. In: XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2008.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BACELLAR, Carlos A. P. Las listas nominativas de los habitantes de la capitania de São Paulo, Brasil, bajo una mirada crítica. In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrian (eds.). *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. Rio de Janeiro: Alap, 2009, p. 155-169.

_____. Tierras de solidaridad: familia y compadrazgo entre los esclavos de una economía de abastecimiento, São Luis do Paraitinga, Bra-

sil, 1773-1840. In: ESTRADA IGUÍNIZ, Margarita; MOLINA DEL VILLAR, America (eds.). *Estampas familiares en Iberoamérica*. un acercamiento desde la antropología y la historia. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2010, p. 253-271.

_____. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. *Cativeiro & Liberdade*, ano III, p. 5-32, 1997.

_____. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: SILVA, Maria Beatriz N. da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 239-254.

_____. Recuperando sociabilidades no passado. In: BOTELHO, Tarcísio R.; SAMPAIO, Antônio C. J. de; et ali (eds.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001, p. 27-43.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (eds.). *Histoire de l'enfance en Occident, vol. 2: Du XVIIIe siècle à nos jours*. Paris: Editions du Seuil, 1998.

BRÜGGER, Silvia M. J. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIV, 2004. *Anais*.

CORSINI, Carlo A. Enfance et famille au XIXe siècle. In: BECCHI, Egle; JULIA, Dominique (eds.). *Histoire de l'enfance en Occident, vol. 2: Du XVIIIe siècle à nos jours*. Paris: Editions du Seuil, 1998, p. 273-303.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasilei-*

ra sob o regime da economia patriarcal. 19. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

GALVÃO, Rafael R; e NADALIN, Sergio O. Arquivos paroquiais e bastardia: mães solteiras na sociedade setecentista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, XIV, 2004. *Anais*.

GOLDSCHMIDT, Eliana M. R. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Cleansing original sin: godparenthood and the baptism of slaves in Eighteenth-century Bahia. In: SMITH, Raymond T. (ed.). *Kinship ideology and practice in Latin America*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1984, p. 35-58.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

_____; FLEURY, Michel. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: Ined, 1976.

KLEIN, Herbert. S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 17, p. 129-149, 1987.

_____. American slavery in recent Brazilian scholarship, with emphasis on quantitative socio-economic studies. *Slavery and Abolition*, v. 30, p. 113-135, 2009.

MACHADO, Cacilda da S. Casamento & compadrio. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais, PR). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 2004, XIV. *Anais*.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.

_____. *Caiçara: terra e população*. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/Cedhal, 1986.

_____. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

_____. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imesp/ Instituto Fernand Braudel, 2005.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RIOS, Ana M. L. The politics of kinship: compadrio among slaves in nineteenth-century Brazil. *The History of the Family*, v. 5, p. 287-298, 2000.

SAMPAIO, Antônio C. J. de. A produção da liberdade: padrões gerais das manumissões no Rio de Janeiro colonial, 1650-1750. In: FLORENTINO, Manolo (ed.). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 287-329.

SCHWARTZ, Stuart B. Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru/SP: Edusc, 2001, p. 263-292.

TORRES LONDONO, Fernando. *A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

VENÂNCIO, Renato P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVIII e XIX*. Campinas/SP: Papirus, 1999.

_____. Compadrio e liberdade: a escolha de padrinhos entre ex-escravos de Ouro Preto colonial. In: JORNADA SETECENTISTA, V, 2003, Curitiba. *Anais*.

OS AUTORES

Carlos de Almeida Prado Bacellar

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Elaine Cátia Falcade Maschio

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Centro Universitário Internacional.

Eliane Mimesse

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Centro Universitário Internacional.

Marta Maria Chagas de Carvalho

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Terciane Ângela Luchese

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul.



PACO  **EDITORIAL**

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Conselho Editorial

Andrea Domingues
Benedita Cássia Sant'anna
Carlos Bauer
Cristianne Famer Rocha
Fábio Régio Bento
José Ricardo Caetano Costa
Luiz Fernando Gomes
Milena Fernandes Oliveira
Romualdo Dias
Thelma Lessa
Victor Hugo Veppo Burgardt

Título	Bambini Brasiliani: A Infância das Crianças Italianas e Ítalo-Brasileiras
Organizador	Eliane Mimesse
Coordenação Editorial	Kátia Ayache
Capa e Projeto Gráfico	André Fonseca
Preparação	Vinicius Whitehead Merli
Revisão	Isabella Pacheco
Formato	14 x 21 cm
Número de Páginas	156
Tipografia	Life BT
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
Impressão	Psi7
1ª Edição	Maior de 2013

Caro Leitor,

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões escrevendo para:

autor@pacoeditorial.com.br

Compre outros títulos em
WWW.LIVRARIADAPACO.COM.BR

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br